

**UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP**

**GISELDA PAULA TEDESCO**

**“TORO CANDIL”: UM COMPONENTE DA SINGULARIDADE  
CULTURAL EM PORTO MURTINHO, MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE – MS**

**2017**

**Giselda Paula Tedesco**

**“TORO CANDIL”: UM COMPONENTE DA SINGULARIDADE  
CULTURAL EM PORTO MURTINHO, MATO GROSSO DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientação:

Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves

**CAMPO GRANDE – MS**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Anhanguera-Uniderp

T255t Tedesco, Giselda Paula.  
"Toro Candil": um componente da singularidade cultural em  
Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. / Giselda Paula Tedesco. --  
Campo Grande, 2017.  
118f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Anhanguera-Uniderp, 2017.  
"Orientação: Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves."

1. Desenvolvimento regional. 2. Pecuária – Porto Murtinho, MS. 3.  
Fronteira. 4. Práticas culturais. 5. Festas populares. 6. Tauromaquia. I.  
Título.

CDD 21.ed. 338.9  
636.088098171

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Candidata: **Giselda Paula Tedesco**

Tese defendida e aprovada em 7 de maio de 2017 pela Banca Examinadora:



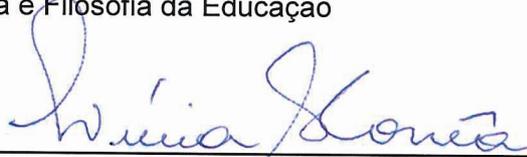
---

**Prof. Doutor Gilberto Luiz Alves (Orientador)**  
Educação



---

**Prof. Doutor Sandino Hoff (Universidade Anhanguera - Uniderp)**  
História e Filosofia da Educação



---

**Profa. Doutora Lucia Salsa Corrêa (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)**  
História



---

**Profa. Dra. Carla Villamania Centeno (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)**  
Educação



---

**Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)**  
Educação

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves, pelas orientações e parceria, durante a longa jornada do doutorado;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, em especial ao Professor Sandino Hoff;

Aos professores: Rose Mathias e Ademir Morbeck, pela revisão das normas;

Aos colegas Agnaldo, Dannyelle, Denise, Edneuzza, Fábio, Lilian, Luciana, Marco, Marta, Marylin e Gildete, pelos bons momentos compartilhados;

Aos Colegas da UFMS, Maira, Marina, Vanessa, Lennon e Marcelo pelo apoio;

Minha eterna gratidão aos meus amados pais, Emília e Podalírio Tedesco, pelo dom da vida, pelos exemplos compartilhados, por todo amor e história plantados em meu coração;

À toda minha família, especialmente à minha irmã Gilse, meus filhos Giovana Emília e José Francisco e a meu companheiro Zito, por me fazerem sentir parte desta terra, por despertarem em mim a vontade de conhecer cada vez mais e melhor, nosso Mato Grosso do Sul;

A todos os mestres e “fazedores” da nossa cultura, em especial à Dona Noni, sua filha Dionízia, seu filho Marcelinho e ao Sr Catalino;

À CAPES pela oportunidade da bolsa/taxa de estudos;

E, por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente a Deus que, por meio de minha fé, me fortalece e enche de luz;

À Nossa Senhora de Caacupé, poderosa intercessora.

## SUMÁRIO

1. Resumo Geral.....	7
2. General Summary.....	8
3. Introdução Geral.....	9
4. Revisão de Literatura.....	12
5. Referências Bibliográficas.....	33
6. Artigos	
Artigo I	
No rastro do <i>Toro Candil</i> em Porto Murtinho, o registro da ocupação do sul de Mato Grosso.....	37
Resumo.....	37
Abstract.....	38
Introdução.....	39
Procedimento Metodológico.....	40
Resultados e Discussão.....	44
Conclusão.....	65
Referências Bibliográficas.....	67
Artigo II	
A cultura do touro, seu simbolismo, transformações e o <i>Toro Candil</i> .....	71
Resumo.....	71
Abstract.....	72
Introdução.....	73
Procedimento Metodológico.....	75
Resultados e Discussão.....	75
Conclusão.....	89
Referências Bibliográficas.....	89
Artigo III	
A brincadeira do <i>Toro Candil</i> como devoção a Nossa Senhora de Caacupé.....	92
Resumo.....	92
Abstract.....	93
Introdução.....	94
Procedimento Metodológico.....	95
Resultados e Discussão.....	96

<b>Conclusão.....</b>	<b>111</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>113</b>
<b>7. Conclusão Geral.....</b>	<b>114</b>

## 1. Resumo Geral

Essa pesquisa tem como objeto o *Toro Candil*, prática cultural que acontece em Porto Murtinho, cidade localizada a sudoeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Enquadra-se na linha de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável. O objetivo geral é analisar o *Toro Candil*, enquanto singularidade cultural sul-mato-grossense, existente no município de Porto Murtinho. Os objetivos específicos são: 1. Analisar o processo de ocupação da fronteira sul do antigo Mato Grosso, mais especificamente da região de Porto Murtinho, onde se realiza a brincadeira *Toro Candil*; 2. Analisar o touro, historicamente, no contexto da humanidade; 3. Descrever o conjunto do ritual, os personagens, a simbologia e as funções sociais dessa brincadeira. As discussões teóricas que norteiam a análise foram realizadas a partir dos estudos de ALVES, CENTENO, MARX QUEIROZ e SODRÉ. As fontes primárias, foram buscadas em entrevistas semiestruturadas, imagens em audiovisual e fotografias além, de consultas ao Album Graphico de Matto Grosso (2006) e *site* do IBGE. As fontes secundárias, foram obtidas em publicações de historiadores, geógrafos, biólogos, e em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Também foram feitas consultas a artigos e *sites* da Comunidade Valenciana, jornais eletrônicos e outros. De forma geral, foi possível obter maior entendimento sobre a diversidade cultural existentes em Mato Grosso do Sul. O *Toro Candil* como prática cultural fronteiriça, pode ser visto como um componente da singularidade cultural sul-mato-grossense, creditada à matriz paraguaia que povoou Porto Murtinho no período de pós-guerra (1864-1870).

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional, Fronteira, Práticas culturais, Festas populares, Tauromaquia.

## **2. General Summary**

### **Toro Candil": a component of cultural singularity in Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul state**

This research has as object the "Toro Candil", that is a practice cultural which takes place in Porto Murtinho, a southwest city of Mato Grosso do Sul state, on the border of Brazil with Paraguay. It fits into the research line about Society, Environment and Sustainable Regional Development. The general goal is to analyze the Toro Candil as a Mato Grosso do Sul cultural singularity, existing in Porto Murtinho city. The specific objectives are: 1. To analyze the occupation process of the southern boundary from the old Mato Grosso state, more specifically the Porto Murtinho region, where it performs the Toro Candil play; 2. To analyze the bull, historically in the context of humanity; 3. To describe the set of ritual, the characters, the symbology and the social functions of this play. The theoretical sources that guide the analysis were searched from the studies by ALVES, CENTENO, MARX, QUEIROZ and SODRÉ. The primary sources were searched in semi-structured interviews, in audio visual images, photos, beyond consultation to Graphic Album of Matto Grosso state (2006) and IBGE website. The secondary sources were obtained by historians', geographers', biologists' publications and published articles into the magazine of the historical and geographic Institute. It was also made consultations to articles and websites of the Valencian Community, electronic newspapers and other. In general, it was possible to obtain greater understanding about diversity cultural existing in Mato Grosso do Sul. The Toro Candil as a boundary cultural practice can be seen as a Mato Grosso do Sul cultural singularity componen, credited to the Paraguayan matrix that has populated Porto Murtinho during the post-war period (1864 -1870).

**Keywords:** Regional Development, Border, Cultural Practices, Popular Parties, Bullfight.

### 3. Introdução Geral

“O singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica” (ALVES, 2003, p. 28).

Mato Grosso do Sul, outrora palco de guerras e disputas, apresenta idiossincrasias que explicam tanto o processo de ocupação espacial quanto sua constituição econômica, política e cultural. Entre os traços expressivos das várias matrizes culturais formadoras do estado destaca-se aqui o *Toro Candil*, objeto desta pesquisa. Trata-se de prática “sui generis”, realizada no município de Porto Murtinho, na fronteira do Brasil com o Paraguai.

A epígrafe inicialmente citada, de forma geral, norteia o caminho a percorrer ao se falar sobre produções e práticas culturais sul-mato-grossenses, e aqui, mais especificamente, sobre o *Toro Candil*. Longe de se ater a um caráter reducionista ou a um regionalismo estreito, ao se pensar a singularidade cultural do *Toro Candil* em Porto Murtinho, pretende-se colocar em discussão tudo aquilo que, expresso por meio dessa prática cultural, por ser intrínseco à natureza humana, pode ser entendido também como universal.

Tal epígrafe pressupõe ainda que a compreensão dessa prática cultural, em sua totalidade, dá-se necessariamente no âmbito das relações de produção que se estabeleceram, entre os homens, em suas conquistas expansionistas, na fronteira do Brasil com o Paraguai, regidas em última instância, pela materialidade do capital. Daí, decorre a intenção de o *Toro candil*, ser pensado a partir da relação que se estabelece entre o universal e o singular.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa<sup>1</sup> é analisar o *Toro Candil*, como um componente da singularidade cultural em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. Os objetivos específicos são tratados nos artigos que foram desenvolvidos, estão assim delimitados: 1. Analisar o processo de ocupação da fronteira sul do antigo Mato Grosso, mais especificamente da região de Porto

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, na linha de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável, sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves.

Murtinho, onde se realiza a brincadeira *Toro Candil*; 2. Analisar o touro, historicamente, no contexto artístico cultural da humanidade. 3. Descrever o conjunto do ritual, os personagens, a simbologia e as funções sociais da prática cultural *Toro Candil*.

No intuito de apreender o significado dessa prática cultural em sua totalidade, o caminho a ser trilhado para as análises vai ao encontro do entendimento de questões históricas, geográficas, ambientais, políticas, econômicas e culturais. Espera-se, dessa forma, uma melhor compreensão do todo, principalmente dos fatos que envolvem e singularizam o *Toro Candil* na atualidade.

Para tanto, a pesquisa ficou assim delimitada: no primeiro artigo, a discussão central gira em torno do processo de ocupação desse espaço fronteiriço onde se localiza Porto Murtinho e onde acontece o *Toro Candil*. Evidencia-se o papel desempenhado pelos primeiros desbravadores dessa fronteira, originalmente habitada por indígenas de diversas etnias, no Sul do antigo Mato Grosso. Também foi determinante para a existência dessa prática cultural o trabalhador paraguaio, em sua maioria, descendentes dos guarani. A exploração de sua força de trabalho nos ervais, nos quebrachais e nas fazendas de criação contribuiu para o surgimento e o desenvolvimento social e cultural de Porto Murtinho e conseqüentemente com a existência do *Toro Candil*.

No segundo artigo, a reflexão pretendida busca o significado do *Toro Candil*, a partir da análise do simbolismo do touro, à luz de representações artístico-culturais, existentes desde os primórdios da humanidade e que têm como protagonista o bovino. A intenção é verificar aquilo que, concernente a esse animal, possa expressar, por meio de práticas culturais, tais como o *Toro Candil*, as relações humanas: de força, poder, devoção, obediência e sacrifício, elementos contidos na produção da própria existência do homem. Em outro sentido, mas não menos importante, pretende-se, a partir da ótica mitológica, interpretar a simbologia existente no *Toro Candil*, no que diz respeito ao touro e ao fogo.

O terceiro e último artigo volta-se especificamente para o *Toro Candil*. Essa prática cultural é comum nas festividades comemorativas à N. Sra. de Caacupé, em Porto Murtinho. O intuito é descrever o conjunto do ritual, os

personagens, a simbologia e as funções sociais dessa brincadeira, ainda pouco conhecida.

Pouco se escreve, pouco se fala e pouco se ouve falar sobre o *Toro Candil*. Daí a importância e a dificuldade da pesquisa. A investigação precisa começar da base e responder a questionamentos como: em que consiste o *Toro Candil*? Por que e por quem é realizado? É representativo da singularidade cultural em Mato Grosso do Sul? Qual a sua relevância?

As discussões teóricas da pesquisa estão apoiadas nos estudos de QUEIROZ (1976), SODRÉ (1990), CENTENO (2000), ALVES (2003, 2005), e MARX (2013). As fontes primárias foram obtidas por meio de observações sistemáticas, registro de imagens, conversas informais e entrevistas semiestruturadas, nos anos de 2009 e 2015, em Porto Murtinho. Também foram realizadas visitas ao Museu Dom Jaime Anibal Barrera e ao *Saladero cuê*, ambos em Porto Murtinho, além de consultas ao Album Graphico de Matto Grosso (2006) e também ao *site* do IBGE. As fontes secundárias foram produzidas por CÂMARA CASCUDO (1956), CORRÊA FILHO (1957), GOULART (1965), ARAÚJO (1973), MELO e SILVA (1989), FIGUEIREDO (1994), CARVALHO NETO (1996), BACHELARD (1999), MOURÃO (2002), FAVERO *et al.* (2008), CHEVALIER (2009), CORRÊA e CORRÊA (2010), ESSELIN (2011), TEDESCO (2011) e CORREA (2012), além de publicações obtidas em consultas a *sites* da Comunidade Valenciana.

Em 2009, foi estabelecido o primeiro contato com Dionízia Arguelho, festeira e guardiã do *Toro Candil*. Em 2015, foram realizadas três visitas a Porto Murtinho. A viagem pela BR 267 leva em torno de cinco horas, percorrendo 443 km desde Campo Grande até a sede do município, percurso esse todo pavimentado. Depois da Serra de Maracaju, mergulha-se aos poucos em terras pantaneiras até chegar ao destino final, às margens do rio Paraguai.

Foi possível perceber, já nesse momento, que essa prática, intrínseca à fronteira e condicionada ao fazer cultural de imigrantes paraguaios, corria o risco de se perder e se extinguir, pois estava assentada na memória dos mais antigos e, ao mesmo tempo, por ser prática cultural vivida por pessoas simples e sem recursos, sendo referendada como expressão da cultura paraguaia em Mato Grosso do Sul, não era e ainda não é pleiteada pelo capital.

#### 4. Revisão de Literatura

O *Toro Candil* é uma prática cultural pouco estudada pela academia e ainda desconhecida pela maioria da população, em Mato Grosso do Sul e também no Brasil. Esse fato torna esta investigação de doutorado, inédita. Prova disso é a escassa quantidade de material existente no banco de teses da CAPES sobre a referida prática cultural. Em consulta realizada, o que se encontra é a dissertação intitulada **A brincadeira do *Toro Candil*: uma Manifestação da Memória Cultural Local**, fruto de pesquisa que realizei (2009-2011) enquanto mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Naquele momento, a intensão era pensar as manifestações culturais locais, particularmente o *Toro Candil*, sob a ótica culturalista. Conceitos como transnacionalidade, cultura local, fronteira, transculturação, memória e arquivo permitiram “pensar de forma mais ampla o que se entende por cultura local sul-mato-grossense” (TEDESCO, 2011) e, possibilitou um olhar, mais dinâmico e inclusivo sobre essa prática cultural.

A pesquisa gerou artigos para livros e periódicos. Importante destacar o artigo publicado na revista *Papeis*, do Programa de Pós-Graduação em estudos de linguagens-UFMS, intitulado “**A dramaticidade existente no *toro candil*: uma manifestação cultural da fronteira Brasil com Paraguai**”, que discutiu a dramaticidade, e o caráter de jogo ou brincadeira do *Toro Candil*.

Algumas outras iniciativas isoladas, que não constam na plataforma CAPES, tratam do assunto, a exemplo de Antônio Salvador Beatriz Antunes, cuja família, de Porto Murtinho, mantém a tradição e realiza todos os anos o *Toro Candil*. Antunes, em 2008, defendeu na USP, a título de Especialização – pós-graduação *Latu sensu*, Linguagem das Artes, a monografia **Nostalgia do Todo**. “Esta festa teve início com minha avó, Natividade Gimenez, em cumprimento de promessa à Virgem... trata da realização do *Toro Candil* como oferenda à Virgem de *Caacupê* em Porto Murtinho” (ANTUNES, 2008, p. 3).

O autor sinaliza em tópicos as etapas que formalizam a festa: **de dentro** – a festa no interior da casa, a dominância do feminino; **o portão** – simbolizando a passagem, a relação com o mundo, **o travestimento** – outridade e carnavalesação; **mascaramento** – a relação com o teatro; **de fora** – a festa na rua e a simbologia do *Toro* e do fogo.

Cristina Mato Grosso, no livro **Teatro em questão: o ciclo de dramaturgia e o significado cultural do “herói amarelinho”**, traz à baila o *Toro Candil*. Para a teatróloga e dramaturga, essa “é uma tradição antiga trazida para o Brasil pelos paraguaios; oriundo das touradas espanholas manifesta-se no Paraguai, região de Paraguari, como símbolo de força e poder” (MATO GROSSO, 2009, p. 140). A autora, contudo, não aprofunda a discussão, sendo o destaque ao *Toro Candil* apenas uma alusão a essa prática cultural da fronteira.

Em consulta à rede mundial de computadores, foi encontrado o artigo publicado na revista BOITATÁ – do “GT de Literatura Oral e Popular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL”, intitulado: *A Cultura Sul-Mato-Grossense e sua Condição Mestiça: Aspectos Semióticos da Manifestação Popular do El Toro Candil*. Propõe-se, conforme a autora, verificar “particularmente as festividades do El Toro Candil como fator de mestiçagem e interculturalidade” (CHACAROSQUI, 2010, p. 18).

No âmbito das associações, a Comissão Sul-Mato-Grossense de Folclore (SIGRIST *et al.*, 2009), em defesa de um “purismo” e de uma possível tradição folclórica, publica também na rede o “*Documento Aberto às Instituições, Imprensa e Sociedade*”, onde diz:

“As maneiras de ser e estar no mundo de cada grupo social fornecem elementos para a construção da identidade local, que é constituída principalmente pelas: visualidades, sonoridades, gestualidades, linguagens, crenças que narram e modelam uma cultura própria e compõem o imaginário de um país, uma região, uma cidade. A fonte do folclore são os grupos de origem (autênticos), ou seja, os grupos criam suas manifestações, que são aceitas coletivamente e passam a reproduzi-las pelas sucessivas gerações... O folclore está na vivência de tradições oriundas do povo que habita um determinado lugar. O folclore não se inventa aleatoriamente, nem se substitui. Ele é criado pela coletividade, passado pelo crivo de todo o grupo social, aceito por todos e passado para as novas

gerações. Para ser válido tem de ser autêntico e de raiz, originado pelo povo da região, que recria os costumes ancestrais, conforme explicado anteriormente.” (SIGRIST *et al.*, 2009).

Invariavelmente, estudos regionalistas, voltados à preservação de tradições, ao se aterem a aspectos essencialistas da cultura, desconsideram as trocas, o contato com o outro e o caráter dinâmico da cultura. Dessa forma, reforçam uma perspectiva hegemônica, exacerbando o que nos diferencia e não aquilo, que, por ser da natureza humana, nos aproxima de outras vivências. Isso acaba por reforçar o preconceito e a discriminação entre povos, raças, classes, gêneros e muito mais.

Ou seja, é na articulação daquilo que aproxima o ser humano de outras histórias, outras realidades, que essa prática cultural deve ser pensada. “Assim, é necessário contar a vida dos homens e tudo o que lhe diz respeito, articulados a um conjunto ou conjuntos de outras vidas, de construções humanas e de circunstâncias ambientais naturais e diversificadas” (CORRÊA, 2012, p. 16).

Como resultado de minha trajetória acadêmica, iniciada como aluna especial de mestrado, em 2008, e com a única certeza de *que pouco sei*, busco nesta trajetória investigativa atual um olhar voltado à história e, sem a pretensão de ser historiadora, o caminho a percorrer.

Dessa forma, o entendimento do *Toro Candil* como singularidade cultural de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, dar-se-á a partir de um olhar mais atento, buscando dar sentido à própria história que essa prática nos remete: a fronteira, sua ocupação e as “inter-relações entre homem-ambiente-história” (CORRÊA, 2012, p. 16).

O *Toro Candil*, realizado em Porto Murtinho expressa a singularidade cultural existente no interior da sociedade capitalista. O entendimento dessa prática cultural em sua totalidade requer o entendimento da própria sociedade capitalista, configurada como uma totalidade social e historicamente determinada, contraditória e em constante transformação. Daí a necessidade de se compreender a história da ocupação do sul do Mato Grosso e, de que forma as tendências mais gerais do movimento do capital se singularizaram e

singularizaram esse espaço fronteiro onde se localiza Porto Murtinho. Alimentaram as condições necessárias para a existência do *Toro Candil* até a atualidade.

Longe de se ater a uma perspectiva homogeneizante, a história, dessa forma articulada, possibilita a identificação da fronteira de Mato Grosso do Sul e, por que não, do Brasil, com outros países latino-americanos, especialmente com o Paraguai. Como partes de um todo, apesar de realidades e memórias diferentes, Paraguai e Brasil dividem a mesma história, a mesma fronteira, os mesmos dramas e, certamente, as mesmas práticas culturais, a exemplo do *Toro Candil*.

A colonização das Américas<sup>1</sup>, do Brasil e, conseqüentemente, de Mato Grosso do Sul e de Porto Murtinho, teve seu processo de desenvolvimento histórico atrelado ao capital. Esse fato confere um forte argumento em favor daqueles que defendem a “unidade da formação histórica do novo mundo” (ALVES, 2003, p. 20).

“Esse processo, financiado pelo capital mercantil de origem europeia, submeteu a terra aos reclamos da produção capitalista. Isto é, o capital plasmou a produção, nas Américas, à sua imagem e semelhança. Produção de gêneros agrícolas em grande escala; surgimento de manufaturas avançadas, como os engenhos de açúcar, eram soluções impensáveis numa Europa cujas terras ainda eram dominadas, em grande parte, por uma produção de caráter feudal voltada à subsistência. Dessa forma, no Novo

---

<sup>1</sup> [...] A descoberta do caminho marítimo para a Índia, das ilhas das Índias Ocidentais e do continente americano provocou uma enorme expansão no comércio mundial. As cidades comerciais do norte da Itália (Gênova, Veneza, entre outras) perderam sua predominância. Em contrapartida o papel principal no comércio mundial passou a ser exercido por Portugal, Holanda, Espanha, Inglaterra, países favorecidos por sua localização geográfica, com acesso direto ao Oceano Atlântico. (N.E.A. MEW *apud* MARX, 2013, p. 788)

Mundo as relações de produção no campo já nasceram com o sinete do capital” (ALVES, 2003, p. 20).

Com a modernização dos meios de produção ocorrida em função da revolução industrial e a expropriação dos camponeses de suas terras, os países e cidades da América tiveram o contingente populacional aumentado, em especial, como decorrência da imigração dos excedentes da força de trabalho da Europa e de outras partes do mundo. O capital operou “de forma idêntica, tanto no Brasil como na América Espanhola, políticas em relação aos índios, aos negros e aos imigrantes europeus” (ALVES, 2003, p. 24).

“Mesmo assim, o processo histórico não homogeneizou as nações americanas. As mesmas variáveis operaram de forma diferenciada em distintas regiões. Os impérios asteca e inca, expressões da sociedade escravista nas Américas, resistiram mais tenazmente ao processo de aculturação imposto pelos europeus do que as tribos que ainda se encontravam em estágios compreendidos no interior da comunidade primitiva. Os negros foram importados em maiores quantidades para o nordeste do Brasil, para Cuba e São Domingos, em função das demandas de força de trabalho geradas pelos engenhos de açúcar. As regiões mineiras do Brasil também atraíram contingentes significativos de mão de obra escrava de origem africana. Imigrantes europeus de diversas origens se destinaram desigualmente para diferentes regiões das Américas.” (ALVES, 2003, p.25).

A produção de mercadorias<sup>1</sup> constituiu-se, então, “a relação social que determinou o processo histórico-cultural latino-americano” (ALVES, 2003, p.

---

<sup>1</sup> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa

24). Foi o impulso necessário para que o modo de produção capitalista se impusesse em sua plenitude e em escala universal, também em Mato Grosso do Sul. Esse processo teve como consequência, sobretudo, a exploração de recursos naturais. A erva-mate, as charqueadas e o tanino, por exemplo, estão diretamente associados à cidade de Porto Murtinho.

“Intenso caldeamento cultural também ocorreu em regiões fronteiriças, onde os limites geográficos entre nações não têm sido nada além de *“linhas imaginárias”*. Mato Grosso do Sul presta-se a um exemplo ilustrativo nesse sentido, tanto na fronteira com o Paraguai como na fronteira com a Bolívia. Paraguaiois, predominantemente descendentes dos Guarani, foram tangidos para região sul, nos albores de sua colonização, e aí constituíram o contingente de força de trabalho que fez a riqueza dos ervais, dos quebrachais e das fazendas de criação” (ALVES, 2003, p. 25).

Mato Grosso do Sul, situado no Centro-Oeste Brasileiro, tem seu espaço geográfico delimitado pelos rios Paraná e Paraguai. É a única unidade federada a fazer divisa com outros cinco estados – São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás – e com dois países – Paraguai e Bolívia. Essa particularidade favoreceu e favorece, ainda hoje, o acesso e o intercâmbio com outras regiões do Brasil e também da América. Esse fato permite pensar o estado como região de passagens, de chegadas e de partidas. Por suas fronteiras e limites adentraram gente do Leste, do Sul, do Nordeste e também de outros países latino-americanos, europeus e asiáticos. Tal realidade é determinante da diversidade de seus residentes e das várias práticas culturais, hoje consideradas sul-mato-grossenses.

Esse heterogêneo caldeirão cultural pode ser comprovado no dia a dia da população. Desde a chipa, de origem paraguaia, ao pão de queijo mineiro, acompanhando o cafezinho da manhã. Sem esquecer o *sobá*, trazido pelos

---

reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2013, p. 821).

japoneses da ilha de Okinawa, encontrado na feira central ou nas feiras dos bairros. Essa heterogeneidade também é percebida nos hábitos de consumir *esfiha*, quibe, *sushi*, *sashimi*, mandioca, churrasco e tereré, ao som da *polca* paraguaia e do *chamamé*.

Essa profusão de ritmos, credos, raças, etnias, cores, sabores e saberes, por sua diferença, distinguem as várias matrizes culturais formadoras de Mato Grosso do Sul. Quando se fala em diferença, na verdade o que se quer é chamar a atenção para a diversidade cultural presente no estado. Mesmo que com distintas memórias, porém, muitas vezes, dividindo a mesma história, as heranças culturais que imigrantes e migrantes compartilham realçam as trocas culturais, a combinação e a transformação. É nesse contato com o outro que o homem constrói a sua história, descobre novas formas de ser, de viver e de suprir as suas necessidades.

Esse caráter dinâmico da cultura permite entender as diferenças como partes de um todo social. Por seu caráter histórico reforçam a universalidade das relações sociais e também, as relações de poder e dominação que se estabelecem no seio da sociedade capitalista. O *Toro Candil*, por sua vez, representa a matriz paraguaia que singulariza, mas também universaliza o sul-mato-grossense. Pode ser interpretado como forma de expressão do trabalhador da fronteira. Resultado de crenças, devoção e da capacidade do ser humano de se adaptar a novas realidades.

### **Porto Murtinho e a singularidade do *Toro Candil***

Porto Murtinho surgiu nos albores do período republicano, num período posterior a Guerra do Paraguai, contra a Tríplice Aliança. Sua existência inicial, está associada à exploração dos ervais nativos, abundantes na fronteira entre o sul do antigo Mato Grosso e o Paraguai.

Esses ervais, “preservados da aproximação de aventureiros brancos, pelos indígenas bravios” (CORRÊA FILHO, 1954, p. 49), serviram de estímulo para o povoamento da região. De imediato, despertaram o interesse de Thomaz Larangeira, que participou da Comissão de Limites, na condição de fornecedor de alimentos. De regresso à corte, pleiteou a concessão daquelas terras para a exploração da erva-mate, que lhe foi cedida em 1882.

“A erva-mate já era explorada, nesse período, por capitalistas instalados no Paraguai” (CENTENO, 2008, p. 194). Porém, em 1882, tem início “a exploração legal dos ervais em Mato Grosso, bem como o germe de uma empresa monopólica que dominará por mais de cinquenta anos a indústria da erva-mate nessa região” (CENTENO, 2008, p. 194). Esse monopólio se consolida, então, após a criação (1891) e a venda (1892) da Companhia Matte Larangeira para o Banco Rio e Mato Grosso, ligado ao mato-grossense Joaquim Murtinho, à época, influente personagem da política nacional (CENTENO, 2008, p. 200).

Foi assim que a Companhia Matte Larangeira explorou os ervais do sul de Mato Grosso por mais de cinco décadas, vindo a exercer um enorme controle econômico e político na região. As grandes dificuldades encontradas para o transporte da erva-mate – as enormes distâncias, os pesados encargos, os transportes primitivos e a precariedade das estradas – foram fatores que contribuíram para a necessidade de se construir um porto no rio Paraguai.

“O Banco Rio e Mato Grosso, para sanar tais dificuldades, adquiriu em 1892, do Major Boaventura da Mota, a fazenda das Três Barras, com perto de dezessete mil hectares, junto à corrente do rio Paraguai” (SODRÉ, 1990, p. 26), estabelecendo, então, um ponto natural de escoamento da erva, dando início à criação da cidade de Porto Murtinho, de onde a erva-mate era exportada para ser industrializada na Argentina. Eram recolhidas em navios e chatas “que desciam o Paraguai, Paraná e o estuário platino até Buenos Aires” (CORRÊA FILHO, 1957, p. 72).

A geografia e os fatores naturais favoreceram, e ainda hoje favorecem, a entrada de grande número de paraguaios no Brasil. Foi a partir dos trabalhos da Comissão de Limites, que demarcou e fixou as divisas que separavam o Brasil do Paraguai, que essa região passou a se destacar economicamente. “Fixavam-se os limites territoriais em definitivo, mas não se poderiam fixar barreiras, nem impedir a infiltração a elementos que se haviam acostumado a percorrer a zona sul-mato-grossense, considerada em muitas partes como pertencendo ao seu país” (SODRÉ, 1990, p. 100).

Por meio desse ambiente de circulação natural e livre, ora por terra, ora pelo rio, muitos paraguaios chegaram em Mato Grosso fugindo da fome e da miséria predominantes no país vizinho no período de pós-guerra. Alguns

fugiram das constantes crises e golpes de Estado que lhes impunham constrangimentos políticos. Outros foram atraídos por melhores alternativas de sobrevivência no Brasil. O fato é que “os vencidos pelo situacionismo começaram a cruzar a fronteira em busca de trabalho. Muitos deles, exímios vaqueiros, não encontraram dificuldades em obter abrigo nas fazendas de gado que se desenvolviam na região” (ESSELIN, 2011, p. 253).

Outros paraguaios, ainda, devido ao conhecimento e habilidades que possuíam na cultura da erva-mate, “eram empregados pelas empresas da região, principalmente as ervateiras” (CENTENO, 2008, p. 22), num sistema de escravidão por dívidas, “muitos trabalhadores paraguaios, no início da exploração, eram prisioneiros no Paraguai e foram trazidos à força por Thomáz Lorangeira e pela Companhia” (CENTENO, 2008, p. 141).

Até a década de 1920, as dificuldades impostas por esse espaço fronteiriço eram inúmeras. O isolamento das cidades, a precariedade das vias de acesso e também as grandes distâncias destinaram ao Paraguai importante papel na comunicação com Cuiabá e os centros mais populosos do país. Dessa forma, até uma simples correspondência precisava passar pelo Paraguai. Vinham de Assunção e eram retiradas em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia gêmea de Ponta Porã, no Brasil. Os jornais impressos e também as mensagens telegráficas partiam de *Concepción*. “No fim do século XIX e começo do século XX, para se chegar até Cuiabá, por exemplo, era necessário atravessar o interior do Paraguai, rumo à cidade de *Concepción* e de lá, seguindo pelo rio Paraguai, atingir Corumbá e finalmente Cuiabá” (CENTENO, 2008, p. 119-120).

Em relação ao comércio, essa dependência era mais evidente. Segundo CENTENO (2008, p. 120), o abastecimento e as trocas eram realizadas com comerciantes na cidade portuária de *Concepción*. Adquiriam sal, arame, ferramentas, utensílios domésticos, calçados, tecidos, alimentos e outros mais. Negociavam o gado mato-grossense com os frigoríficos de capital inglês e seguiam por meio de carretas para abastecer a população do lado brasileiro.

Tudo e todos dependiam do Paraguai, cujos municípios eram mais desenvolvidos que as vilas do lado brasileiro. Tal fato refletiria também culturalmente. Inclusive, na entrada ilegal de mercadorias, prática comum nessa época. Astúrio Monteiro de Lima, em seus relatos, evidencia essa

interação, de forma muito natural. “Nós da fronteira, pouco a pouco, assimilávamos dos vizinhos guarani, os hábitos, os costumes, o dialeto, o modismo e o estilo comercial” (LIMA, 1978, *apud* CENTENO, 2008, p. 121).

Se por um lado, as influências culturais foram favorecidas pela proximidade com o Paraguai e por uma suposta liberdade fronteiriça reforçada pelo isolamento, por outro, as enormes distâncias e o difícil acesso, favoreceram trocas *ilícitas e os descaminhos*. Estratégias como o contrabando de gado pela fronteira com o Paraguai foram importantes para a manutenção da atividade pecuária. Além do mais, “o contrabando de mercadorias de primeira necessidade garantia o abastecimento interno dos fazendeiros, isolados do resto do país pelas grandes distâncias e caminhos irregulares” (CORRÊA e CORRÊA, 2010, p. 47).

“Os mesmos descaminhos do boi para o Paraguai e outras regiões platinas envolveram também a circulação de outras mercadorias, especialmente os subprodutos da pecuária da fronteira: charque, couros de boi secos ou salgados (artigo de maior valor), solas, ossos, sebos e, além disso, também a erva-mate. Do outro lado da fronteira foram contrabandeadas mercadorias diversas, dentre elas cavalos e sal para as fazendas do sul de Mato Grosso” (CORRÊA e CORRÊA, 2010, p. 47, 48).

Além de espaço de trocas comerciais lícitas ou ilícitas, “a fronteira foi um contexto de trocas culturais onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimentas e, em especial da língua enquanto fator de identificação de uma determinada comunidade” (CORRÊA, 2012, p. 59). Devido a essas singularidades, a fronteira se apresenta como terreno fértil para a pesquisa e propício ao entendimento da prática *cultural Toro Candi*. No entanto, deve ser “compreendida a partir da temporalidade e da ação transformadora do homem sobre um determinado território, caso contrário, fica prejudicada a explicação de suas finalidades e de seu sentido histórico” (CORRÊA, 2012, p. 43).

Nesse sentido, deve-se ter em mente que o entendimento do *Toro Candil*, em sua totalidade, passa pelo entendimento e compreensão do lugar

onde é realizado, ou seja, a fronteira. Não por acaso, Porto Murtinho, cidade onde acontece essa prática cultural, está localizada a sudoeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira, região do Itatim, onde se encontra a única porção do Chaco brasileiro, no Pantanal. Nesse espaço fronteiriço, segundo ESSELIN (2012, p. 67), os sertanistas do fim do séc. XVII encontraram o rebanho bovino e, por isso, a nomearam de “Vacaria”.

Entre os historiadores, há um consenso sobre os limites do Itatim ou Campos de Xerez: ao norte, os rios Taquari e Mbotetei; o rio Paraguai a oeste; o Apa ao sul; e a leste a Serra de Maracaju. Esse espaço geográfico corresponde na atualidade à planície sedimentar do Pantanal. “A enorme depressão paraguaia, com seus 140.000 km<sup>2</sup> constitui uma região extremamente rica e plenamente apta ao desenvolvimento da pecuária, da criação do gado bovino sem o emprego de qualquer tecnologia” (ESSELIN, 2011, p. 66).

Estimulados pela proximidade com o Peru, os espanhóis, nos sécs. XVI e XVII, ocuparam essa região, vista “como um território extremamente estratégico para ligar seus destinos aos dos peruanos detentores das ricas minas de prata. Essa era também uma ocupação geopolítica para evitar a entrada dos portugueses em territórios espanhóis ricos em metais” (ESSELIN, 2011, p. 74). A grande quantidade de índios guarani existentes nesse lugar contribuiu de modo decisivo com o interesse e a ocupação dos espanhóis. Os guarani eram agricultores de vida sedentária e de fácil trato.

Em suas caravanas formadas por carretas puxadas por juntas de bois, os espanhóis partiam de Assunção para fundar cidades. Levavam sementes para o cultivo, além de utensílios diversos. Os pequenos rebanhos “bovinos e equinos” eram conduzidos por indígenas para serem usados na lavoura, no preparo do solo e na colheita. Além disso, serviam de alimento, pois forneciam importante fonte de proteína, e também eram utilizados como meio de transporte. “Provavelmente, as primeiras cabeças de gado bovino entraram em território sul-mato-grossense em 1580, isso aceitando-se essa data como sendo correspondente à primeira fundação de Santiago de Xerez” (ESSELIN, 2011, p. 76).

A influência hispano-americana nessa região, assim como a do indígena, permite apreender o significado da prática cultural que tem o *Toro*, não o boi,

como personagem principal. Tais particularidades fazem dessa fronteira um lugar singular, construído a partir de trocas, de trânsitos e de conflitos. Pressupõe um lugar onde a diversidade e as diferenças culturais afloram nas relações sociais para que as pessoas e o lugar possam existir no tempo e no espaço.

Vem daí a importância do *Toro Candil*, enquanto manifestação cultural que difere das demais existentes no Mato Grosso do Sul e também no Brasil. Reafirma, com sua própria singularidade, a universalidade do espaço em questão, pois pode ser interpretada como modo de expressão e de representação do trabalhador paraguaio, que se estabeleceu na fronteira. O *Toro Candil* pode ser compreendido, então, como consequência direta da proximidade com o Paraguai.

### **O simbolismo e os festejos do boi**

Os “Bois” são práticas culturais que se formam a partir da mistura de elementos originados na metrópole e de adaptações ocorridas nas diversas regiões pecuárias do país:

“[...] durante os séculos XVI e XVII, pequenos dramas eram frequentemente representados em Portugal; além disso, nas procissões, figuravam “touras” ou ‘tourinhas’ fabricadas com uma armação de vime coberta de pano, sob a qual se dissimulava um homem que a dançar precedia ou seguia o cortejo. Acredita-se que no Brasil tenham se misturado representações dramáticas e ‘tourinhas’, resultando então na dança dramática do Bumba-meu-Boi.

[...]. Os papéis femininos são desempenhados por homens, reminiscências do tempo antigo em que era considerado indecente que uma mulher representasse nas comédias.

[...]. Além disso, a dança dramática constitui um veículo de crítica e um meio de controle social. Os autores denunciam, nos versos que improvisam, os abusos de poder cometidos pelas autoridades: pelo Cavalo-Marinho que simboliza o grande proprietário rural, pelo médico, pelo vigário, pelo

delegado, ridicularizados em suas manias ou em vícios” (QUEIROZ, 1976, p. 183, 184).

Conforme o lugar onde é realizada, recebe diferentes denominações: “Bumba meu Boi”, “Boi”, “Boi Calumba”, “Boi de Mão” e outros. O roteiro central e alguns personagens, como o boi, a Catirina, o proprietário do boi, os vaqueiros, o padre, o médico e o delegado, são sempre os mesmos. No entanto, “podem se adicionar a estes, alguns animais fantásticos, com a finalidade de amedrontar os espectadores” (QUEIROZ, 1976, p. 183).

A figura do boi, de forma geral, está envolta em um complexo, ambíguo e variado simbolismo. Tanto pode representar o espírito macho combativo quanto a força fertilizante. Paradoxalmente pode referir-se tanto à sexualidade como à perfeição espiritual. Em contos populares como “A Bela e a Fera”, percebe-se na figura do boi, a evocação do magnetismo, a violência masculina e seu poder fecundo, “... ao mesmo tempo, atrai e mete medo; a energia animal que precisa ser alquimicamente transmutada em sentimento, para possibilitar o encontro de amor e o restabelecimento da condição humana plena do ser metamorfoseado” (ALCOFORADO, 2005, p. 3).

Os bovinos foram considerados animais sagrados no Egito e ainda hoje o são na Índia. Em seu percurso histórico, assumiram diversas funções para a humanidade. Motivaram a escrita pictográfica, inspirando o homem, desde que este passou a registrar seu cotidiano, e, assim, a cabeça do boi deu origem da letra A – o *aleph*, primeira letra do alfabeto hebraico. Na mitologia grega antiga, Zeus transformou-se num grande e sedutor touro branco e raptou Europa. E, também, foi guardião do Labirinto em Creta (ALCOFORADO, 2005, p. 3). Dessa forma, a tradição grega relegou a Creta, ilha de Minos, a herança das lutas com o touro – segundo Aline Figueiredo, “esporte este precursor das touradas, que se espalhou pelo Mediterrâneo, ainda hoje em vigor na Espanha e Portugal” (FIGUEIREDO, 1994, p. 23).

Em documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, GOULART (1965) recolheu manuscritos que relacionam a origem das touradas ao ritual bárbaro de “aigizeiu”, existentes no culto ao deus grego Dionísios, onde os moços iniciados apanhavam um touro, despedaçavam e comiam sua carne crua, suas entranhas. Recordavam assim a lenda de uma divindade que fora

desgarrada e devorada. “Anteriormente era mais cruel, uma forma canibalesca onde em honra de Baco Ornádio ofereciam-se sacrifícios humanos ‘deante’ do seu altar” (GOULART, 1965, p. 199).

Ainda segundo GOULART (1965, p. 199), “Para invocar os deuses Ornestes, Omádios e Antroporraistes, era necessário o holocausto de seres humanos”. Esse ritual teria dado origem à lenda de Teseu, o herói do labirinto. Aos poucos, esse costume foi abandonado, sendo substituído o homem pelo touro. Na atualidade, caso ainda existam práticas culturais que sacrifiquem o touro, podem ser vistas como reminiscência desse ritual. Porém, com o passar do tempo, perderam o caráter de culto, sendo vistas como uma arte, denominada “tauromaquia”. “Houve época em que esse divertimento popular foi muito praticado no Brasil” (GOULART, 1965, p. 197). Aconteceram até 1943, quando ficou proibida sua realização.

“A Tourada é um espetáculo de agilidade, destreza, sangue frio e arrojo e é incrível que um toureiro faça tantas e arriscadas pegadas, fintas, escorneio, derrube o touro (ou vaca) só para ganhar a “sorte”. Sorte é o que um fazendeiro ou “grandão” oferece pela façanha que vai fazer, dá-lhes 50 ou 100 cruzeiros...Tourear, fintar, passar a capa, pegar a unha, pregar estrelas, escornear, montar é o espetáculo másculo e inofensivo que nos proporciona a Tourada Brasileira” (GOULART, 1965, p. 201).

No Rio de Janeiro, as touradas eram realizadas por ocasião do nascimento ou casamento de um monarca ou em dias de feriados, cujas datas eram significativas. Estruturadas em seu espaço cênico, as praças dos touros reforçavam o poder e o domínio da monarquia portuguesa. Tiveram seu auge em 1808, após a chegada da corte real ao Brasil. Esses eventos, aconteciam sempre com muita música, dança, bebidas alcoólicas e fogos de artifício. De forma muito própria, as touradas evidenciavam a centralização monárquica, tendo por intuito fortalecer os elos de fidelidade entre colônia e metrópole. (MELO, 2013, s/p.).

No antigo Mato Grosso também haviam touradas. Em Cuiabá, aconteciam nos festejos do “Senhor Divino”. Chegaram a ser o maior acontecimento social da cidade. Ocasão para estrear roupa nova e demonstrar suas posses. As pessoas de posses ou os grandes apreciadores dessa distração “mandavam erguer palanques para uso próprio, espécie de coretos enfeitados e cobertos de fazendas vistosas, bem junto à cerca para verem melhor e melhor serem vistas. (GOULART, 1965, p.197, p.198).

Apesar de acontecerem touradas no Brasil, como a ideia de toureiros não prosperasse pelo sertão, estes foram substituídos por vaqueiros negros ou caboclos, personagens mais integrados ao lugar. “Quem cuida ou toma conta do ‘boi’ não é o toureiro, é o vaqueiro” (CAMARA CASCUDO, 1956, p. 62).

Nas regiões onde se destaca a pecuária, principalmente no nordeste, onde outrora não havia divisão de terras com arame, “vive uma literatura oral louvando o boi, suas façanhas, agilidade, força, decisão” (CÂMARA CASCUDO, 1962, p. 118). São registros da pecuária como atividade econômica naquela região. Inscricões vivas de épocas em que a criação do gado era exclusivamente realizada em campo aberto, sem limites de cercados. “Veze, o boi escapava e sua fama crescia pela ribeira... Eram os barbatões invencíveis, desaparecidos nas serras e várzeas, bebendo em olheiros escondidos e sesteando nas malhas distantes” (CÂMARA CASCUDO, 1962, p. 118). Por isso mesmo, do vaqueiro exigia-se máxima destreza e coragem para rastrear e levar o boi ao curral.

A cultura do boi deixou rastros, e ainda hoje este é representado pelo povo nas suas mais variadas formas de expressão, sendo talvez o Bumba meu boi a prática cultural de maior divulgação e aquela em que, segundo Alcoforado, o “imaginário popular mais tenha atuado em termos de uma reelaboração simbólica” (ALCOFORADO, 2005, p. 3).

Esse auto popular apresenta várias versões de acordo com o lugar onde acontece. Em síntese, conta a história de um rico fazendeiro que tem um boi de estimação roubado por Pai Chico, trabalhador de sua fazenda, para satisfazer o desejo de sua mulher Catirina, que está grávida e desejando comer a língua do boi. Sentindo a falta do animal, o fazendeiro encarrega vaqueiros de o procurarem. Quando o encontram, ele está doente e pajés são chamados para curá-lo. Depois de muitas tentativas, o boi finalmente melhora, e o fazendeiro,

ao saber do motivo do roubo, perdoa “Pai Chico” e “Catirina”, encerrando a representação com uma grande festa.

Normalmente, é representado por adultos e crianças do sexo masculino. “As damas são travestis, obedientes aos velhos preceitos proibitórios da coroa portuguesa, excluindo mulheres do palco ou festas públicas” (GOULART, 1965, p. 210). Acontece por ocasião dos festejos natalinos até o Dia de Reis, 6 de janeiro.

“Amadeu Amaral Júnior, em trabalho intitulado *Reisado, Bumba meu Boi e Pastorís*, preocupou-se com as variadas versões desses autos populares em diversos Estados e localidades de um mesmo Estado. Nesses folguedos, o boi tem papel saliente. Do mencionado estudo extraímos a seguinte passagem: - “O *boi* é um esqueleto conforme o espinhaço de um boi feito de madeira ou cipó e uma cabeça de boi de verdade, com chifres. Sob essa armação vai uma pessoa. O boi apresenta-se dançando e dando marradas num dos Mateus, sendo conduzido por outro. Procura assustar a assistência. Em dado momento um dos Mateus bate com o cacete na cabeça do boi. Este cai feito morto” (GOULART, 1965, p.209).

No Amazonas, no Pará e no extremo norte do país essa prática é conhecida como “Boi-Bumbá” ou ainda pelo nome de “BOI”. Os festejos do boi são características das festas joaninas, iniciam às vésperas de S. Antônio indo até o último dia do mês de junho, podendo se prolongar até o mês de julho. “No nordeste elas são encenadas durante o Natal, a quadra natalina, a mesma quadra das Pastoras e dos autos dos Reis e o mesmo acontece no interior da Bahia como bem se depreende do nome de Boi-de-Reis usado pelos moradores ribeirinhos e barranqueiros sanfranciscanos”. (GOULART, 1965, p. 203).

Em Santa Catarina, acontece o Boi de mamão, que é visto no período que vai do Natal ao Carnaval. Além do boi, são personagens constantes o vaqueiro, em alguns lugares “chamador” – chefe do bando – e o cavalinho. As

outras personagens, figurantes – a cabra, o cachorro, a *abrenuncia* ou *bernunça* – variam conforme o lugar. Por fim, o doutor, que tem a função de benzedor. A pessoa que carrega o boi é chamada de “brincador” (GOULART, 1965, p. 206).

“Acompanham o ‘Boi-de-mamão’ homens e crianças do sexo masculino. Além das figuras de animais há, também, mascarados. Estes são trajados de roupas velhas, máscaras e bordão. Alguns vestem-se de roupas de mulheres, a fim de representar o casal. Acompanha o “Boi-de-mamão” um gaiteiro. Antes de entrarem nas casas brincam na rua e pedem licença para entrar. Tornam a entrar dentro de casa. Os mascarados são incumbidos de pedir esmolas aos donos das casas. Depois da brincadeira é oferecido a todos café, pão, doces e bebidas. As esmolas que recebem são para as despesas e o restante, muitas vezes, oferecem à Igreja local” (GOULART, 1965, p. 207).

Em Mato Grosso Sul, “senhor” das grandes pastagens, das grandes áreas de vacarias, o boi criado solto no pasto deixou o rastro de uma nação ameríndia, de colonização espanhola que por aqui se aquerenciou antes de ser expulsa pelos bandeirantes provenientes do Leste. Naquele tempo do Brasil Colônia, o boi era medida de tudo: alimento, transporte e moeda de troca. Tal é sua importância, que ainda hoje o boi, no contexto das relações capitalistas, nessa região, ainda hoje é a linguagem dos poderosos, uma vez que Mato Grosso do Sul um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, segundo dados do IBGE.

Nos rastros do boi, atrelou-se o *Toro Candil*. Essa prática cultural é mais comumente encontrada na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com o Paraguai, sendo também conhecida como “*brincadeira do Toro Candil*”, e pode ser vista em várias cidades sul-mato-grossenses em que a cultura paraguaia é encontrada, ainda que sempre como atividade isolada, restrita a um grupo ou uma família que a mantêm por tradição, ou devoção.

“[...] uma armação que imita o formato de um boi ou vaca é feita de arame e coberta por chitão ou qualquer outro tipo de tecido, dando forma ao corpo do animal. Na extremidade dianteira da armação coloca-se o crânio de um bovino com chifres, em cujas pontas é fixado um pedaço de pau em que se amarram bolsas de estopa embebidas em querosene, imitando os chifres de um *toro* (do espanhol, touro) aos quais é ateadado fogo para que se transformem em um *candil* (do espanhol, candeeiro)” (TEDESCO, 2011, p. 74, 75).

No couro do *Toro Candil*, foram tatuadas as marcas do colonizador. Podem ser percebidas desde as falas ouvidas durante a realização dessa prática cultural, em Porto Murtinho, até sua denominação em Espanhol. Também são evidenciadas suas origens, na execução da polca paraguaia, da guarânea e do chamamé, ritmos dançados pelas promesseiras durante a festa, na fronteira. Em meio a risos e gritos de alegria, os fiéis expressam a grande devoção dedicada à Nossa Senhora de Caacupé, cuja imagem é mantida em um altar enfeitado com as cores e as bandeiras do Brasil e do Paraguai.

### **As festas e os rituais de fogo**

A palavra “festa”, segundo o dicionário da religiosidade popular (POEL, 2013, p. 414), tem origem remota no latim “feriae”, “ferias”, dias de paralisação dos trabalhos em honra aos deuses. No contexto da humanidade, “data das mais remotas eras”. As festas, acontecem desde que o homem passou a produzir seu próprio alimento, plantando. Estão associadas aos ritos protetivos e de súplica à “mãe” natureza e às entidades supremas para que livrem as lavouras e as plantações das pragas, danos ou malefícios e produzam abundantemente (ARAÚJO, 1973, p. 11).

Provavelmente a realização das festas de forma repetida estava condicionada ao calendário agrícola e dava a estas uma função comemorativa. Os períodos de semeadura ou colheita levavam o homem a “congregar os demais da vizinhança para regozijo, para agradecimento ou pedido de

proteção”. Festa de produção ou de consumo que chegaram até nós como acontece com as Festas populares de São João ou do Divino Espírito Santo.

Ao longo dos séculos, foram associados a essas festas, outros elementos tais como padroeiros, entidades sobrenaturais e, mais tarde, santos do calendário católico. Além destes, agregaram-se a comilança e a bebedeira, características das festas em homenagem a Baco. Também as máscaras, os disfarces, os enfeites e adornos, a música, o baile, as procissões, as liturgias e outros mais. “As festas tiveram uma origem comum: uma forma de culto externo tributado a uma divindade, realizado em determinados tempos e locais desde a arqueocivilização” (ARAÚJO, 1973, p.11).

A Igreja Católica, tendo fixado o *ano eclesiástico*, determina os dias para o culto do divino. Os *dias de festa* passam a ser divididos em *festas do Senhor*, e os *dias comemorativos dos santos*, que incluem a devoção à Nossa Senhora e aos padroeiros das cidades. Também podem ser divididas de acordo com o movimento do Sol em festas do solstício de inverno e solstício de verão. Tem-se então dois grandes grupos de festas religioso-profanas que “envolvem as calendárias, as de padroeiros e outras, distribuídas em festas do *ciclo do verão* e *ciclo do inverno*” (ARAÚJO, 1973, p. 12). Associam-se, dessa forma, ao dia e à noite mais longa do ano, onde o Sol, intencionalmente ou não, é cultuado antes, durante e após os primeiros dias de anúncio solsticiais.

O uso do fogo em práticas culturais do povo está ligado à descoberta dos solstícios. O culto ao fogo perpetua-se e permanece ligado ao inconsciente. Está profundamente associado ao coração dos humanos. “É a procura do Sol, ente máximo da verdadeira renovação da vida, a que assistimos diária e anualmente” (MOURÃO, 2012, p. 67). No Hemisfério Norte, os solstícios originaram duas festas coletivas, de verão em 21/22 de junho, e a de inverno, em 21/22 de dezembro. Nestas, “o Sol era honrado com o fogo, a luz suprema, que o homem oferecia às divindades pagãs” (MOURÃO, 2002, p. 66).

As festas dedicadas ao fogo, então, têm como ritual principal acender uma fogueira para dar mais força ao Sol. As festas ligadas aos solstícios de verão (dia mais longo do ano), ocorrem em junho no Hemisfério Norte (data correspondente ao início do inverno no Hemisfério Sul). A partir desse dia, o Sol torna-se mais fraco, ficando os dias mais curtos, até o solstício de inverno,

em que tem lugar a noite mais longa do ano. Nesse período acontece a festa de inverno.

Em virtude da inclemência climática, em dezembro, “nos países do Hemisfério Norte, a festa de São João passou a ser a mais praticada. Por uma transposição essencialmente cultural, os povos do Hemisfério Sul passaram a comemorar a festa do Sol em junho, durante o dia de São João” (MOURÃO, 2002, p. 66).

No Hemisfério Sul, as festas ligadas ao solstício de inverno também estão relacionadas com a colheita do milho. São exemplos, além de São João, as de Santo Antônio, São Pedro e a do Divino. As do solstício de verão tem o Natal como a principal festa desse período. Fazem parte do ciclo natalino as folias de reis, os reisados, as pastoris, os baianás, os terno-de-reis, o bumba-meu-boi, as congadas, os círios e as dedicadas à Nossa Senhora (ARAÚJO, 1973, p.18, 23).

Para BACHELARD (1999, p. 49), a festa do Sol (e da colheita) “é sobretudo uma festa da semente do fogo” e está associada ao anseio de fecundidade dos animais, dos campos e das mulheres. O fogo, em seu caráter ambivalente, representa o bom e o mau. Pode ser doçura e tortura. Pode contradizer-se, por isso é um dos princípios de explicação universal. “O fogo é, assim, um fenômeno privilegiado capaz de explicar tudo. Se tudo o que muda lentamente se explica pela vida, tudo o que muda velozmente se explica pelo fogo” (BACHELARD, 1999, p. 11-12).

No ritual de fogo que acontece em dezembro, na fronteira do Brasil com o Paraguai, durante a brincadeira do *Toro Candil*, duas tochas incandescentes presas aos chifres iluminam como candeeiros o escuro da noite de Porto Murinho. Respingam fagulhas, torcem-se, retorcem-se e, num bailado sedutor, encantam, mas também atormentam. O odor forte do querosene a incomodar as narinas e a fumaça escura resultante da combustão revivem uma época em que a luz elétrica ali não existia e em que o boi, além de servir de alimento, era utilizado como tração animal, no transporte dos ervais e quebrachais (TEDESCO, 2011, p. 105).

“Técnicas rudimentares, como o uso do fogo, eram eficazes para o homem fertilizar a terra e plantar seu próprio

alimento. Sem o recurso de venenos ou adubos artificiais para as plantações, contava-se apenas com a ajuda da Mãe Natureza e, quem sabe, com a de seus deuses pagãos”. Nesse sentido, podemos pensar ainda o *Toro Candil* como manifestação do inconsciente coletivo, constituindo-se em prolongamento dos rituais agrários que marcavam as estações do ano” (TEDESCO, 2011, p. 105).

O fogo, dessa forma, “assim como o Sol pelos seus raios, simboliza por suas chamas a ação fecundante, purificadora e iluminadora. Mas ele apresenta também um aspecto negativo: obscurece e sufoca por causa da fumaça; queima, devora e destrói: o fogo das paixões, do castigo e da guerra” – fogo como elemento que queima e consome, mas também como símbolo de purificação e de regeneração (CHEVALIER. 2009, p. 443).

Ao longo desse estudo, se evidenciou, que, tanto o touro como o fogo presentes na prática cultural *Toro Candil*, por sua simbologia, podem ser interpretados como uma representação do drama existencial humano. O fogo pode representar por suas chamas o desejo de transformação. Em seu caráter ambivalente representa o que há de bom e de mau. O Touro em seu caráter reprodutor, se diferencia do boi biologicamente. O bovino dessa forma também sintetiza em sua simbologia o caráter paradoxal desse animal, relacionado a sexualidade e a perfeição espiritual. Tanto pode representar o macho combativo, quanto a força fertilizante.

No caso do *Toro Candil*, especificamente, trata-se de uma prática cultural que provém da classe trabalhadora, que passou a viver em Porto Murtinho, depois da Guerra contra o Paraguai. Trabalhava em fazendas de gado, nas charqueadas e nos quebrachais. Devido à base da população paraguaia ser formada por, mestiços e índios guarani, suas práticas culturais refletem essa formação. Em Porto Murtinho, associaram-se hábitos portugueses também. Essa mistura configura o paraguaio da fronteira. Uma vez no Brasil, recriaram em Porto Murtinho a vida, a história, o linguajar, a culinária, as crenças e os costumes deixados para trás, muito além das barreiras geográficas. A presença hispano-americana nessa região, nos

primórdios de sua ocupação, permite apreender o significado da prática cultural que tem o *Toro*, não o boi, como personagem principal.

O *Toro Candil* é realizada na festa católica que acontece, como promessa à Nossa Senhora de Caacupé, no dia 7 de dezembro, à noite. De forma geral, as festas católicas têm origens nas ancestrais festas célticas, onde fogueiras eram acesas para dar mais luz ao sol (divindade pagã). Estão relacionadas a descoberta dos solstícios, à fertilidade da mulher, dos animais e da terra.

Em Porto Murtinho, é prática cultural singular e pode ser entendido como forma de expressão do trabalhador paraguaio. Constitui-se como paródia das *corridas de toros* ou das *toradas* espanholas. Naquele “espaço”, entre a varanda e a rua, ou no pátio da igreja, os devotos de Caacupé, revivem a vida pregressa no Paraguai. Na festa, são vistos também, o jogo com a bola de fogo - a *pelota tata* e os *maskaritas*. Essas práticas culturais fizeram parte de sua infância, na terra natal e também em Porto Murtinho. Hoje, podem ser compreendidas como fragmentos da cultura paraguaia.

## 5. Referências Bibliográficas

ALCOFORADO, D. F. X. A representação do ciclo do boi nos romances tradicionais. In: Simpósio nacional de história, 23, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005. p.1-11

ALVES, G. L. O universal e o singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, G. L. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003. p.19-29.

ANTUNES, A. S. B. **Nostalgia do todo**. 2008. 14f. Monografia (Especialização em Linguagem das Artes) – Centro Universitário Maria Antonia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira**. 2ed. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 198p.

BACHELARD, G. **A psicanálise do fogo**. Trad. Paulo Neves. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 176p.

CASCUDO, L. C. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Documentário da vida rural nº 9. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1956. 90p.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro. A- I**. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura. 2ed. Rio de Janeiro, 1962. 380p.

CENTENO, C. V. **Educação do trabalhador na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura**. Campo Grande: UFMS, 2008. 241p.

CHACAROSQUI, G.F.T. A cultura sul-mato-grossense e sua condição mestiça: aspectos semióticos da manifestação popular do el toro candilin. **BOITATÁ, Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL**, Londrina, n. 10, p. 18-33, jul-dez 2010.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Trad. de Vera da Costa e Silva. Raul de Sá Barbosa, Angela Melim, Lúcia Melim. Carlos Sussekind (Coord.); 23ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 996p.

CORRÊA, L. S. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso: 1870 – 1920**. 2ed. Campo Grande: UFMS, 2012. 300p.

CORRÊA, V. B.; CORRÊA, L. S. Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40). **Albuquerque: revista de história/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 43-67, 2010.

ESSELIN, P. M. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados: UFGD, 2011. 358p.

FAVERO, S.; KNEVITZ, P. S. I., OLIVEIRA, A. K. M.; GARNÉS, S. J. A. Insetos aquáticos como bioindicadores do Pantanal sul-matogrossense. In: OLIVEIRA, A. K. M.; GARNÉS, S. J. A.; FIGUEIREDO, R. S. **Meio ambiente e produção interdisciplinar: sociedade, natureza e desenvolvimento**. Campo Grande, Ed. UNIDERP. 2008, p. 121-135.

FIGUEIREDO, A. **A propósito do boi**. Cuiabá: UFMT, 1994. 226p.

GOULART, J. A. **Brasil do boi e do couro**. 1v. O Boi. Rio de Janeiro - GB: Edições GRD, 1965. 264p.

MARX, K. 2013. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital** / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013. 894p.

MATO GROSSO, C. **Teatro em questão: o ciclo de dramaturgia “Pedro Palito” e o significado cultural do “herói amarelinho”. O Teatro de Resistência do Gutac Inecon em MS – 36 anos**. Campo Grande: Alvorada, 2009. 234p.

MELO E SILVA, J. **Fronteiras Guaranis**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. 238p.

MELO, V. A. As touradas nas festividades reais do Rio de Janeiro colonial. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 365-392, 2013.

MOURÃO, R. R. F. **O livro de ouro do Universo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 509p.

POEL, F. **Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil/ Francisco ban der Poel (Frei Chico)**. Curitiba: Nossa Cultura, 2013. 1125p.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976. 242p.

SIGRIST, M.; SIMOCELLI, M. I.; VILLHALBA, J. T. **Documento Aberto às Instituições, Imprensa e Sociedade**. Campo Grande, MS. Disponível em: <<http://artigosmarleisigrist.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

SODRÉ, N. W. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Ed. facsim. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. 205p.

TEDESCO, G. P. **A brincadeira do *Toro Candil*: uma manifestação da memória cultural local**. 2011. 115f. Campo Grande. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Dissertação de Mestrado).

TEDESCO, G. P. **Toro Candil: iluminando as fronteiras em Mato Grosso do Sul**. Papéis, Campo Grande, v. 13, n. 25, p. 125-139, 2009.

## 6. Artigos

### Artigo I

#### No rastro do *Toro Candil* em Porto Murtinho, o registro da ocupação do sul de Mato Grosso

Giselda Paula Tedesco

#### Resumo

Este artigo trata da ocupação da fronteira sul do antigo Mato Grosso, mais especificamente da região de Porto Murtinho, onde se realiza o *Toro Candil*, prática cultural relevante e singular nesse espaço fronteiriço. O objetivo é analisar o processo de ocupação desse município, localizado a sudoeste de Mato Grosso do Sul, no qual foi determinante a exploração da erva-mate, da pecuária e do quebracho. A força de trabalho recrutada foi predominantemente de origem paraguaia e, conseqüentemente, indígena, uma vez que a base formadora da nação paraguaia foi constituída por povos guarani, daí, como decorrência, as práticas culturais, a exemplo do *Toro Candil*. As discussões teóricas que norteiam a análise foram realizadas a partir dos estudos de ALVES, CENTENO, MARX e SODRÉ. Fontes primárias foram obtidas por meio de consultas ao *Álbum Gráfico de Mato Grosso* e dados obtidos no site do IBGE. As fontes secundárias foram produzidas por CORRÊA e CORRÊA, CORRÊA FILHO, ESSELIN, HUECK, MELO, POTT, SARTORI, SILVA e TEDESCO. Como resultado mais geral, foi possível apreender a história da ocupação do espaço fronteiriço em estudo e sua relação com as práticas e os saberes culturais existentes na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, em Porto Murtinho. E, nesse sentido, evidenciou-se que o imigrante paraguaio foi de importância fundamental para a manutenção e realização do *Toro Candil* até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional, Fronteira, Pecuária, Quebracho Práticas culturais.

## **Abstract**

### **In the footsteps of the "Toro Candil" in Porto Murtinho, the register of the occupation of the South of Mato Grosso**

This article discusses about the southern border occupation of the old Mato Grosso, more specifically the Porto Murtinho region, where it performs the Toro Candil, relevant and unique cultural practice in this border area. The goal is to analyze the process of occupation of this county, located southwest of Mato Grosso do Sul state, in which the exploration of yerba mate, cattle raising and "quebracho" was decisive. The enrolled labor force was predominantly from Paraguayan origin and, consequently, indigenous, since the formative base of the Paraguayan nation was constituted by "Guarani" people, hence, as a result, the cultural practices, such as the Toro Candil. The theoretical sources that guide the analysis were searched from the studies by ALVES, CENTENO, MARX and SODRÉ. Primary sources were obtained by consultation to the Graphic Album of Mato Grosso and obtained data into IBGE website. The secondary sources were produced by CORRÊA & CORRÊA, CORRÊA FILHO, ESSELIN, MELO, POTT, SARTORI, SILVA and TEDESCO. As a more general result, it was possible to understand the history of the border area occupation under study and its relation to the cultural practices and knowledges from the border between Brazil and Paraguay, in Porto Murtinho. And, in that sense, it was evidenced that the Paraguayan immigrant had a fundamental importance for the maintenance and realization of Toro Candil until the present day.

**Keywords:** Regional Development, Border, Cattle Raising, Cultural Practices.

## Introdução

Este artigo trata da ocupação da fronteira sul do antigo Mato Grosso, mais especificamente da região de Porto Murtinho, onde se realiza o *Toro Candil*, prática cultural relevante e singular nesse espaço fronteiriço. O objetivo é analisar o processo de ocupação desse município, localizado a sudoeste de Mato Grosso do Sul, no qual foi determinante a exploração da erva-mate, do quebracho e da pecuária. A força de trabalho recrutada foi predominantemente de origem paraguaia e, conseqüentemente, indígena, uma vez que a base formadora da nação paraguaia se constituiu por povos guarani, daí, como decorrência, as práticas culturais a exemplo do *Toro Candil*.

A análise do processo de ocupação de Porto Murtinho permite a compreensão de sua história, sua geografia, além de seus aspectos ambientais políticos e econômicos. A partir daí, é possível especificar a fronteira onde se localiza essa cidade e apreender o significado de heranças culturais, tais como o *Toro Candil*, ali depositadas.

Nesse espaço geográfico que hoje compreende também o município de Porto Murtinho, a presença do índio era uma constante. Dessa forma, a ação do colonizador espanhol e o contato com os Guarani, em especial, foi fator determinante para a emergência de várias práticas culturais paraguaias consideradas na atualidade sul-mato-grossenses. Na proximidade com o Paraguai, no vai e vem da fronteira, além do homem, também a música, a culinária, o linguajar e outros hábitos foram transplantados. Seria esse fator determinante para a existência do *Toro Candil*?

Os estudos realizados permitiram uma melhor interpretação desse espaço fronteiriço, do imigrante que lá se instalou, de seus meios de produção e de suas práticas culturais. Também o entendimento de que é a partir das relações que se estabelecem entre o homem e a natureza, da necessidade de manter seus meios de vida, que o homem existe e realiza. Transforma e se transforma. É na relação dinâmica do trabalho que o homem se sociabiliza, se solidariza. Surgem então as crenças, as devoções, as festas, enfim, práticas culturais, tais como o *Toro Candil*.

Inerente ao homem é o instinto de sobrevivência e a vontade de suprir suas necessidades. Alimentar-se, vestir-se, ter onde morar são questões básicas. Ou seja, é por meio de relações intrínsecas ao ser humano e às suas

necessidades que as sociedades se formam e evoluem. Isso pressupõe um caráter universal para as relações humanas, que, no entanto, serão atendidas em cada espaço social e histórico, de forma singular. Tal fato pode ser traduzido nas singularidades culturais existentes em cada lugar.

Como resultado mais geral, foi possível apreender como ocorreu a ocupação do espaço geográfico em questão e a relação com o meio ambiente, uma vez que homem e natureza são partes de um mesmo processo. Ou seja, entender o processo de ocupação é entender a história, é apreender as relações sociais e as práticas culturais existentes na região da fronteira entre Brasil e Paraguai, em Porto Murtinho. E, nesse sentido, evidenciou-se que o trabalhador paraguaio foi de importância fundamental para a manutenção e realização do *Toro Candil* até os dias atuais.

A pecuária foi a grande mola propulsora da economia nessa região. Em contrassenso o *Toro Candil* que evidencia o bovino, é realizado ainda hoje por uma população constituída pela classe trabalhadora, que se insere e destaca socialmente devido às suas tradições.

Essa prática cultural, nesse sentido, pode representar a diferença sociocultural existente em Mato Grosso do Sul. Nela, estão inscritos o modo de ser, viver, pensar e agir do trabalhador paraguaio que habita a fronteira. Devido a essa singularidade, é possível pensá-la como uma prática cultural sul-mato-grossense? Esse artigo se sustenta na tentativa de responder a esse questionamento.

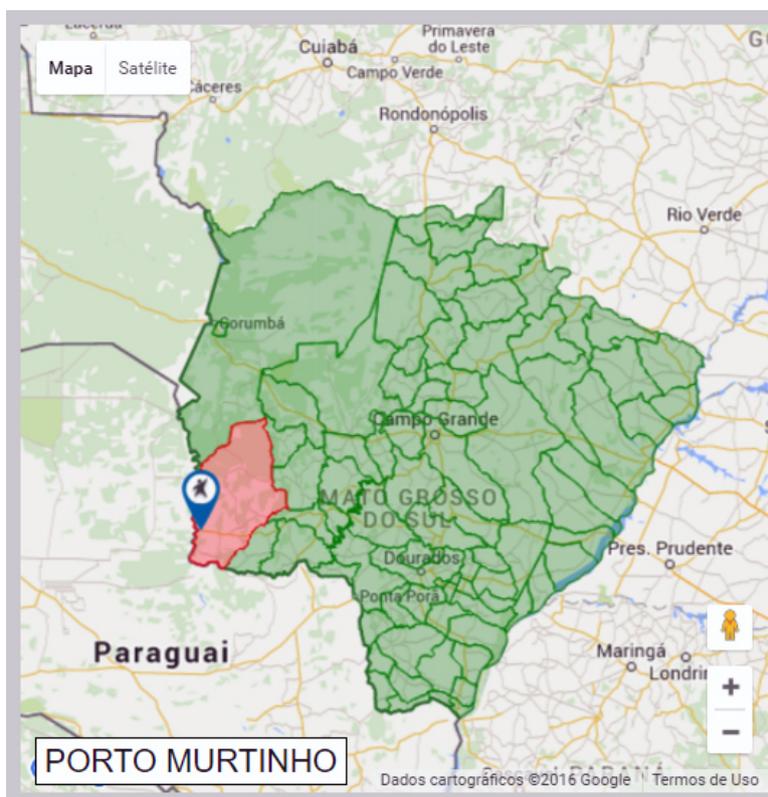
### **Procedimentos Metodológicos<sup>1</sup>**

A prática cultural observada, o *Toro Candil*, acontece em Porto Murtinho (Figura 1), cidade localizada a sudoeste de Mato Grosso do Sul, na divisa com o Paraguai. Tem como limite o rio de mesmo nome que separa e une ao mesmo tempo a cidade e o país vizinho. Limita-se ao norte com Corumbá, ao sul e a oeste com a República do Paraguai e a leste com Bonito, Jardim e Bodoquena. É parte da região pantaneira conhecida como Nabileque.

---

<sup>1</sup> O presente estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Anhanguera-Uniderp, por meio do Parecer Consubstanciado nº 1.450.564, contou com o apoio da Capes.

Inicialmente sob a jurisdição de Miranda, passou a distrito de Corumbá pela Resolução Estadual n. 255, de 10 de abril de 1900. Em virtude da Lei n.º 560, de 20 de setembro de 1911, promulgada pelo Decreto n.º 310, de 2 abril de 1912, Porto Murtinho foi elevado à categoria de vila. Em 8 de dezembro de 1919, pela Lei n. 810, passou a ser comarca. (MELLO e SILVA, 2003, p. 150). Pela Lei Estadual n. 962, de 12 de julho de 1926, Porto Murtinho tornou-se município.

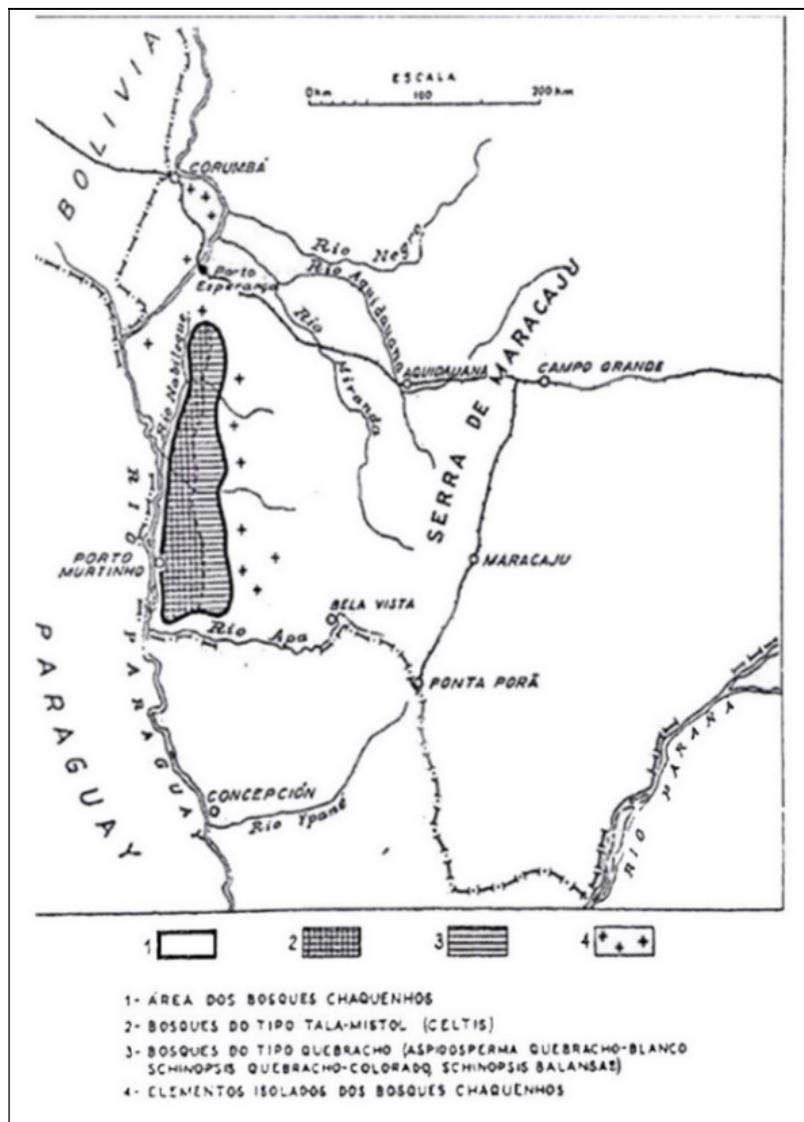


**Figura 1.** Localização geográfica de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul.  
**Fonte:** Confederação Nacional de Municípios – CNM. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/municipios/index/100150/100150062>>. Acesso em: 18/09/2016.

Para refletir sobre o processo de ocupação desse espaço fronteiriço, fez-se necessário compreender primeiramente a sua geografia além dos aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais que encetaram a ocupação do sul do Mato Grosso. Nesse intuito, buscou-se pensar o papel exercido pelas primeiras expedições e pelos primeiros colonizadores levando

em conta a presença do indígena, do imigrante paraguaio e a entrada do gado bovino na região. Para tanto, foram utilizadas fontes secundárias produzidas por HUECK (1955), MELO E SILVA (2003), POTT et al (2008), SARTORI, (2008), CORRÊA e CORRÊA (2009), ESSELIN (2011) e outros. Tais fontes foram de grande valia e alicerçaram a discussão.

Verificou-se, então, que o município envolve em seu território a única área de Chaco (Figura 2) no Brasil, correspondente a cerca de 70 mil km<sup>2</sup>. “A área total abrange aproximadamente, um milhão de km<sup>2</sup> e está presente na Bolívia, Paraguai e Argentina e em uma pequena faixa da fronteira do Brasil” (POTT et al., 2008, p. 42).



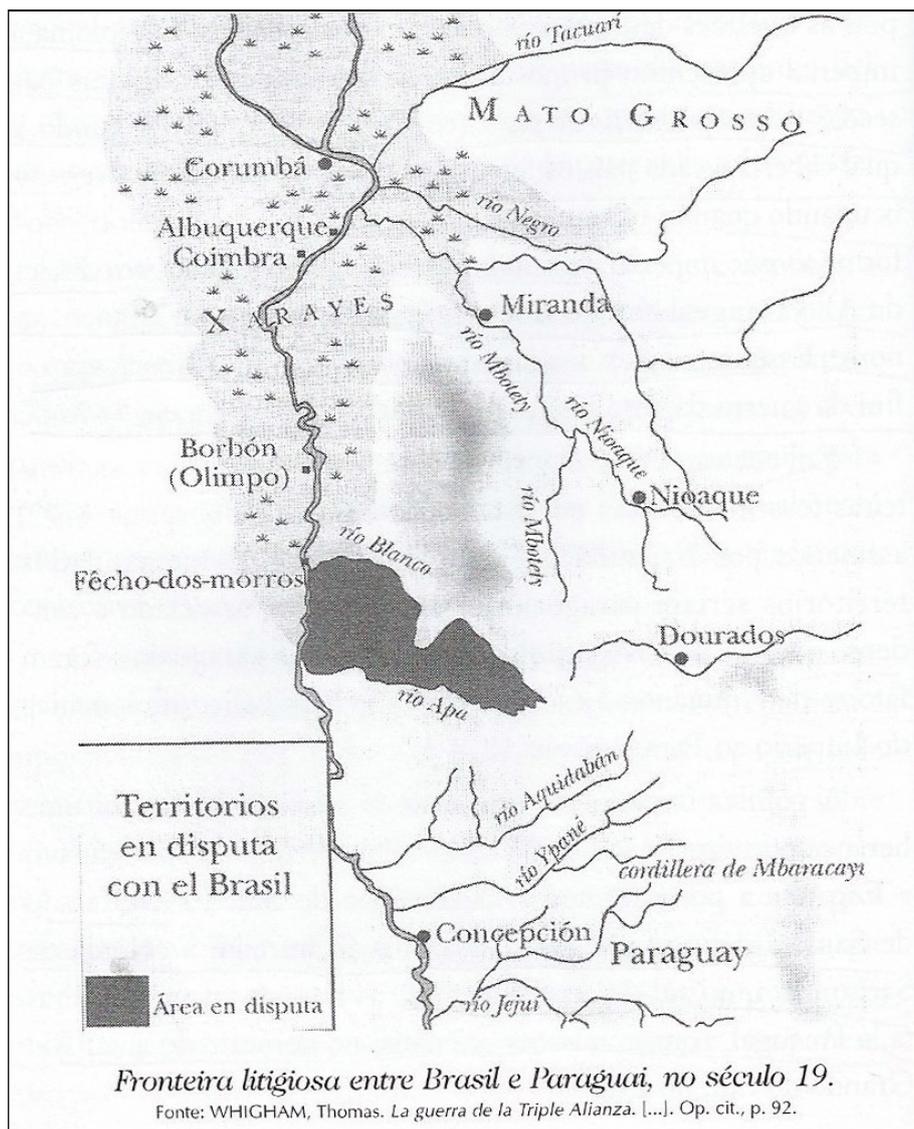
**Figura 2.** Área e tipos de bosques chaquenhos, próximo a Porto Murtinho.

**Fonte:** HUECK, 1955, p. 346.

Esse bioma apresenta ambientes com quatro aparências fisionômicas: árvores altas, como o quebracho branco; espinheiro-verde e cactos; espécies lenhosas como os carandazais; além de campo *nativo*, onde predominam capins e poucos arbustos (SARTORI, 2008, p. 44). O nome dado a essa região, derivado da língua indígena *quíchua*, seria uma alusão às expedições de caça anuais realizadas pelo império Inca na região. “O *Gran Chaco* Sul-Americano ou simplesmente Chaco é o único bosque seco subtropical do mundo, coberto pela mata seca contínua mais extensa da América do Sul” (POTT *et al.*, 2008, p. 42).

Os bosques chaquenhos, no Brasil se estendem a oriente do rio Paraguai “... até à distância aproximada de 50 quilômetros”, quando se inicia a região montanhosa, sendo substituída em seguida pelo cerrado. Na direção norte e sul, “a extensão é de 200 quilômetros, abrangendo a área desde o rio Apa, no limite com o Paraguai, até um ponto distante 40 quilômetros da estrada de ferro para a Bolívia” (HUECK, 1955, p. 345).

Devido à localização geográfica, Porto Murtinho, pode ser compreendido também como parte da “Província Jesuítica do Itatim ou Campos de Xerez”. Nesse espaço fronteiriço, segundo Esselin (2012, p. 67), os sertanistas do fim do séc. XVII encontraram rebanho bovino e, por isso, a nomearam de “Vacaria”. Há um consenso entre os historiadores sobre os limites do Itatim ou Campos de Xerez: ao norte, os rios Taquari e Mbotetei; o rio Paraguai a oeste; o Apa ao sul; e a leste a Serra de Maracaju. Esse espaço geográfico corresponde na atualidade à planície sedimentar do Pantanal. Segundo TEIXEIRA (2012), no séc. XIX essa fronteira foi motivo de disputa e divergências entre Brasil e Paraguai acerca de seus limites territoriais.



**Figura 4.** No séc. XIX, a fronteira onde se encontra Porto Murtinho foi palco de inúmeros conflitos entre Brasil e Paraguai. **Fonte:** TEIXEIRA, 2012, p. 54.

## Resultados e Discussão

Mato Grosso do Sul, situado no Centro-Oeste brasileiro, tem seu espaço geográfico delimitado pelos rios Paraná e Paraguai. É a única unidade federada a fazer divisa com outros cinco estados – São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás – e com dois países – Paraguai e Bolívia. Essa particularidade favoreceu e favorece, ainda hoje, o acesso e o intercâmbio com outras regiões do Brasil e também da América. Esse fato permite pensar o estado como região de passagens, de chegadas e de partidas. Por suas fronteiras e limites adentraram gente do Leste, do Sul, do Nordeste e também de outros países latino-americanos, europeus e asiáticos. Tal realidade é

determinante da diversidade de seus residentes e das várias práticas culturais, hoje consideradas sul-mato-grossenses, assim como o *Toro Candil*.

Esse heterogêneo caldeirão cultural pode ser comprovado no dia a dia da população. Desde a chipa, de origem paraguaia, ao pão de queijo mineiro acompanhando o cafezinho da manhã. Sem esquecer o *sobá*, trazido pelos japoneses da ilha de Okinawa, encontrado na feira central ou nas feiras dos bairros de Campo Grande, capital sul-mato-grossense. Essa heterogeneidade também é percebida nos hábitos de consumir *esfiha*, quibe, *sushi*, *sashimi*, mandioca, churrasco e tereré, ao som da polca paraguaia e do *chamamé*. Além disso, que outra cidade do país ou do mundo tem o hábito de consumir aquela mandioca amarelinha, nossa herança indígena, temperada no próprio prato com o orientalíssimo *shoyu*?

A profusão de ritmos, credos, raças, etnias, cores, sabores e saberes, cada qual com sua singularidade, distingue as várias matrizes culturais formadoras de Mato Grosso do Sul, determinando assim sua diversidade cultural. Mesmo que com distintas memórias, porém, muitas vezes, dividindo a mesma história, as heranças culturais que imigrantes e migrantes compartilham realçam as trocas culturais, a combinação e a transformação. É nesse contato com o outro que o homem constrói a sua história, descobre novas formas de ser, de viver e de suprir as suas necessidades.

A colonização das Américas<sup>1</sup>, do Brasil, e, conseqüentemente, de Mato Grosso do Sul e de Porto Murtinho, teve seu processo de desenvolvimento histórico atrelado ao capital. A partir de então, passaram a ser produzidos gêneros agrícolas em grande escala e também surgiram manufaturas avançadas, como os engenhos de açúcar. “Diferente da Europa, cujas terras

---

<sup>1</sup> [...] A descoberta do caminho marítimo para a Índia, das ilhas das Índias Ocidentais e do continente americano provocou uma enorme expansão no comércio mundial. As cidades comerciais do norte da Itália (Gênova, Veneza, entre outras) perderam sua predominância. Em contrapartida o papel principal no comércio mundial passou a ser exercido por Portugal, Holanda, Espanha, Inglaterra, países favorecidos por sua localização geográfica, com acesso direto ao Oceano Atlântico. (N.E.A. MEW) (O Capital, 2013, p. 788).

ainda eram dominadas, em grande parte, por uma produção de caráter feudal voltada à subsistência” (ALVES, 2003, p. 20).

O fato é que a modernização dos meios de produção ocorrida em função da Revolução Industrial e a expropriação dos camponeses de suas terras tiveram reflexos no mundo como um todo. A imigração dos excedentes da força de trabalho da Europa e de outras partes do mundo provocou aumento populacional nos países e nas cidades do continente americano. O capital operou “de forma idêntica, tanto no Brasil como na América Espanhola, políticas em relação aos índios, aos negros e aos imigrantes europeus” (ALVES, 2003, p. 24).

A produção de mercadorias<sup>1</sup> constituiu-se, então, “a relação social que determinou o processo histórico-cultural latino-americano” (ALVES, 2003, p. 24) e sul-mato-grossense também. Em consequência, do modo de produção capitalista houve, sobretudo, a exploração de recursos naturais. “Paraguaios, predominantemente descendentes dos guarani, foram tangidos para região sul, nos albores de sua colonização, e aí constituíram o contingente de força de trabalho que fez a riqueza dos ervais, dos quebrachais e das fazendas de criação” (ALVES, 2003, p. 25). Decorrem daí também práticas culturais como o *Toro Candil*, cuja existência remete à história desses trabalhadores paraguaios que habitaram inicialmente a fronteira.

Esse processo é melhor entendido quando se reporta aos primórdios da colonização. Dois tipos de expedições foram fundamentais na ocupação e no povoamento do Oeste brasileiro. As Bandeiras, que seguiam um roteiro terrestre, e as Monções, que se utilizavam das vias de acesso e penetração naturais que os rios propiciavam. Como “grandes artérias livres, abertas e francas”, os rios formadores do Prata propiciaram a infiltração e o estabelecimento tanto do elemento hispânico como do jesuítico rio acima. “O espanhol remontaria o curso do Paraguai e chegaria ao território do Oeste,

---

<sup>1</sup> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (O Capital, 2013, p. 821).

fundando cidades e abrindo perspectivas amplíssimas. O Jesuíta subiria o Paraná e o Uruguai fundando reduções, povoando, aldeando, conduzindo as tribos, erigindo cidades e igrejas” (SODRÉ, 1990, p. 35).

As primeiras bandeiras começaram com Aleixo Garcia provavelmente, o primeiro bandeirante a cruzar as terras que posteriormente constituiriam o Oeste brasileiro. Em 1648, Antônio Raposo Tavares entra em Mato Grosso. “Atinge a região do centro-sul no ano seguinte. Encontra-a completamente dominada por espanhóis e jesuítas. Faz uma *razzia* decisiva. Expulsa os dominadores. Destrói o que eles haviam construído” (SODRÉ, 1990, p. 37).

Os monçoeiros, na época das cheias, cortavam caminho pelas infinitas águas do Pantanal. Saíam de São Paulo para abastecer a região das minas de Cuiabá. Suas expedições eram constantemente atacadas pelos indígenas que habitavam a região. Os Paiaguá dominavam a parte baixa do Pantanal e os Guaicuru, a parte alta. “Os que seguiam o itinerário mais extremo defrontavam os temíveis Guaicurús” (SODRÉ, 1990, p. 44). Seus rebanhos bovino e cavalariço, frutos de pilhagens, tornaram-nos hábeis na arte de cavalgar, tanto que foram apelidados de *índios cavaleiros*. “Os cavalos e os bois foram introduzidos pelos espanhóis em seus domínios e começaram a ser trocados por indígenas da nação Guaicurú ou se tornavam alvo de suas pilhagens” (ALVES, 2012, p. 8).

Em suas caravanas formadas por carretas puxadas por juntas de bois, os espanhóis partiam de Assunção para fundar cidades. Levavam sementes para o cultivo além de utensílios diversos. Os pequenos rebanhos “bovinos e equinos” eram conduzidos por indígenas para serem usados na lavoura, no preparo do solo e na colheita. Além disso, serviam de alimento, pois forneciam importante fonte de proteína, e também eram utilizados como meio de transporte. “Provavelmente, as primeiras cabeças de gado bovino entraram em território sul-mato-grossense em 1580, isso aceitando-se essa data como sendo correspondente à primeira fundação de Santiago de Xerez” (ESSELIN, 2011, p. 76).

Estimulados pela proximidade com o Peru, os espanhóis, nos sécs. XVI e XVII, ocuparam a região que compreende na atualidade o sudoeste de Mato Grosso do Sul, e fundaram “Xerez”. “Essa região era vista como um território extremamente estratégico para ligar seus destinos aos dos peruanos detentores das ricas minas de prata. Era também uma ocupação geopolítica

para evitar a entrada dos portugueses em territórios espanhóis ricos em metais” (ESSELIN, 2011, p. 74). Além disso, a grande quantidade de índios Guarani existentes nesse lugar contribuiu de modo decisivo com o interesse e a ocupação dos espanhóis. Os Guarani eram agricultores de vida sedentária e de fácil trato (ESSELIN, 2000, p. 49).

Entre os historiadores, há um consenso sobre os limites do Itatim ou Campos de Xerez: ao norte, os rios Taquari e Mbotetei; o rio Paraguai a oeste; o Apa ao Sul; e a leste a Serra de Maracaju. Esse espaço geográfico (Figura 1) corresponde na atualidade à planície sedimentar do Pantanal. “A enorme depressão paraguaia, com seus 140.000 km<sup>2</sup> constitui uma região extremamente rica e plenamente apta ao desenvolvimento da pecuária, da criação do gado bovino sem o emprego de qualquer tecnologia” (ESSELIN, 2011, p. 66).

O gado criado solto na imensidão dos espaços, protegido pelos acidentes geográficos entre a serra de Maracaju e o rio Paraguai, deixou rastros das reduções ameríndias, de colonização espanhola, que por ali se aquerenciaram antes de serem expulsas pelos bandeirantes paulistas. “Desde muito cedo, introduziram os jesuítas várias espécies de gado vacum, cavalar e lanígero, cuja importação fizeram com rigorosa escolha” (MELO e SILVA, 2003, p. 42).

Diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento inicial da pecuária sul-mato-grossense. Nos primórdios da colonização, a presença constante da coroa, no litoral, impunha o pagamento de altos impostos, impelindo os conquistadores e aventureiros para o interior do país. No Centro-Oeste do Brasil, as distâncias territoriais, a princípio, seriam convidativas àqueles que pretendiam fugir ao fisco real. Em verdade, tornavam-se grandes desafios para todos que viriam a desbravar a região. Por muito tempo, as terras do sul de Mato Grosso foram vistas “como hiatos enormes a deprimir os homens, a tornar impossível o contato das populações [...]” (SODRÉ, 1990, p. 21).

O território do Itatim, localizado, na atualidade, no sudoeste de Mato Grosso do Sul, foi praticamente despovoado de sua população nativa. Epidemias e doenças transmitidas pelo europeu vitimaram grande parte da população. Já habituado ao consumo da carne bovina, o indígena que sobreviveu aos ataques e às doenças transmitidas pelos bandeirantes, foi

realdeada para longe, nas proximidades de Assunção. As demais nações sobreviventes que se mantiveram por ali se alimentavam basicamente da caça de animais silvestres como a anta, a capivara, o veado. Isso teria sido condição importante para a proliferação do gado bovino, em seus primórdios (ESSELIN, 2011, p. 325).

Dessa forma, o Pantanal, uma das maiores planícies alagadas do planeta, “considerado Patrimônio Nacional pela Constituição do Brasil de 1988 e Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde 2000” (FAVERO *et al.*, 2008), com suas salinas e pastagens variadas e abundantes, foi importante na reprodução rápida e manutenção natural do rebanho bovino ali existente, disperso e arreado.

Nessa região pantaneira, onde também se localiza Porto Murtinho, mesmo antes da ocupação portuguesa, o boi era a medida de tudo. No mundo todo foi assim. Servia de alimento, transporte e moeda de troca. Vem do latim o termo “*pecus*”, que significa “gado” ou “cabeça de gado”, e “*pecúnia*”, “riqueza” (ALVES, 2014, p. 90). Tal é sua importância, que ainda hoje grandes criadores medem suas riquezas em número de cabeças de gado. Mato Grosso do Sul é um dos principais produtores do Brasil.

Nesse sentido, é histórica e socialmente justificada a existência de práticas culturais que exaltam o bovino, especialmente nessa região fronteiriça onde o homem, assim como o boi, percorria livremente os campos indivisos. Ainda que o *Toro Candil*, visto como expressão do trabalhador paraguaio e, no âmbito onde acontece, possa ser interpretado como um desejo incontestado de repatriar-se ou de delimitar seu espaço de pertencimento, de reclamar seu direito de ser e existir, isso, de fato não acontece.

### **A Grande Guerra (1864-1870): para além da tríplice fronteira**

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) foi um episódio marcante. Teve reflexos na história do Brasil e também de Mato Grosso do Sul, em especial na história de Porto Murtinho, por estar localizado na fronteira do Brasil com o Paraguai. Chamada também de Grande Guerra, Guerra Guaçu ou simplesmente Guerra do Paraguai, envolveu drasticamente outros três países sul-americanos, Argentina, Brasil e Uruguai. Esse episódio pode ser entendido

como parte de um conjunto de conflitos internacionais iniciados pós Revolução Industrial. Dessa forma articulada, a Guerra da Tríplice Aliança deve ser entendida como parte do contexto mundial.

Essa guerra coincide com o “auge do desenvolvimento do capitalismo competitivo na Inglaterra” (ALVES, 2005, p. 29). Pode ser relacionada à perda de importantes mercados no Japão, nos Estados Unidos e na Alemanha. Essas nações eram vistas como potências capitalistas emergentes. Devido a intenso processo de acumulação e assegurados por barreiras protecionistas, passaram a produzir e comercializar mercadorias similares às da Inglaterra, no âmbito de seus respectivos mercados nacionais. Porém, “o jugo que a Inglaterra exercia sobre uma infinidade de colônias e o controle monopólico sobre o mercado mundial tornavam o capitalismo inglês precursor do imperialismo” (ALVES, 2005, p. 29-30).

Os movimentos nacionalistas começavam a se manifestar também nas colônias, além das nações recém-independentes. A Inglaterra, para compensar a perda desses mercados, viu-se obrigada a buscar outros domínios. Visava o controle de regiões ainda não submetidas ao seu jugo. Para tanto, precisava incrementar o consumo de suas mercadorias naqueles países cujo domínio já havia sido assegurado.

Por meio da burguesia comercial argentina, a Inglaterra exportava suas maquinofaturas e importava matérias-primas e produtos manufaturados para a América do Sul. “Diante desse quadro e a partir da necessidade guarani de expandir seu desenvolvimento para fora, a vitória dos adversários da livre concorrência no Prata, por meio das armas, equivaleria a retirar da Inglaterra parte de um mercado cativo para suas maquinofaturas” (ALVES, 2005, p. 34).

Na Argentina, a oligarquia comercial portenha buscava manter a antiga hegemonia em relação às antigas províncias do Vice-Reinado. Desde 1811, o Paraguai, ex-província do Vice-Reinado do rio da Prata, havia declarado sua independência da Espanha e de Buenos Aires. No entanto, até 1852 sua independência não era reconhecida e “os portenhos trataram o Paraguai como província rebelde, impedindo a navegação do rio da Prata e do rio Paraná, vitais para o comércio do país mediterrâneo” (TEIXEIRA, 2012, p. 25).

Com a independência da Espanha, as classes liberal-portenhas, de visão *unitarista*, tentavam se impor às regiões que formavam o Vice-Reino da

Prata. O império brasileiro, por sua vez, também desejava a hegemonia comercial do Prata por meio da intervenção e do domínio parcial do comércio naquela região e do acesso livre de suas províncias orientais através dos rios da Prata, Paraguai, Paraná e Uruguai (TEIXEIRA, 2012, p. 24).

Após 1810, a coroa lusitana e o império brasileiro desencadearam uma agressiva política rumo ao Prata. A meta era impedir a reunificação das antigas províncias do Vice-Reinado em torno de Buenos Aires e incorporar a Banda Oriental, levando as fronteiras do sul do império até o grande rio Prata. Enquanto houve mútuos interesses, Brasil e Paraguai se aliaram na luta contra a criação do Vice-Reinado (TEIXEIRA, 2012, p. 25).

Sob esse ângulo, a guerra com o Paraguai foi “muito mais uma consequência do jogo de interesses da burguesia portenha e da burguesia mercantil brasileira. Ambas tinham como parceira o capital inglês” (CORRÊA, 2006, p. 49). O Paraguai tornou-se um “obstáculo para o *imperialismo Inglês*, não somente por ter controlado rigorosamente o acesso de mercadorias ao interior do país como também pela sustentação política que poderia vir a dar aos opositores argentinos e ao governo uruguaio” (ALVES, 2005, p. 34).

Após a queda de Juan Manuel Rosas, grande fazendeiro, saladeirista, que governou Buenos Aires e as províncias argentinas entre 1829-52, Brasil e Paraguai passaram a defender seus próprios interesses. O Paraguai almejava consolidar suas fronteiras ao norte do país, pois eram constantemente invadidas por brasileiros, que estabeleciam posses. Essa região compreende a fronteira sul do antigo Mato Grosso, hoje sudoeste de Mato Grosso do Sul. O império, por sua vez, reivindicava a livre navegação pelo rio Paraguai, na altura que este atravessava o país homônimo, pois era rota vital para acessar a província de Mato Grosso (TEIXEIRA, 2012, p. 25).

O governo paraguaio usou o nacionalismo como estratégia, estatizou as terras criando as *estâncias de la pátria* – “estabelecimentos agrários oriundos das propriedades jesuíticas encampadas pelo Estado após a expulsão da ordem em 1767. Boa parte da população paraguaia formada por mestiços e índios Guarani foi reconvertida à exploração da terra” (TEIXEIRA, 2012, p. 50, 52). O governo ainda fortaleceu e expandiu a pecuária, arrendou terras agricultáveis a baixo preço e tornou o país autossuficiente em arroz, milho,

algodão e legumes, realizando duas colheitas ao ano. Ainda incrementou a indústria manufatureira, nos ramos têxteis, de papel, de tintas, de pólvora, etc.

Além disso, o governo exportou algodão, erva-mate, tabaco, couro curtido, cigarro e mel de abelha. Fez a nação guarani alcançar superávits sucessivos nos exercícios orçamentários que deram margem à implantação de estaleiros em Assunção e da Siderúrgica de *Ibicuy*, que possibilitou ao Paraguai a construção de seus próprios navios e a fundição de peças militares. Também foi implantada uma ferrovia e inaugurado o primeiro sistema telegráfico construído na América Latina. Esse acentuado desenvolvimento de suas forças produtivas assegurava à República Guarani um distanciamento do imperialismo Inglês e a tornava seu principal opositor no Prata (ALVES, 2005, p. 31).

Diante dos interesses da oligarquia comercial de Buenos Aires, a política de isolamento do Paraguai deveu-se muito mais à busca de sua autonomia do que uma opção. Outros fatores somaram-se a esse processo, sobretudo a busca do fortalecimento da nacionalidade e de organização do governo autossuficiente, fortemente apoiado nas classes camponesas (TEIXEIRA, 2012, p. 50).

Em 1853, após dar ultimato e exigir a livre navegação, o cônsul imperial foi expulso do Paraguai. Em 1854, o império tentou subjugar a nação guarani pelas armas. “Em 10 de dezembro, mais de trinta navios de guerra e entre dois a três mil soldados partiram do Rio de Janeiro para Assunção com o objetivo de submeter o Paraguai às exigências imperiais”, porém sofreu contundente derrota pelas armas e pela diplomacia. A guerra era iminente. (TEIXEIRA, 2012, p.25, 26).

O imperio queria a posse legal das terras ocupadas por cada país, no momento em que se tornaram independentes, o *uti possidetis de facto*. “Por esse critério, conforme visão imperial, seriam brasileiras as terras à margem direita do Alto Paraguai entre o rio Apa, mais ao sul, e o rio Branco, ao norte” O Paraguai almejava que as fronteiras mencionadas, anteriormente estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777 por Portugal e Espanha, fossem respeitadas. Essa questão territorial só ficou definida com a demarcação dos limites, após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). (TEIXEIRA, 2012, p. 53).

O fim da guerra representou a liberação ampla e irrestrita da navegação do rio Paraguai e a possibilidade de maior intercâmbio entre os países do Prata. Como consequência, também as regiões fronteiriças, a princípio de difícil acesso e isoladas, foram beneficiadas. O rio Paraguai e seus tributários exerceram papel fundamental no avivamento comercial da fronteira.

Os baixos custos dos transportes a vapor e de produção em decorrência da modernização das fábricas refletiram nos baixos preços das mercadorias e incrementaram o comércio. “A vida econômica da Província passou a se desenvolver ao longo das regiões ribeirinhas” (ALVES, 2005, p. 47). Isso possibilitou um intercâmbio maior com o mercado mundial. “A guerra com o Paraguai propiciou grandes benefícios às burguesias mercantis dos países aliados contra Solano Lopez, muito embora seus respectivos governos terminassem a guerra com prejuízos consideráveis e endividamento externo” (CORRÊA, 2006, p. 51).

A guerra financiada pelas casas Baring, Rothschild e pelo Banco de Londres, consolidou o domínio da Inglaterra sobre o Brasil, a Argentina e o Uruguai. E, também colocou sob o controle inglês, o outrora arredo Paraguai. Terminada a contenda aos vencedores, ficou assegurado “o direito de consumir as maquinofaturas inglesas e exportar basicamente matérias-primas, e, caberia, complementarmente, saldar suas dívidas” (ALVES, 2005, p. 35).

### **A pecuária como fator de consolidação econômica de Porto Murtinho**

Como estratégias ou não, as políticas adotadas pelo governo paraguaio para manter-se independente asseguraram certa estabilidade à sua população. Contribuíram para que a presença do trabalhador paraguaio na fronteira sul-mato-grossense fosse vista “somente no final do século XIX e começo do século XX”, ou seja, após a Guerra do Paraguai. Supõe-se que, caso houvesse paraguaios antes desse período, no então Mato Grosso, “eram fugitivos da justiça ou trabalhadores especializados que se dedicavam à construção de currais, bretes e cercas, em que esses hábeis artesãos se destacavam”. (ESSELIN, 2011. p. 193)

A geografia e os fatores naturais favoreceram, e ainda hoje favorecem, a entrada de grande número de paraguaios no Brasil. Foi a partir dos trabalhos

da Comissão de Limites, que demarcou e fixou as divisas que separavam o Brasil do Paraguai, que essa região passou a se destacar economicamente.

Segundo Sodré (1990), apesar de fixados, esses limites não seriam barreiras para impedir a infiltração dos que se haviam acostumado a percorrer livremente a fronteira sul-mato-grossense, em muitas partes outrora consideradas Paraguai. “O fim da luta, em vez de acarretar uma delimitação permanente, um divórcio entre os agrupamentos de origem brasileira e de origem paraguaio-guarani, contribuiria para entrelaçá-los, confundi-los cada vez mais” (SODRÉ, 1990, p. 100).

Por meio desse ambiente de circulação natural e livre, ora por terra, ora pelo rio, muitos paraguaios chegaram a Mato Grosso fugindo da fome e da miséria predominantes no país vizinho, no período de pós-guerra. Alguns fugiram das constantes crises e golpes de Estado que lhes impunham constrangimentos políticos. Outros foram atraídos por melhores alternativas de sobrevivência no Brasil. O fato é que “os vencidos pelo situacionismo começaram a cruzar a fronteira em busca de trabalho. Muitos deles, exímios vaqueiros, não encontraram dificuldades em obter abrigo nas fazendas de gado que se desenvolviam na região” (ESSELIN, 2011, p. 253).

Outros paraguaios, devido ao conhecimento e às habilidades que possuíam na cultura da erva-mate, “eram empregados pelas empresas da região, principalmente as ervateiras” (CENTENO, 2008, p. 22), num sistema de *escravidão por dívidas*. “Muitos trabalhadores paraguaios, no início da exploração, eram prisioneiros no Paraguai e foram trazidos à força por Thomáz Larangeira e pela Companhia” (CENTENO, 2008, p. 141).

Nesse período a erva-mate já era explorada por capitalistas instalados no Paraguai. Porém, em 1882, tem início “a exploração legal dos ervais em Mato Grosso, bem como o germe de uma empresa monopólica que dominará por mais de cinquenta anos a indústria da erva-mate nessa região” (CENTENO, 2008, p. 194). Esse monopólio se consolida, então, após a criação (1891) e a venda (1892) da Companhia Matte Larangeira para o Banco Rio e Mato Grosso, ligado ao mato-grossense Joaquim Murinho, à época influente personagem da política nacional (CENTENO, 2008, p. 200).

O sul de Mato Grosso tornou-se um grande produtor de erva-mate, abundante nessa região da fronteira. Os trabalhos nos ervais “eram

organizados nos moldes da manufatura”, uma vez que cada trabalhador, apesar do domínio técnico, era responsável por determinada etapa do processo de trabalho (CENTENO, 2008, p. 124).

Porto Murtinho surgiu nos albores do período republicano, associado à exploração dos ervais nativos, entre o sul do antigo Mato Grosso e o Paraguai. Esses ervais, “preservados da aproximação de aventureiros brancos, pelos indígenas bravios” (CORRÊA FILHO, 1954, p. 49), serviram de estímulo para o povoamento da região. De imediato, despertaram o interesse de Thomaz Laranjeira, que participou da Comissão de Limites, na condição de fornecedor de alimentos. De regresso à corte, pleiteou a concessão daquelas terras para a exploração da erva-mate, que lhe foi cedida em 1882.

Foi assim que a Companhia Matte Laranjeira explorou os ervais do sul de Mato Grosso por mais de cinco décadas, vindo a exercer enorme controle econômico e político na região. As grandes dificuldades encontradas para o transporte da erva-mate – as enormes distâncias, os pesados encargos, os transportes primitivos e a precariedade das estradas – foram fatores que contribuíram para a necessidade de se construir um porto no rio Paraguai.

A erva-mate extraída das matas nativas seguia de navio pelo rio, de Porto Concepción até Buenos Aires. “As carretas partiam da região de Ponta Porã e atravessavam o Paraguai até Concepción, cidade na qual se centralizava a administração da empresa de Laranjeira” (CENTENO, 2008, p. 118; CORRÊA FILHO, 1925, p. 72).

O transporte em carretas provocou um avivamento no regime pastoril. Ao longo das carreteiras, foram fundadas as primeiras povoações. Surgiram dos pousos, das fazendas de criação que serviam de entrepostos para trocas dos animais de tração das carretas. Nesse período, posterior à Guerra do Paraguai, o trabalhador brasileiro, a princípio, se dedicaria ao pastoreio, enquanto que o trabalhador de origem paraguaia se fixaria em torno da cultura da erva (SODRÉ, 1941, p. 25, 26).

As dificuldades impostas por esse espaço fronteiriço eram inúmeras, até a década de 1920, O isolamento das cidades, a precariedade das vias de acesso e também as grandes distâncias destinaram ao Paraguai importante papel na comunicação com Cuiabá e os centros mais populosos do país. Dessa forma, até uma simples correspondência precisava passar pelo

Paraguai. Vinham de Assunção e eram retiradas em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia gêmea de Ponta Porã, no Brasil. Os jornais impressos e também as mensagens telegráficas partiam de Concepción. “No final do século XIX e começo do século XX, para se chegar até Cuiabá, por exemplo, era necessário atravessar o interior do Paraguai, rumo à cidade de Concepción e de lá, seguindo pelo rio Paraguai, atingir Corumbá e finalmente Cuiabá” (CENTENO, 2008, p. 119, p.120).

“O Banco Rio e Mato Grosso, para sanar tais dificuldades, adquiriu em 1892, do Major Boaventura da Mota, a fazenda Três Barras, com perto de dezessete mil hectares, junto à corrente do rio Paraguai” (SODRÉ, 1990, p. 26). Estabeleceu-se, então, um ponto natural de escoamento da erva-mate, dando início à criação da cidade de Porto Murtinho, de onde era exportada para ser industrializada na Argentina. Eram recolhidas em navios e chatas “que desciam o Paraguai, Paraná e o estuário platino até Buenos Aires” (CORRÊA FILHO, 1957, p. 72).

Coube a Antônio Corrêa da Costa, engenheiro e primeiro superintendente do Banco Rio e Mato Grosso, escolher um ponto natural de escoamento da erva, junto à corrente do rio Paraguai. A escolha do local a 50 km do montante do rio Apa, na margem esquerda do rio Paraguai, deveu-se principalmente à facilidade de acesso em função da menor proximidade de área não alagadiça. O caminho até os ervais, foi facilitado por meio de via férrea construída até São Roque. Para chegar ao Porto, percorriam estradas de terra, cerca de quatrocentos quilômetros em carros de bois e, mais ou menos, trinta quilômetros de trem pelo Pantanal (SODRÉ, 1990, p. 26; CORRÊA FILHO, 1957, p. 71).

Segundo registros do General Malan D’Angrogne, em 1906 foi lançado entre Porto Murtinho e São Roque um “Decauville de cerca de 22 km para realizar a perigosa travessia do Pantanal”. De Ponta Porã, “[...] o mate acondicionado em sacos (bolsas) era transportado em carretas por trajetos ultrapassando 60 léguas...”. A dificuldade em vencer o trecho alagadiço era enorme, pois mesmo em períodos de seca “...permanecem covixos, valos, no terreno inconsistente, formando, embora diminuto o trânsito, sumidouros e atoleiros de perigosa travessia”. De Porto Murtinho, toda a erva-mate mato-grossense passou a ser exportada pelo rio, à Argentina. Era transportada em

navios e chatas. Desciam o Paraguai, o Paraná e o estuário platino até Buenos Aires. (CORRÊA FILHO, 1957, p. 72).

Mais tarde, no início do séc. XX, devido ao corte desordenado, os ervais foram sendo destruídos. Em consequência disso, as distâncias até o Porto Murtinho foram ficando maiores. Outros portos foram sendo abertos em direção aos ervais do Paraná, visando baratear os custos com a exportação (CORRÊA FILHO, 1957, p. 72). Tão logo os ervais foram se distanciando, a pecuária se tornou a grande mola propulsora do Porto Murtinho.

Naquela época, os brasileiros em Porto Murtinho se restringiam a um ou outro comerciante e fazendeiro ou ainda às autoridades representativas do Estado: prefeito, juiz, promotor, delegado. Questionado durante uma festa sobre o número de compatriotas seus que ali habitavam, o Cônsul paraguaio informou ser a maior parte da população: “aqui deve haver uns 60% de paraguaios, não? Respondeu o Cônsul, corrigindo: Perdão, 89%...” (SODRÉ, 1990, p. 105). Astúrio Monteiro de Lima, em seus relatos, evidencia a interação com o Paraguai, de forma muito natural. “Nós da fronteira, pouco a pouco, assimilávamos dos vizinhos Guarani, os hábitos, os costumes, o dialeto, o modismo e o estilo comercial” (LIMA, 1978, *apud* CENTENO, 2008, p. 121).

Por um lado, a proximidade com o Paraguai permite compreender a existência em Porto Murtinho de práticas culturais paraguaias. Esse é o caso do *Toro Candil*. Por outro, essa suposta liberdade fronteiriça reforçada pelo isolamento, as enormes distâncias, além do difícil acesso aos grandes centros e a outras cidades brasileiras, propiciaram as trocas ilícitas e os descaminhos, práticas comuns verificadas até a atualidade, na entrada ilegal de mercadorias pela fronteira.

Em relação ao comércio, essa dependência era mais evidente. O abastecimento e as trocas eram realizados com comerciantes na cidade portuária de Concepción. Adquiriam sal, arame, ferramentas, utensílios domésticos, calçados, tecidos, alimentos e outros mais. Negociavam o gado mato-grossense com os frigoríficos de capital inglês e seguiam por meio de carretas para abastecer a população do lado brasileiro (CENTENO, 2008, p. 120).

O contrabando, de gado foi importante para a manutenção da atividade pecuária. Da mesma forma, o abastecimento interno era garantido aos

fazendeiros pelo contrabando de mercadorias de primeira necessidade. Por esses descaminhos também circulavam charque, couros de boi secos ou salgados (artigo de maior valor), solas, ossos, sebos e também a erva-mate. Do outro lado da fronteira, entre outras mercadorias foram contrabandeados cavalos e sal (CORRÊA e CORRÊA, 2010. p. 47, 48).

Além de espaço de trocas comerciais lícitas ou ilícitas, “a fronteira foi um contexto de trocas culturais onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimentas e, em especial, a língua enquanto fator de identificação de uma determinada comunidade” (CORRÊA, 2012, p. 59).

O fim da guerra (1864-1870) propiciou a liberação das navegações em toda a bacia do rio da Prata, favoreceu a entrada de indústrias modernas e empresas estrangeiras também em Porto Murtinho. Isso representou um ganho na qualidade dos produtos comercializados e uma nova fase do capitalismo, que passava, em âmbito universal, da livre-concorrência “para sua fase superior, o imperialismo”. A Província de Mato Grosso transitava da indústria manufatureira para a maquinaria industrial. Nessa nova fase, os bancos passaram a exercer outra função, encarnando o capital financeiro (ALVES, 2005, p. 51 e 70).

Até então, era a casa comercial que intermediava o mercado com as empresas estrangeiras. Assemelhando-se em seu funcionamento aos bancos, “monopolizava a navegação e o comércio de importação e exportação de mercadorias; através de crédito, financiava a exploração de novas atividades econômicas ou a expansão das existentes...” (ALVES, 2005, p. 60). Nas cidades portuárias, espalhadas ao longo da região do Prata, a casa comercial, intermediou investimentos em vários setores da economia: borracha, couros *vaccuns*, cerdas e outros. O Monopólio da Companhia Matte Larangeira, ligada ao Banco Rio e Mato Grosso, “configurou pela primeira vez a interferência clara do capital financeiro na produção local” (ALVES, 2005, p. 59).

Em Porto Murtinho, instalou-se a principal charqueada do estado. A empresa Moali & Grosso Ledesma, “fundada pelo uruguaio José Grosso Ledesma” (MELO e SILVA, 2003, p. 154), denominada Saladeiro Matto - Grosso (ALVES, 2005, p.80). Evidências encontradas no Album Graphico do Estado de Matto Grosso (2006, p. 293), levam a crer que antes de ser

transladado para Porto Murtinho, essa charqueada se chamava Saladeiro Tereré.

Charqueadas e saladeiros são sinônimos e identificavam os estabelecimentos que salgavam a carne e os couros bovinos. “Charque é a forma industrial da carne que se adapta a resistir longo tempo à decomposição; ele se distingue das carnes secas (carne de vento, carne de sol) pela maior quantidade de sal que leva e pelo processo especial do secamento” (Album Graphico do Estado de Matto Grosso – E.E.U.U. do Brasil, 2006, p. 293). Na fronteira, as charqueadas tiveram maior ênfase, no período de 1880 a 1930/40. Eram vistas como atividade periférica e complementar da pecuária. (CORRÊA e CORRÊA, 2010, p. 43).

Outras indústrias se instalaram no município, essas, destinadas a extração do tanino. A Florestal Brasileira S.A. (1935) e a Quebracho Brasil S.A. (1936). O processo, entretanto, de explorá-lo era rudimentar. O paraguaio que o aprendera em suas terras, praticava-o, a beira do rio, nas matas do município de Porto Murtinho e de Corumbá. A exploração do quebracho, para a extração do tanino, destinada ao trabalho dos couros, atraiu parte dos elementos paraguaios. A utilização em curtumes de forma intensa, na região, principalmente do quebracho vermelho exportado para os países europeus, quase provocou a extinção dessa espécie nativa do Chaco (SODRÉ, 1990, p. 106).

A madeira do quebracho, por muito tempo também foi utilizada na confecção do *Toro Candil*. Os trabalhadores, buscavam essa matéria prima no chaco, onde a encontravam, no tamanho ideal. O quebracho branco, era utilizado na base da armação, por sua firmeza e alinhamento “bem retinho”. Outro tipo de material utilizado era o cipó. Esse tipo de madeira, bem flexível, também encontrado no campo do quebracho, era usado para o costado do *Toro*

A precariedade dos transportes, sujeitos ao regime das águas do Pantanal e o manejo predatório, sem o replantio dos quebrachais, acabou por determinar o fim da atividade de extração do quebracho. Além disso, foram determinantes “a forte concorrência do mercado platino, a falta de fôlego dos empresários locais frente ao monopólio das empresas estrangeiras, a má

qualidade do produto, os preços pouco atraentes, dentre outros” (CORREA e CORRÊA, 2009, p. 75).

A ideologia dominante culpa o homem pela destruição ambiental. Em meio ao processo de conquistas e acúmulo de capital, e a fim de garantir sua subsistência, o homem interferiu nos espaços, construiu estradas, cidades, estados e países: “Desde a antiguidade existem registros reveladores das problemáticas concepções que os homens constroem de sua relação com o meio ambiente” (ALVES et al. 2012, p. 5).

Entre outras ações antrópicas, destruiu florestas, modificou a cobertura vegetal do solo, alterou cursos de rios, efetuou queimadas e poluiu o meio. Ignorou os prejuízos que viesse a causar ao ambiente e às gerações futuras. Áreas e biomas importantes para a manutenção da biodiversidade e equilíbrio da vida no planeta foram drasticamente violados. “As ciências sociais desnudaram a ação modernizadora do capital como o determinante da destruição do meio ambiente e das condições de vida na terra, postura tergiversada pela idealização dominante que incrimina diretamente um homem abstrato” (ALVES et al., 2012, p. 7).

A Revolução Industrial só fez aumentar os desequilíbrios ambientais. A ação modernizadora do capital se fez presente no uso indiscriminado do solo e na ocupação dos espaços, de forma desordenada e sem o manejo ou planejamento adequado. Ao longo dos anos, tal fato contribuiu para acelerar os processos de desgastes ambientais, que em outro contexto poderiam ser vistos como naturais. “Os exemplos de desequilíbrio ambiental cresceram em escala alarmante desde então” (ALVES et al. 2012, p. 5).

### **Porto Murinho no século XXI**

Porto Murinho, segundo dados do IBGE (2010) possui cerca de 16.686 habitantes, estimados para 2016. Atualmente, as principais atividades econômicas do município são o comércio, a pecuária, a agricultura e o turismo de pesca. Na área rural predomina a pecuária bovina. Na área urbana há o comércio, o turismo, os órgãos públicos (Prefeitura, Estado, União) e o Exército Brasileiro. A distância da capital e dos principais polos de desenvolvimento do estado ainda é um problema, apesar da pavimentação asfáltica. Tal fato se

reflete nos altos custos dos fretes para o transporte de mercadorias e consequentemente nas próprias mercadorias.

Dados do IBGE (2013) demonstram que a pecuária continua sendo a atividade de maior representatividade no município. Porto Murtinho tem um rebanho bovino na ordem de 691.915 cabeças de gado (2015). Esse é o quarto maior rebanho de Mato Grosso do Sul, está entre os 20 maiores produtores do Brasil. Os dados revelam ainda que, não havendo produção permanente, 89% da área plantada no município foi dedicada às culturas temporárias e se concentrou no cultivo de soja e milho.

Entre os produtos de origem animal (2013), foi produzido 3,51 milhões de litros de leite, 5,3 milhões de dúzias de ovos de galinha e 3,8 toneladas de lã (IBGE). O Índice de Desenvolvimento Humano, levando em conta a saúde, a educação e a renda (PNUD 2013), avaliado entre os anos de 1991 (0,347), 2000 (0,501) e 2010 (0,666), é considerado baixo, apesar do aumento ocorrido, devido a melhorias na educação.

O município tem um dos trechos do rio Paraguai mais piscosos do estado e também do país. Esse fato torna a pesca, além da fauna e da flora, o principal atrativo da cidade. Consequentemente, o turismo de pesca torna-se a principal atividade econômica da cidade.

Desenvolvida de forma intensa, ao longo do tempo essa atividade acaba comprometendo o estoque pesqueiro nessa parte do rio. O lixo depositado nas barrancas também é um grave problema, pois compromete o ambiente como um todo. Também, como fator negativo, associa-se a esse turismo uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes.

A maior parte da população é formada por jovens (36,96%) de até 15 anos e de adultos entre 15 e 64 anos (58,73%). Apenas 4,3% da população é de idosos. Há na cidade uma leve predominância do sexo masculino 8.234 homens, para (46,81%) ou 7.138 mulheres.

Porto Murtinho se localiza no trecho do rio Paraguai que faz divisa com o norte do Paraguai. O distrito de Carmelo Peralta, criado em 2009, pertence ao Departamento do Alto Paraguai, cuja capital é Fuerte Olimpo. Sua localização estratégica, em frente a Porto Murtinho, do outro lado do rio, permite o trânsito de brasileiros e paraguaios a ambos os lados da fronteira e das respectivas nações, Brasil e Paraguai. Essas águas foram palco de vários conflitos

fronteiriços, até serem definidos e fixados os limites territoriais entre Brasil e Paraguai, fato que até hoje não impede a livre circulação.

Segundo estudo realizado pelo SEBRAE (2010), Carmelo Peralta é formado por três colônias e cinco aldeias indígenas: Colônia de Isla Margarida (aproximadamente 600 habitantes), Puerto Esperanza (1.500 hab.), Puerto Guarani (650 hab.). As aldeias existentes são da etnia Ayoreo: Isla Alta, Guaidaichai, Cucaani Punta e Maria Auxiliadora. Além disso, o distrito possui grandes propriedades dedicadas exclusivamente à pecuária bovina de corte. Vários brasileiros em busca de terras baratas e melhores condições de pagamento se estabeleceram nessa faixa de fronteira. O acesso à saúde em Carmelo Peralta é precário (SEBRAE, 2010, p. 144).

A falta de estrutura faz com que seus habitantes busquem em Porto Murtinho atendimento médico. De acordo com o Estatuto do Estrangeiro, é possível atender aqueles que estão com sua situação regularizada no Brasil. As mães paraguaias, por esse motivo, preferem ter seus filhos em Porto Murtinho e registrá-los como brasileiros. De forma geral, os indicadores de saúde e educação são bem inferiores do que a média naquele país. A falta de saneamento básico é uma das causas de doenças. Não existe tratamento de esgoto, nem de água. A população consome a água retirada do rio, o que potencializa as doenças. O lixo não é coletado, sendo enterrado ou queimado a céu aberto (SEBRAE, 2010, p. 150).

A entrada de paraguaios em Porto Murtinho também está condicionada a Isla Margarita, que tem cerca de seis quilômetros quadrados. De novembro a março, ou seja, seis meses por ano, a Isla Margarita praticamente desaparece por inundação. As casas são construídas sobre palafitas.

A maioria de seus habitantes fala o “portunhol”, mescla de português com espanhol e o guarani, bastante comum nessa região de fronteira. A imagem a seguir (Figura 5) mostra em primeiro plano a cidade de Porto Murtinho, ao meio, a Ilha Margarida, e à direita e ao fundo o continente onde fica o distrito de Carmelo Peralta. Devido à falta de infraestrutura e ao isolamento, para chegar à capital do Paraguai, o percurso tem que ser feito pelo rio. Carmelo Peralta encontra-se cerca de 40h distante do Porto de Concepción, e de Assunción, o equivalente a três dias de viagem.

Entre os dois braços do rio, a ilha que pertence ao distrito de Carmelo Peralta e o próprio distrito permaneceriam isolados, não fosse a existência de Porto Murtinho. Comparativamente, o município brasileiro toma ares de cidade grande, oferecendo todo o apoio e a estrutura de que os moradores necessitam. Devido a sua localização, a ausência de asfaltos e rodovias dificulta a comunicação com Forte Olimpo e com a capital do país, Assunção. O acesso a essas cidades se dá pelo rio ou pelo Brasil, via Porto Murtinho.



**Figura 5.** Vista aérea da fronteira Brasil–Paraguai, em Porto Murtinho. **Fonte:** (TEDESCO, 2011, p.25)<sup>1</sup>

Segundo o pesquisador Eric Courthès<sup>2</sup>, a Ilha Margarida pode ser vista como “un satélite paraguayo de Brasil”. Quanto a seus habitantes, relata:

“Los isleños son personas bastante humildes, trabajan casi todos en Porto Murtinho o viven retirados del mundanal

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[https://creaspm.files.wordpress.com/2012/01/83e1551f-8c14-4bd6-9709-67d0aa8a823b\\_porto-murtinho-vista-aerea.jpg](https://creaspm.files.wordpress.com/2012/01/83e1551f-8c14-4bd6-9709-67d0aa8a823b_porto-murtinho-vista-aerea.jpg)>. Acesso em: 16 abr. 2010.

<sup>2</sup> Membro do Séminaire Amérique Latine (SAL), do Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains (CRIMIC), Universidade de Paris IV (Sorbonne).

ruido, en casi autarquía, en su ranchito de la isla. Es más no tienen todos documentos de propiedad por pertenecer la isla antes a la marina y ser del dominio público, el mismo caso se produjo en la isla Martín García, en el Río de la Plata.

Don Canuto, por ejemplo, tal como otros isleños entrevistados durante los 3 días de nuestro trabajo de campo, hizo hincapié en la dependencia de la isla respecto del gigante vecino. Por ejemplo, en cuanto a salud y documentación, por falta de hospital en la isla y Colonia Peralta, la mayoría de los isleños nacen en Murtinho y sus padres los hacen registrar como brasileños, lo que le hizo declarar con mucho humor al viejito, respecto de estos brasileños fronterizos: ‘brasileros a lápiz’” (COURTHÈS. *S/p apud* TEDESCO, 2011, p. 25).

Ou seja, seus habitantes, devido à falta de infraestrutura e à ausência de serviços públicos, além da própria condição geográfica da ilha, atravessam o rio diariamente para buscar em Porto Murtinho, no Brasil, o que lhes falta: atendimento à saúde, escolas, emprego, documentação, etc. A maioria dos bebês nasce em Porto Murtinho e são registrados como brasileiros, por falta de opção. E, nesse caso, não negam a origem e a nacionalidade, reforçando a brasilidade apenas no papel. É notória a dependência socioeconômica em relação à cidade de Porto Murtinho e, por conseguinte, do Brasil (TEDESCO, 2011, p. 25).



**Figura 6.** Rio Paraguai, entre idas e vindas, a fronteira se desfaz. **Fonte:** (TEDESCO, 2011, p. 26).

Na ilha funciona um pequeno comércio de importados, que facilita aos brasileiros atravessarem o rio para comprar brinquedos, cosméticos, roupas, calçados, entre outros produtos. A água que flui separa, mas também une os povos e suas práticas culturais. O “entra e sai” de brasileiros e paraguaios que transitam livremente pelas águas do rio Paraguai entre o lado de “lá” e o de “cá” da fronteira pode simbolizar, de forma metafórica, a entrada do *Toro Candil em Porto Murtinho*. Também sinaliza a construção da malha cultural sul-mato-grossense, formada a partir de trocas e infusões que ocorreram, e ainda hoje ocorrem, no estado e nessa fronteira, de forma singular. O rio, nesse sentido, não é limite, mas via de acesso, meio que une e aproxima, brasileiros e paraguaios. Ao mesmo tempo, separa a ilha e o porto (Murtinho): o Paraguai e o Brasil.

## **Conclusão**

Porto Murtinho surgiu em um contexto de pós-guerra, associado à exploração dos ervais nativos, entre o sul do antigo Mato Grosso e o Paraguai, um local fronteiro, onde a geografia e os fatores naturais favoreciam a entrada de grande número de paraguaios no Brasil. Foi a partir da constituição da Comissão de Limites, que demarcou e fixou as linhas que separavam o Brasil do Paraguai, que essa região passou a se destacar economicamente. Devido às constantes crises políticas e econômicas no Paraguai, vários imigrantes passaram a viver no Brasil. Trabalharam nos ervais, num sistema de

escravidão por dívida. Em Porto Murtinho, muitos se fixaram em torno da produção do charque e na extração do tanino, do quebracho.

A presença hispano-americana nessa região, nos primórdios de sua ocupação, assim como a do indígena e também a do português, permite apreender o significado da prática cultural que tem o *Toro*, não o boi, como personagem principal. Vem daí a importância do *Toro Candil*, enquanto manifestação cultural que difere das demais existentes no Mato Grosso do Sul, no Brasil e também no Paraguai. Reafirma, com sua própria singularidade, a universalidade do espaço em questão, pois existe em função das relações que se estabeleceram nessa fronteira e que levaram o trabalhador paraguaio a reproduzir no Brasil práticas culturais comuns ao seu país de origem, a partir da nova realidade.

O *Toro Candil* pode ser compreendido, então, como consequência direta da proximidade com o Paraguai. Pode ser definido como prática cultural fronteiriça e forma de expressão do trabalhador paraguaio da fronteira. Sua existência em Mato Grosso do Sul, até a atualidade, está condicionada às famílias paraguaias que se estabeleceram no lado brasileiro. Muitos vieram a contragosto, outros na esperança de uma vida melhor. Como parte de suas bagagens, trouxeram suas histórias, suas memórias, seus saberes, suas devoções, enfim, suas práticas culturais, além da sua força de trabalho.

No vaivém da fronteira, esses imigrantes trouxeram em suas algibeiras, bens nem sempre percebidos num primeiro olhar. Tal fato se reflete no dia a dia do sul-mato-grossense. Vem daí o gosto pelo tereré geladinho; pela chipa bem quentinha, repleta de erva-doce, no café da manhã ou no meio da tarde; além dos hábitos de consumir a sopa paraguaia, que não é líquida; o *puchero* nos dias frios e a mandioca que acompanha o churrasco de domingo, só para citar alguns.

Devido à base da população paraguaia ser formada por, mestiços e índios guarani, suas práticas culturais refletem essa formação. Em Porto Murtinho, associaram-se hábitos portugueses também. Essa mistura configura o paraguaio da fronteira. Uma vez no Brasil, recriaram em Porto Murtinho a vida, a história, o linguajar, a culinária, as crenças e os costumes deixados para trás, muito além das barreiras geográficas.

Vem daí também a importância do *Toro Candil* enquanto prática cultural, que difere das demais presentes no país. Com sua própria singularidade, assegura afirmação ao espaço em questão. Revela, em sua essência, o colonizador espanhol, o imigrante paraguaio e o indígena que habitava essas terras fronteiriças. Da mesma forma, retrata a formação econômica e cultural de Porto Murtinho. Conseqüentemente, é registro da singularidade de que se revestem as matrizes culturais sul-mato-grossenses. De forma especial, marca a presença da matriz paraguaia e de seus descendentes que vivem até hoje em Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul.

Portanto, a Guerra do Paraguai foi decisiva para a delimitação dessa fronteira, bem como para a existência de Porto Murtinho. O gado bovino e os ervais foram determinantes no povoamento e no crescimento econômico da fronteira. Porém, se, a princípio, o extrativismo do mate foi o grande responsável pela criação de Porto Murtinho, tão logo os ervais se distanciaram em direção ao Paraná, a cultura do boi tornou-se responsável por sua existência posterior. Destaca-se sua importância na economia, nas práticas culturais e também na constituição humana do lugar.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, G. L. **O pantanal e sua história na pintura sul-mato-grossense**. 1ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. 158p.

ALVES, G. L.; MERCANTE, M. A.; FAVERO, S. (Orgs.) **Pantanal sul-mato-grossense: ameaças e propostas**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade Anhanguera – UNIDERP, 2012. – (Coleção Educação Contemporânea). 201p.

ALVES, G. L. **A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso: 1870-1929**. 1ed. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2005. v. 1. 117p.

ALVES, G. L. O universal e o singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, G. L. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003. p.19-29.

CENTENO, C. V. **Educação do trabalhador na fronteira de Mato Grosso com o Paraguai (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura.** Campo Grande: UFMS, 2008. 241p.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Localização geográfica de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/municipios/index/100150/100150062>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

CORRÊA FILHO, V. **Ervais do Brasil e ervateiros.** Documentário da vida rural, n. 12, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura / Serviço de informação agrícola, 1957. 88p.

CORRÊA, L. S. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso: 1870 – 1920.** 2ed. Campo Grande: UFMS, 2012. 300p.

CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: (1889 -1943)** 2ed. rev. e atual. – Campo Grande: UFMS, 2006. 235p.

CORRÊA, V. B.; CORRÊA L. S. Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40). **Albuquerque: revista de história/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 43-67, 2010.

CORRÊA, V. B.; CORRÊA L. S. O dilema da produção de tanino na fronteira Brasil-Paraguai. **Albuquerque: revista de história/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 55-75, 2009.

ESSELIN, P. M. **A Gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso:1536-1778.** Campo Grande: UFMS, 2000. 180p.

ESSELIN, P. M. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados: UFGD, 2011. 358p.

FAVERO, S.; KNEVITZ, P. S. I.; OLIVEIRA, A. K. M.; GARNÉS, S. J. A. Insetos aquáticos como bioindicadores do Pantanal sul-matogrossense. In: OLIVEIRA, A. K. M.; GARNÉS, S. J. A.; FIGUEIREDO, R. S. **Meio ambiente e produção interdisciplinar: sociedade, natureza e desenvolvimento**. Campo Grande, Ed. UNIDERP. p. 121-135.

HUECK, K. Bosques chaquenhos e extração de tanino no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Ano XVII, n. 3, v. 17, p. 343-346, 1955.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500690>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

MARX, K., 2013. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 894p.

**Mato Grosso do Sul sem fronteiras: características e interações territoriais - Brasil, Bolívia e Paraguai**. org. [SEBRAE/MS] 1ed. Campo Grande: Editora Visão, 2010. 255p.

MELO E SILVA, J. **Fronteiras Guaranis**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. 238p.

POTT, V. J.; MEDEIROS, Y.; SARTORI, A. L. B.; MAURO, R. A.; SOUZA, P. R. Biodiversidade nos meandros da bacia do Apa. In: **Pé na água: uma abordagem transfronteiriça na bacia do Apa**. – Campo Grande: UFMS, 2008. p. 41-52.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976. 242p.

SARTORI, A. L. B. Chaco de Porto Murtinho, único no Brasil. In: **Pé na água: uma abordagem transfronteiriça da Bacia do Apa**. Campo Grande, 2008. p. 44-48.

SODRÉ, N. W. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Ed. facsim. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. 205p.

SODRÉ, N. W. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro, 1941. 206p.

TEDESCO, G. P. **A brincadeira do Toro Candil: uma manifestação da memória cultural local**. 2011. 115f. Campo Grande. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, F.B. **A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)**. Passo Fundo: Méritos, 2012. 184p.

## Artigo II

### A cultura do touro, seu simbolismo, transformações e o *Toro Candil*.

Giselda Paula Tedesco

#### Resumo

Esse artigo tem como objeto o touro, analisado historicamente no contexto da humanidade. A articulação contribui para a compreensão de práticas culturais que envolvem o bovino no Brasil, mais especificamente sobre o *Toro Candil*, que acontece em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. O panorama construído favorece um olhar universal sobre as representações artístico-culturais que envolvem esse animal e sua simbologia, desde a pré-história até nossos dias. As discussões teóricas que norteiam a análise foram buscadas em estudos de ARAÚJO, CÂMARA CASCUDO, CHEVALIER E QUEIROZ. As fontes primárias, em Porto Murtinho, foram obtidas por meio de observações sistemáticas e de registros de imagens nos anos de 2009 e 2015. As fontes secundárias utilizadas foram produzidas por ALCOFORADO, CARVALHO NETO e FIGUEIREDO. De forma geral, conclui-se que, desde os primórdios, o bovino se fez presente na vida e no imaginário do homem. Foi moeda de troca, animal propiciatório, de sacrifício, símbolo de força, fartura, riqueza e poder, além de alimento. Touro e boi se diferenciam pelo fato de o segundo ser castrado. Ambos são cantados, falados, vistos e representados de variadas formas pelo mundo a fora e também no Brasil. O fogo, por sua vez, simboliza a ação que transmuta: o poder que domina, a discriminação, a tristeza, o medo, a dor, o sofrimento e a miséria. Pode representar a busca pela superação das desigualdades. O *Toro Candil*, desde o nome em espanhol, define sua origem paraguaia. Carrega em sua ancestralidade a força e o poder transformador, associados ao touro e ao fogo.

**Palavras-chave:** Tauromaquia, Touradas, Fronteira, Práticas culturais, Festas populares.

## **Abstract**

### **The bull culture, its symbolism, transformation and the “Toro Candil”**

This article has as object the bull, analyzed historically in the context of humanity. The articulation contributes to the understanding of cultural practices that involves the cattle in Brazil, more specifically the Toro Candil, which takes place in Porto Murtinho city, in Mato Grosso do Sul state. The built overview favors a universal look at the artistic-cultural representations that involve this animal and its symbology, since the prehistory to the present days. The theoretical discussions that guide the analysis were searched in studies by ARAÚJO, CÂMERA CASCUDO, CHEVALIER and QUEIROZ. Primary sources, in Porto Murtinho, were obtained by systematic observations and image records in the years of 2009 and 2015. The secondary sources used were produced by ALCOFORADO, CARVALHO NETO and FIGUEIREDO. In general, it is concluded that, since the earliest days, the cattle became present into the life and in the imaginary of the man. It was a currency of exchange, a propitiatory animal, of sacrifice, a symbol of strength, abundance, wealth and power, besides the food. Bull and ox are differentiated by the fact that the second one is castrated. Both are sung, spoken, seen and represented in many ways around the world and also in Brazil. The fire, in its turn, symbolizes the action that transmutes: the power that dominates, the discrimination, the sadness, the fear, the pain, the suffering and the misery. It can represent the search for overcoming inequalities. The Toro Candil, since its Spanish name, defines its Paraguayan origin. It carries in its ancestry the strength and transforming power, associated to the bull and the fire.

**Keywords:** Bullfighting, Bullfights, Border, Cultural practices, Popular festivals.

## Introdução

Este artigo tem como objeto o touro, analisado historicamente desde os primórdios da civilização. Esta articulação associa práticas culturais que envolvem o bovino no Brasil e em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, onde se realiza o *Toro Candil*, ao contexto da história da humanidade. O panorama construído permite, então, analisar o *Toro Candil* à luz de expressões artístico-culturais que tematizam bois e touros e sua simbologia, encontradas desde a pré-história até a atualidade.

Nessa ancestralidade, busca-se captar a essência da prática cultural *Toro Candil*, verificando aquilo que a singulariza, mas também a universaliza. Em suas apresentações, na atualidade, a realização do *Toro Candil* está associada à tradição católica do povo paraguaio que habita a fronteira sudoeste de Mato Grosso do Sul, em Porto Murtinho. Devido à escassa quantidade de material encontrado e para melhor compreensão dessa brincadeira é que se objetiva analisar o touro nesse contexto.

Nesse sentido, a intenção é verificar aquilo que, concernente a esse animal, possa expressar as relações humanas – de força, poder, devoção, obediência e sacrifício – contidas na produção da própria existência humana. Em outro sentido, mas não menos importante, pretende-se, a partir da ótica mitológica, interpretar a simbologia existente no *Toro Candil* no que diz respeito ao touro e ao fogo.

Touros e bois são vistos, falados e cantados em diversas práticas culturais, por diferentes povos, espalhados mundo afora. Esse animal sempre esteve presente na vida e no imaginário do homem. Convencionou-se que ambos se diferenciam pelo fato de o boi ser castrado e o touro ser animal destinado à reprodução.

No Brasil, práticas culturais que tematizam o boi podem ser vistas espalhadas pelo Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do Brasil. A cultura do boi deixou rastros, e esta é ainda hoje vivenciada pelo povo nas suas mais variadas formas de expressão, ritmos, indumentárias, adereços, personagens, instrumentos musicais, temáticas, narrativas e modos de se apresentar. Talvez seja o “bumba meu boi” a prática cultural mais conhecida e difundida em nosso país.

Pode ser visto de junho a janeiro, ou seja, de São João ao Dia de Santos Reis. Recebe diferentes nomes dependendo do lugar. No Maranhão, no Rio Grande do Norte, em Alagoas e no Piauí, é conhecido como Bumba meu Boi; no Pará e no Amazonas, é Boi-Bumbá; no Ceará e Espírito Santo, é Boi de Reis, Boi Surubim ou Boi Zumbi; em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Cabo Frio e Macaé, Bumba ou Folgado do Boi; e em Santa Catarina e Paraná, é conhecido como Boi de Mamão. Os folgados do boi, desde a denominação, diferenciam-se do *Toro Candil*, que é representado com os chifres em chamas. Enquanto os bois podem ser definidos como uma dança dramática, o *Toro*, de forma cômica, pode ser interpretado como uma paródia das corridas de touros e das touradas, realizadas nos países ibéricos e no Brasil colonial.

Os poucos estudos sobre o *Toro Candil*, mesmo que indiretamente, reforçam a importância da pesquisa. Porém, tais estudos, ao se aterem a aspectos isolados, deixam de fora informações relevantes para o entendimento dessa prática cultural como um todo. Questões históricas, geográficas e sociais, ao serem trazidas à tona, permitem reviver determinada época. Revelam o homem, suas necessidades e sua relação com a natureza e com os outros seres, enfim, suas relações de produção. Com a mesma intenção, mesmo que com outro olhar, ao analisar o touro a partir de seu simbolismo, no contexto da humanidade, busca-se igualmente entendê-lo em sua totalidade. O pensamento, dessa forma articulado, propicia uma visão mais ampla sobre a singularidade cultural do *Toro Candil*, e também sobre aquilo que, por ser próprio do ser humano, o torna universal: os medos, as paixões e as crenças, próprios do seu existir.

Nesse sentido, é possível, de forma geral, entender que o *Toro Candil* carrega em sua ancestralidade a força e o poder transformador, associados ao touro e ao fogo. Permanecendo no inconsciente coletivo da humanidade, essa simbologia é perpetuada há milênios por meio de crenças e expressões culturais de povos espalhados pelo mundo todo. Devido a essa universalidade, é possível inferir ser o *Toro Candil* representante da cultura fronteiriça e, conseqüentemente, da singularidade cultural presentes em Porto Murinho, Mato Grosso do Sul.

## **Procedimentos Metodológicos**

Para apreender o significado de práticas culturais que envolvem bovinos, seus simbolismos e transformações, além do caráter universal de que se reveste a singularidade do *Toro Candil*, realizado em Porto Murinho, buscou-se estudos que permitissem focalizar o objeto, ora a partir de um contexto mais voltado ao aspecto universal, ora mais voltado ao contexto brasileiro. Dessa forma se espera captar o sentido das representações artístico-culturais que envolvem esse bovino e sua simbologia, desde a pré-história até a contemporaneidade. Para tanto, discussões teóricas foram feitas a partir dos estudos de CÂMARA CASCUDO (1956), GOULART (1965), ARAÚJO (1973), QUEIROZ (1976), e CHEVALIER (2009). As fontes primárias foram obtidas por meio de imagens, registradas em Porto Murinho, Mato Grosso do Sul nos anos de 2009 e 2015. As fontes secundárias utilizadas foram produzidas por FIGUEIREDO (1994), CARVALHO NETO (1996) e ALCOFORADO (2010). Também foram consultados *sites* da Comunidade Valenciana e obtidas imagens da internet.

A partir da constatação da existência de várias práticas culturais encontradas no Brasil que circunscrevem a pecuária, verificou-se a diferença entre o *Toro Candil* e os festejos do boi. No decorrer da pesquisa, evidencia-se como touros e bois se destacam por sua simbologia na vida do homem mundo afora, e permanecem no imaginário e no inconsciente coletivo dos povos, através dos anos e do tempo, até a atualidade.

## **Resultados e Discussão**

Quando o ágil “*Homo sapiens*” habitou a terra, o mundo pouco se parecia com o que conhecemos hoje. Para baixo da linha do Equador, a Terra era coberta de gelo. Errantes por natureza, esses homens, dedicavam-se à pesca, à busca por raízes e frutos comestíveis. Reuniam-se em grupos e, com suas armas rudimentares, feitas com a pedra lascada, caçavam os grandes animais, mamutes e bisontes, antepassados do elefante e do boi. Com o tempo, fixaram-se em áreas descobertas de gelo onde a caça era abundante. Habitaram as cavernas e tiveram uma vida em comum. Provavelmente os mais fortes e mais capazes se destacavam e se tornavam lideranças na hora de enfrentar o perigo ou caçar. Exceto a habitual diferença

entre homens e mulheres, talvez fosse comum uma única divisão de tarefas: além dos caçadores, os *artistas*. (ARTE NOS SÉCULOS, 1969 p. 29)

O “Homo sapiens”, ao observar as sinuosas linhas nas paredes das cavernas, ao contornar os sulcos argilosos delineando aquilo que sugestivamente formava o dorso de animais (Figura 1), acreditava que, tal qual um ritual de posse ou que por encantamento, obteria sucesso na caça aos bisões e outros animais de pequeno e grande porte. A crença na magia e no poder da representação gráfica, o desenho, significava para o homem primitivo o domínio sobre o próprio animal. A retenção de sua forma era também a retenção de sua força. Vulnerável, “possuído [...] pela captura da imagem” (FIGUEIREDO, 1994, p. 18), tornava-se presa fácil.



**Figura 1.** A incrível perfeição anatômica de uma vaca saltando sobre a fileira de cavalos (Aurinhacense, gruta de Lascaux). **Fonte:** ARTE NOS SÉCULOS, 1969 p. 27.

Muito tempo se passou desde então. Analogamente, podemos inferir que, permanecendo no arquétipo da coletividade a ideia de posse e de dominação, o *Toro Candil*, ao ser confeccionado, passo a passo, à imagem e à semelhança de um bovino, confere ao homem que o carrega todo o simbolismo desse pertencimento. Unidos, homem e touro detém a força, a fartura, a riqueza, o poder e o magnetismo que o próprio animal representa. O touro, por si só, “evoca a ideia de irresistível arrebatamento. Evoca o *macho impetuoso*, assim como o terrível Minotauro<sup>1</sup>, guardião do labirinto” (CHEVALIER, 2009, p. 890).

---

<sup>1</sup> “... seu nome significa ‘touro de Minos’. Monstro de corpo de homem e cabeça de touro. Concebido a partir da união entre Pasífae e um magnífico touro

Ao longo da história da civilização, vários foram os usos do bovino. Já nos tempos homéricos, era a medida das fortunas e moeda mercantil. Na Grécia clássica (sécs. V e IV a.C.), foi animal propiciatório, sendo imolado apenas aqueles não utilizados nas lides diárias. Em Roma, era proibida a matança de bois de trabalho. Porém, após batalha vigorosa, bois brancos eram sacrificados e oferecidos a Júpiter. Os animais com manchas no pelo eram pintados com cal e chamados de *bos gretatus*. Costumavam suspender as cabeças dos bois imolados no alto das portas dos templos, o que originou o uso do bucrânio na ornamentação. Para os etruscos, era símbolo de força e fartura. Era seu costume conduzir o carro real através de um boi e uma vaca brancos. Os lacedemônios (sécs. V e IV a.C.), ao obterem a vitória na guerra, sacrificavam um boi ao deus Áries (FIGUEIREDO, 1994, p. 23).

Os bovinos foram considerados animais sagrados no Egito e ainda hoje o são na Índia. Em seu percurso histórico, assumiu diversas funções para a humanidade. Motivou a escrita pictográfica, inspirando o homem, desde que este passou a registrar seu cotidiano, e assim, a cabeça do boi deu origem da letra A – o *aleph*, primeira letra do alfabeto hebraico. Na mitologia Grega antiga, Zeus transformou-se num grande e sedutor touro branco e raptou Europa. E também foi guardião do Labirinto em Creta (ALCOFORADO, 2005, p. 3).

A figura do boi, de forma geral, está envolta em um complexo, ambíguo e variado simbolismo. Tanto pode representar o espírito macho combativo quanto a força fertilizante. Paradoxalmente, pode referir-se tanto à sexualidade como à perfeição espiritual. Em contos populares como “A Bela e a Fera”, percebe-se na figura do boi a evocação do magnetismo, a violência masculina e seu poder fecundo, “... ao mesmo tempo, atrai e mete medo; a energia animal que precisa ser alquimicamente transmutada em sentimento, para possibilitar o

---

branco, devido a uma afronta feita a Zeus, foi preso no labirinto especialmente desenhado por Dédalo a pedido do rei Minos, situado provavelmente na cidade de Cnossos, na ilha de Creta. Ali, por muitos anos, segundo a mitologia grega, homens e mulheres eram levados como sacrifício para serem o alimento da fera, até esta ser morta por Teseu. (CHEVALIER, 2009, p. 611).

encontro de amor e o restabelecimento da condição humana plena do ser metamorfoseado” (ALCOFORADO, 2005, p. 3).

A lenda do Minotauro, além do sacrifício, representa o combate espiritual contra o recalque, a perversidade, o erro e a mentira ocultos no inconsciente do labirinto. Só da luz emana o auxílio espiritual para lutar e vencer o monstro. (CHEVALIER, 2009, p. 611). A tradição grega concede a Creta, ilha de Minos, a herança das lutas com o touro. Foi este “esporte (...) precursor das touradas, que se espalhou pelo Mediterrâneo, ainda hoje em vigor na Espanha e Portugal” (FIGUEIREDO, 1994, p. 23). Essa prática tem causado polêmica e discussão no mundo todo em torno do sacrifício do touro.

Em documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Goulart (1965) recolheu manuscritos que relacionam a origem das touradas ao ritual bárbaro de “aigizeiu”, existentes no culto ao deus grego Dionísios, onde os moços iniciados apanhavam um touro, despedaçavam e comiam sua carne crua, suas entranhas. Recordavam assim a lenda de uma divindade que fora desgarrada e devorada. “Anteriormente era mais cruel, uma forma canibalesca onde em honra de Baco Ornádio ofereciam-se sacrifícios humanos ‘deante’ do seu altar” (GOULART, 1965, p. 199).

Ou seja, para invocar os deuses Ornestes, Omádios e Antroporraistes, era necessário o holocausto de seres humanos. Esse ritual teria dado origem a lenda de Teseu, o herói do labirinto. Aos poucos, esse costume foi abandonado, sendo substituído o homem pelo touro. Na atualidade, caso ainda existam práticas culturais que sacrifiquem o touro, podem ser vistas como reminiscência desse ritual. Porém, com o passar do tempo, perderam o caráter de culto, sendo vistas como uma arte, denominada “tauromaquia”.

De forma mais geral, portanto, pode-se dizer que à civilização minoica, (ca. 3000-1400 a.C.), podem ser atribuídas todas as práticas referentes à lida com touros, configuradas na tauromaquia, ou seja, tudo o que é relativo ao exercício e labor com os touros, tanto a pé como a cavalo. A expressão mais usual, *corrida de touros*, tem origem na Península Ibérica, no século XII. Essa prática cultural é encontrada também em Portugal, sul da França e diversos países hispano-americanos, como México, Colômbia, Peru, Venezuela,

Equador, Panamá, Bolívia e Paraguai. Existem também espetáculos de exibição com o touro na China, nos Estados Unidos, na Índia<sup>1</sup>.

A tauromaquia, por sua vez, inclui todas as atividades que antecedem um espetáculo com touros, desde o cativeiro do animal até a confecção de roupas dos participantes. Também são tauromáquicas todas as formas de expressão cultural que representam bois e touros: desenhos, pinturas, esculturas, publicações, festejos, inclusive práticas culturais como os festejos do boi e o *Toro Candil*.

A Festa de San Firmino, na Espanha, é uma das mais famosas e conhecida no mundo todo, por suas touradas. Tem sua origem em dois eventos medievais distintos: as feiras comerciais seculares e as cerimônias religiosas. As feiras eram realizadas no início do verão. Os comerciantes de gado chegavam nas cidades com os seus animais e organizavam as touradas. Promoviam, assim, os animais e as vendas. Juntaram-se a essas feiras as cerimônias religiosas em honra ao santo patrono da cidade.

Entre as práticas culturais realizadas na festa em comemoração a São Firmino, está o *Toro de Fuego* (Figura 2). Sobre o dorso de uma armação, que tem o formato de um touro, instala-se um bastidor com elementos pirotécnicos. Ao serem acesos, explodem em luzes e cores. O *Toro* que solta faíscas diverte a população nas ruas de Pamplona. “Se puede considerar un encierro para niños y jóvenes, donde un toro de cartón y madera va soltando chispas, fuegos de colores y petardos desde los cohetes y bengalas que lleva a la espalda. El espectáculo dura alrededor de media hora y se corre ante dos toros”, informa o jornal virtual, *Navarra.com*<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> TEDESCO. A brincadeira do *Toro Candil*: uma manifestação da memória cultural local, p. 96.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.navarra.com/articulo/san-fermin-informacion/toro-fuego-san-fermin-pamplona-ninos-encierro/20160609171306047607.html>>.

Acesso em: 29 set. 2016.



**Figura 2.** *Toro de fuego*, em Pamplona/ Espanha. **Fonte:**

<<http://www.navarra.com/articulo/san-fermin-informacion/toro-fuego-san-fermin-pamplona-ninos-encierro/20160609171306047607.html>> 29 set. 2016.

Para a Comunidade Valenciana, no leste da Espanha, *El Toro de fuego* ou *Bou Embolat* (Figura 3) constitui-se em prática cultural milenar. Esse hábito de “Embolar” o touro remonta a mais de dois mil anos. “Aunque por elementos como el toro y el fuego pueda vincularse a la civilización minoica, los estudios más fiables sitúan su origen en Elx, en el año 228 antes de Cristo” (PARRILLA, 2016)<sup>1</sup>. Tais práticas culturais relembram o triunfo em batalhas remotas, sobrevivendo ao tempo e às culturas, são realizadas até os dias atuais.



**Figura 3.** *Bou Embolat*, no leste da Espanha. **Fonte:**

<<http://castallaplural.blogspot.com/2009/11/sha-de-prohibir-el-bou-embolat.html>>. Acesso em: 29 set. 2016.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.levante-emv.com/valencia/2016/06/26/bou-embolat-tradicion-prohibicion/1436841.html>>. Acesso em: 29 set. 2016.

Desde sua origem, embolar o touro, equivale a instalar nos chifres do animal vivo hastes de ferro. Nas extremidades do ferro se fixam bolas envoltas em pano feitas de cera, resina e combustível. Ao serem acesas, ardem como tochas durante horas. Aparentemente levam o animal a extremo sacrifício. Estudos atestam que não. O ritual se inicia já no momento de levar o touro do curral, puxado por uma corda até o pilar, na praça, onde será imobilizado para evitar que se machuquem, tanto o animal, quanto os emboladores.

Segundo estudos realizados, esse costume teve início durante as conquistas celtas, galas, romanas e cartaginesas, entre outras. Durante as batalhas, utilizavam-se estratégias noturnas para surpreender o inimigo e derrotá-los. Conduziam calmamente as manadas até as proximidades do acampamento. Enquanto o inimigo dormia, ateavam fogo a artifícios fixados nos chifres dos animais. Enfurecidos, corriam em direção ao acampamento inimigo, “los toros debido al fuego, así que arrasaban el campamento enemigo y atacaban corneando a todo ser viviente, haciendo huir pavorosamente a los caballos y elefantes que se empleaban por costumbre en aquella época. (JESUS, 2004)<sup>1</sup>.

Bem próximo ao Brasil, no Paraguai, existe uma prática cultural semelhante ao *Toro de fuego*, conhecida pelo nome de *Toro Candil*. Consiste em uma armação de madeira, recoberta de lona pintada ou coro de um bovino. Na parte dianteira é colocada a ossada da cabeça do boi com os chifres. Na ponta são presas bolsas de trapo ou lona embebida em querosene que na hora da corrida são acesas. No interior da armação, posiciona-se uma pessoa que, “*sostiene el artefacto y hace las veces de toro, atacando al torero quien provisto de una manta o poncho rojo provoca a aquél, dando lugar de esta manera a una especie de espectáculo de toreo de visos cómicos*” (CARVALHO NETO, 1996, p. 341).

Cadogan, em seus apontamentos, registrou sua presença na noite de São João em Villarica (1938), como parte de um auto popular chamado “*Ruá*”, um conjunto de cenas dramáticas com vários personagens, “*Kamba r’anga*,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.patronatodeltorodelavega.com/LANCEROS/T-ACTICA/Toro-embolado.htm>>. Acesso em: 29 set. 2016

*Guaikurú, Nandu guasu, teju, Lechiguana, Kavichu'í, E'ira jo"ó há" e, também o Toro Candil: "hombre cubierto de um cuero de vaca o toro com los cuernos o cráneos intactos. Los cuernos están cargados de estopa embreada o trapos empapados en Kerosén, encendidos, formando dos grandes antorchas". Segundo esse viajante, "al Toro le preceden dos Kambá disfrazados de toreros quienes le azuzam; otros Kambá le castigan com sus **bolas tanimbú**"<sup>1</sup>* (CARVALHO NETO. 1996, P.337).

Os "Kambá" ou "Kambá rá angá" (Cadogan) e também *Cambarangá* – segundo registro de Aguirre (1795), em Asunción, venían adelante, disfrados de negro, "encaratulados, com invenciones y expresiones ridículas" (apud CARVALHO NETO. 1996, p. 336). Tinham a função de divertir o público. Cadogan em seus registros (1938), revela que devido aos desmandes e ultrajes, ocorridos durante os autos, era preciso apresentar uma relação com os nomes dos participantes disfarçados de "Kambá y Guaicurú".

O *Toro Candil* (Figura 4) é visto com frequência nas festas juninas ainda hoje. A brincadeira e a festa fazem parte do calendário oficial das festas no Paraguai "Nuestro calendario folklórico, sin embargo, lo consigna en las de San Juan de Villarrica (año 1938), Virgen del Carmen y Virgen del Rosario. Miguel Ángel Pessoa comunica al CEA – Centro de Estudios Antropológicos del Paraguay – haberlo visto en la fiesta de San Blas, patrono de Asunción, alrededor del año 1935" (CARVALHO NETO, 1996, p. 341, p.341).

---

<sup>1</sup> De acordo com Tomaz Roa, músico, nascido em Concepcion, vivendo atualmente em Campo Grande, "bolas tanimbú", tem o mesmo significado que "pelota- tatá", bola de fogo.



**Figura 4.** *Toro Candil*, do Paraguai. **Fonte:** <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/suplementos/abc-revista/fiesta-del-sol-y-del-fuego-586776.html>>  
Acesso em: 29 set. 2016.

No Brasil, espetáculos tauromáquicos, tais como as touradas, eram comuns. “Houve época em que esse divertimento popular foi muito praticado” (GOULART, 1965, p. 197). No Rio de Janeiro, eram realizadas por ocasião do nascimento ou casamento de um monarca e em dias de feriados, pois se tratavam de datas significativas. Estruturadas em seu espaço cênico, as praças dos touros reforçavam o poder e o domínio da monarquia portuguesa. As touradas tiveram seu auge em 1808, após a chegada da corte real ao Brasil.

Esses eventos aconteciam sempre com muita música, dança, bebidas alcoólicas e fogos de artifício. De forma muito própria, evidenciavam a centralização monárquica, tendo por intuito fortalecer os elos de fidelidade entre colônia e metrópole. “Tratava-se claramente de uma estratégia de controle, de exercício da soberania, a partir de uma exposição simbólica do poder monárquico, que incorporava e unificava o religioso e o político” (MELO, 2013, S/p.).

Em Cuiabá, no antigo Mato Grosso, aconteciam nos festejos do “Senhor Divino”. Chegaram a ser o maior acontecimento social da cidade. As touradas eram uma ocasião para estrear roupas novas e demonstrar suas posses. Os maiores apreciadores dessa distração, não por acaso os de grandes posses, mandavam erguer palanques para uso próprio. Eram uma espécie de coretos

enfeitados e cobertos de fazendas vistosas. Localizavam-se bem junto à cerca para darem maior visibilidade, tanto às touradas quanto a si próprios. Em 1943, pelo Decreto n. 245, de 10 de junho, fica proibida a realização de touradas no Brasil (GOULART, 1965, p. 197, 198).

A cultura do boi deixou rastros, e ainda hoje, esse é representado pelo povo nas suas mais variadas formas de expressão no mundo todo. Segundo Câmara Cascudo (1956, p. 62), apesar de acontecerem touradas no Brasil, como a ideia de toureiros não prosperavam pelo sertão, foram substituídos por vaqueiros negros ou caboclos, personagens mais integrados ao lugar. “Quem cuida ou toma conta do ‘boi’ não é o toureiro, é o vaqueiro” (CASCUDO, 1956, p. 62).

Nas regiões onde se destaca a pecuária, principalmente no Nordeste, onde outrora não havia divisão de terras com arame, “vive uma literatura oral louvando o boi, suas façanhas, agilidade, força, decisão” (CÂMARA CASCUDO, 1962, p. 118). “Veze, o boi escapava e sua fama crescia pela ribeira...Eram os barbatões invencíveis, desaparecidos nas serras e várzeas, bebendo em olheiros escondidos e sesteando nas malhas distantes” (CÂMARA CASCUDO, 1962, p. 118). Por isso mesmo, do vaqueiro eram exigidas máxima destreza e coragem para rastrear e levar o boi ao curral, nas vaquejadas.

À cultura do boi também se associaram traços da colonização portuguesa. Muitas práticas decorrentes do período colonial são ainda hoje vivenciadas pelo povo nas suas mais variadas formas de expressão, ritmos, indumentárias, adereços, personagens, instrumentos musicais e modos de apresentação.

Durante os séculos XVI e XVII, em Portugal, eram frequentes pequenos dramas. Nas procissões, apresentavam-se as “touras” ou “tourinhas” “fabricadas com uma armação de vime coberta de pano, sob a qual se dissimulava um homem que a dançar precedia ou seguia o cortejo” (QUEIROZ, 1976, p. 183). É possível que tenham se misturado representações dramáticas e “tourinhas” no Brasil, originando o bumba meu boi.

Nessa dança dramática, os papéis femininos são representados por homens, “reminiscências do tempo antigo em que era considerado indecente que uma mulher representasse nas comédias” (QUEIROZ, 1976, p. 183). Tal fato, pode ser entendido ainda como reafirmação do poder patriarcal do

colonizador, pois só participavam do bumba meu boi adultos e crianças do sexo masculino. Quando necessária a figura feminina, era substituída pelos travestis. Dessa forma, ficava garantida a obediência “aos velhos preceitos proibitórios da coroa portuguesa, excluindo mulheres do palco ou festas públicas” (GOULART, 1965, p. 210).

Mesmo assim, essas danças dramáticas têm um papel fundamental, pois são veículos de crítica sobre controle social. “Os autores denunciam, nos versos que improvisam, os abusos de poder cometidos pelas autoridades: pelo Cavalo-Marinho que simboliza o grande proprietário rural, pelo médico, pelo vigário, pelo delegado, ridicularizados em suas manias ou em vícios. (QUEIROZ, 1976, p. 183, 184).

Talvez sejam os festejos do boi a prática cultural de maior divulgação e aquela em que, segundo Alcoforado, o “imaginário popular mais tenha atuado em termos de uma reelaboração simbólica” (ALCOFORADO, 2005, p. 183). Esse auto popular apresenta várias versões de acordo com o lugar onde acontece. Em síntese, conta a história de um rico fazendeiro que tem um boi de estimação roubado por Pai Chico, trabalhador de sua fazenda, para satisfazer o desejo de sua mulher Catirina, que está grávida e desejando comer a língua do boi. Sentindo a falta do animal, o fazendeiro encarrega vaqueiros de o procurarem. Quando o encontram, ele está doente, e pajés são chamados para curá-lo. Depois de muitas tentativas, o boi finalmente melhora, e o fazendeiro, ao saber do motivo do roubo, perdoa Pai Chico e Catirina, encerrando a representação com uma grande festa.

No Amazonas, no Pará e no extremo norte do país essa prática é conhecida como boi-bumbá ou ainda pelo nome de boi. Os festejos do boi são características das festas joaninas, as quais se iniciam às vésperas de S. Antônio indo até o último dia do mês de junho, podendo se prolongar até o mês de julho. “No Nordeste, elas são encenadas durante o Natal, a quadra natalina, a mesma quadra das Pastoras e dos autos dos Reis e o mesmo acontece no interior da Bahia como bem se depreende do nome de Boi-de-Reis usado pelos moradores ribeirinhos e barranqueiros sanfranciscanos”. (GOULART, 1965, p. 203).

Goulart (1965, p. 206) relata que em Santa Catarina acontece o boi-de-mamão, que é visto no período que vai do Natal ao Carnaval. Além do boi, são

personagens constantes o vaqueiro, em alguns lugares “chamador” – chefe do bando – e o cavalinho. As outras personagens, figurantes – a cabra, o cachorro, a *abrenuncia* ou *bernunça* – variam conforme o lugar. Por fim, o doutor que tem a função de benzedor. A pessoa que carrega o boi é chamada de “brincador”.

“Acompanham o “Boi-de-mamão’ homens e crianças do sexo masculino. Além das figuras de animais há, também, mascarados. Estes são trajados de roupas velhas, máscaras e bordão. Alguns vestem-se de roupas de mulheres, afim de representar o casal. Acompanha o “Boi-de-mamão” um gaiteiro. Antes de entrarem nas casas brincam na rua e pedem licença para entrar. Tornam a entrar dentro de casa. Os mascarados são incumbidos de pedir esmolas aos donos das casas. Depois da brincadeira é oferecido a todos café, pão, doces e bebidas. As esmolas que recebem são para as despesas e o restante, muitas vezes, oferecem à Igreja local.” (GOULART, 1965, p. 207).

O roteiro central e alguns personagens, como o boi, a Catirina, o proprietário do boi, os vaqueiros, o padre, o médico e o delegado, são sempre os mesmos. No entanto, “podem se adicionar a estes, alguns animais fantásticos, com a finalidade de amedrontar os espectadores” (QUEIROZ, 1976, p. 183).

Em Mato Grosso do Sul, “senhor” das grandes pastagens, dos grandes campos de vacarias, o boi, criado solto no pasto, deixou o rastro de uma nação ameríndia e da colonização espanhola que por aqui se aquerenciou antes de ser expulsa pelos bandeirantes provenientes do leste. Naquele tempo do Brasil colônia, o boi era medida de tudo: alimento, transporte e moeda de troca. Tal é sua importância, que ainda hoje o boi é a linguagem dos poderosos, tendo Mato Grosso do Sul um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, segundo dados do IBGE.

Nos rastros do boi, atrelou-se o *Toro Candil*, prática cultural mais comumente encontrada no sudoeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o

Paraguai. No entanto, pode ser vista em várias cidades sul-mato-grossenses em que a cultura paraguaia é praticada, ainda que sempre como atividade isolada, restrita a um grupo ou uma família que mantém tal manifestação cultural por tradição, saudosismo ou devoção (TEDESCO, 2011, p. 74, 75).

No couro do *Toro Candil*, foram tatuadas as marcas do colonizador. Podem ser percebidas desde as falas ouvidas durante a realização dessa prática cultural, em Porto Murtinho, até sua denominação em Espanhol. Também são evidenciadas suas origens, na execução da polca paraguaia e do *chamamé*, ritmos dançados pelas promesseiras, durante a festa, que acontece na véspera do dia 8 de dezembro, na fronteira. Em meio a risos e gritos de alegria, os fiéis, expressam a grande devoção dedicada à Nossa Senhora de Caacupé, cuja imagem é mantida em um altar enfeitado com as cores e bandeiras do Brasil e do Paraguai.

Em face dessas diferenças ditadas pelas singularidades de cada região, reconhece-se que a brincadeira do Bumba meu boi, não é a mesma “tourinha” encontrada em Portugal. “Não se trata propriamente de um traço cultural trazido de Portugal, mas de um folguedo que se formou no Brasil mesmo, porém, com elementos provenientes de Portugal” (QUEIROZ, 1976, p. 183).

De diferente forma, o *Toro Candil* se introduziu em Mato Grosso do Sul. Realizado atualmente em Porto Murtinho, não é o mesmo realizado no Paraguai, ainda que contenha elementos provenientes daquele país. No Paraguai, é a sobrevivência de um auto chamado *Rua*, onde entravam em cena também outros personagens. Figuras identificadas como índios Guaicuru, negros e monstros. É comumente visto nos festejos juninos.

Em Porto Murtinho, o *Toro candil*, é realizado em devoção à Nossa Senhora de Caacupé. Consiste em uma armação de ferro, revestida de tecido, que dá forma ao corpo do bovino. Na extremidade dianteira do artefato, é colocado o crânio de um animal, a cabeça. No lugar dos chifres, são fixadas tochas de madeira envolvidas em bolsas de estopas, antecipadamente, embebidas em óleo queimado. Daí o nome *Toro* (do espanhol touro) *Candil* (do espanhol candeeiro).

Tanto os homens como as mulheres participam dessa prática cultural, disfarçados comose pode identificar na figura 5. Para tanto, usam chapéu, se travestem de acordo com o sexo oposto e um pano ou trapo cobre-lhes o rosto,

como se fosse máscara – daí o nome mascaritas. Num divertido jogo de cena, os mascaritas executam coreografias diversas com fortes traços cômicos. Embalados ao som da polca paraguaia, iniciam o jogo com a *pelota-tatá*<sup>1</sup> - a bola de fogo, que antecede o *Toro Candil*.



**Figura 5** - *Toro Candil* e *mascaritas*, em Porto Murtinho, na festa para Nossa Senhora de Caacupé. **Fonte:** Arquivo da autora.

Touro e boi são cantados, falados e vistos, em diversas manifestações culturais, espalhadas pelo mundo a fora e sempre estiveram presentes na vida e no imaginário do homem. Para Chevalier (2009, p. 894), o boi representa a antítese do touro, ressalta essa complexidade, pois “simbolizará o sacrifício da força fecundadora do touro, por contraste, pondo em destaque a unicidade deste”.

---

<sup>1</sup> Bola de estopa mergulhada em querosene que à noite é acesa, tornando-se a *pelota-tatá*. A palavra tem origem na mistura do espanhol (*pelota*, bola) e guarani (*tatá*, fogo). É comum, no Paraguai nos festejos de São João, assim como o *Toro* e *mascaritas*.

## **Conclusão**

Tanto o touro como o fogo presentes na prática cultural *Toro Candil*, por sua simbologia, podem ser vistos como uma representação do drama existencial humano. Ambos retratam a realidade obscura, sufocante e de subordinação ao poder vigente. Tal poder é responsável pela manutenção da cultura burguesa, ditada pelo capital em contraposição ao anseio da maioria. No caso do *Toro Candil*, especificamente, trata-se de uma prática cultural que provém da classe trabalhadora, formada por imigrantes paraguaios que vivem em Porto Murtinho. Por outro lado, essa simbologia pode representar a crença em um protagonismo cultural, cuja luz reflete a autodeterminação, advinda da esperança de um futuro com mais equidade social.

Dessa forma, tanto o touro como o boi, consciente ou inconscientemente, podem representar as relações de força, poder e dominação, existentes na sociedade. De forma geral, essas forças estão relacionadas a figura do patrão, empregado, padre, pajé, médico, curandeiro, latifúndio, pequenas propriedades, grandes latifúndios, negros, índios, homem, mulher, pai e filho, entre outros. No caso do *Toro Candil*, a força purificadora de transformação e de renovação é representada pelo fogo que devora seus chifres. Expressão simbólica da renovação da vida. Da superação das desigualdades. Do combate ao poder que castra e domina.

Tanto o fogo como o *Toro*, nesse sentido, reforçam a singularidade do *Toro Candil* realizado em Porto Murtinho. Também podem sinalizar a diversidade cultural presente em Mato Grosso do Sul, devido as várias matrizes culturais que ajudaram a construir esse estado. O *Toro Candil*, é prática cultural creditada à matriz paraguaia, que vive em Mato Grosso do Sul.

## **Referências Bibliográficas**

ALCOFORADO, D. F. X. A representação do ciclo do boi nos romances tradicionais. In: Simpósio nacional de história, 23, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz.** Londrina: ANPUH, 2005. p.1-11

ALGO DE HISTORIA SOBRE EL TORO EMBOLADO. Disponível em: <<http://juanrduran.en.eresmas.com/Emboladores.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2016

ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira**. 2ed. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 198p.

**ARTE NOS SÉCULOS da pré-história ao classicismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1969. v. 1. 330p.

BACHELARD, G. **A psicanálise do fogo**. Trad. Paulo Neves. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos) 176p.

CAPUCHA, L. **O campo da tauromaquia. Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 5, p. 147-165, 1988.

CARVALHO NETO, P. **Folklore del Paraguay**. Asunción: El Lector, 1996. 413p.

CASCUDO, L. C. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Documentário da vida rural nº 9. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1956. 90p.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Trad. de Vera da Costa e Silva. 23ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 996p.

COMO SURTIU A TOURADA? Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/como-surgiu-a-tourada>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

EL TORO DE FUEGO O EMBOLADO, disponível em: <<http://www.patronatodeltorodelavega.com/LANCEROS/TACTICA/Toro-embolado.htm>>. Acesso em: 28 de jul. 2016, às 9h.

FIGUEIREDO, A. **A propósito do boi**. Cuiabá: UFMT, 1994. 226p.

GOULART, J.A. **O Brasil do boi e do couro**. Rio de Janeiro/GB: Edições GRD, 1965. 264p.

JESÚS, A. **El Toro de Fuego o Embolado**. In: "Nuestra Fiesta", nº 0 de Marzo 2004.

LEVANTE EMV. 'Bou embolat', de la tradición a la prohibición. Disponível em: <<http://www.levante-emv.com/valencia/2016/06/26/bou-embolat-tradicion-prohibicion/1436841.html>> Acesso em: 28 jul. 2016.

MELO, V. A. As touradas nas festividades reais do Rio de Janeiro colonial. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 365-392, 2013.

NAVARRA. Com. El 'toro de fuego' de San Fermín. Disponível em: <<http://www.navarra.com/articulo/san-fermin-informacion/toro-fuego-san-fermin-pamplona-ninos-encierro/20160609171306047607.html>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, 242p.

TAUROMAQUIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tauromaquia>> Acesso em: 6 ago. 2016.

TEDESCO, G. P. **A brincadeira do Toro Candil: uma manifestação da memória cultural local**. Campo Grande. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. 115f. (Dissertação de Mestrado).

### **Artigo III**

#### ***Toro Candil*: tradição de uma fronteira ambivalente**

**Giselda Paula Tedesco**

#### **Resumo**

O objeto desse artigo é o *Toro Candil*, prática cultural encontrada em Porto Murtinho, cidade localizada a sudoeste de Mato Grosso do Sul. Sua realização e existência está condicionada a presença do trabalhador paraguaio na fronteira. No início de dezembro, o *Toro* de fingimento, surge iluminado as ruas de Porto Murtinho, com seus chifres flamejantes. O objetivo, desse estudo é descrever o conjunto do ritual, os personagens, a simbologia, e as funções sociais dessa prática cultural. Alicerçaram a discussão, os estudos teóricos de ARAÚJO, CHEVALIER e QUEIROZ. As fontes primárias foram obtidas por meio de observações sistemáticas, entrevistas semiestruturadas e registros de imagens, realizadas a campo, nos anos de 2009 e 2015, na cidade de Porto Murtinho. Fontes secundárias foram buscadas no banco de dados da CAPES e nos livros de CARVALHO NETO e MOURÃO. De forma geral esses estudos associam as festas e o uso do fogo a rituais pagãos em honra ao deus sol, a fertilização da terra, dos animais e das mulheres, que ao longo do tempo se transformaram nas festas católicas. A compreensão do *Toro Candil*, no âmbito do espaço onde é realizada, permite concluir que sua existência está condicionada à fé e a devoção dos murtinhenses à “Nossa Senhora de *Caacupé*”. Esses devotos, em sua maioria paraguaios e seus descendentes, se fixaram na região, num período posterior a Guerra do Paraguai, para trabalhar em fazendas de gado e nos quebrachais. Fora de sua pátria natal, revivem e recriam ainda hoje, por meio de sua fé, práticas culturais paraguaias, dentre elas, o *Toro Candi*. Formas de se adaptarem ao novo meio, sublimarem as suas necessidades e se fazerem representar.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional, “Nossa Senhora de *Caacupé*”, *Pelota-tatá*, *Mascaritas*, Práticas culturais.

## **Abstract**

### **Toro Candil: tradition of an ambivalent border**

The object of this article is the Toro Candil, a cultural practice found in Porto Murtinho, a city located southwest of Mato Grosso do Sul state. Its realization and existence is conditioned to the presence of the Paraguayan worker at the border. At the beginning of December, the Bull of Pretense comes up illuminating the streets of Porto Murtinho, with its flaming horns. The objective of this study is to describe the ritual set, the characters, the symbology, and the social functions of this cultural practice. The discussion was based on the theoretical studies by ARAÚJO, CHEVALIER and QUEIROZ. The primary sources were obtained by systematic observations, semi-structured interviews and image records, carried out into the studied field, in the years of 2009 and 2015, in Porto Murtinho city. Secondary sources were searched in the CAPES database and into the CARVALHO NETO and MOURÃO books. In general, these studies associate festivals and the use of fire with pagan rituals in honor of the sun god, the fertilization of land, the animals and the women, which during the time have become into Catholic festivals. The understanding of the Toro Candil, within the scope where it is carried out, allows concluding that its existence is conditioned to the faith and devotion of the Porto Murtinho citizens to "Our Lady of Caacupé". These devotees, mostly Paraguayans and their descendants, settled in the region, in a period after the Paraguayan War, to work on cattle ranches and into the "Quebrachais". Out of their homeland, they still revive and recreate today, through their faith, Paraguayan cultural practices, among them, the Toro Candil. Ways to adapt to the new environment, sublimate their needs and make themselves represented.

**Keywords:** Regional development, "Our Lady of Caacupé", "Pelota tatá", "Mascaritas", Cultural practices.

## Introdução

O objeto desse artigo é o *Toro Candil*, prática cultural encontrada em Porto Murtinho, cidade localizada a sudoeste de Mato Grosso do Sul. Sua realização e existência está condicionada a presença do trabalhador paraguaio na fronteira. No início de dezembro, o *Toro* de fingimento, surge iluminando as ruas de Porto Murtinho, com seus chifres flamejantes. O objetivo, desse estudo é descrever o conjunto do ritual, os personagens, a simbologia e as funções sociais dessa prática cultural. Alicerçaram a discussão, os estudos teóricos de ARAÚJO, CHEVALIER e QUEIROZ. As fontes primárias foram obtidas por meio de observações sistemáticas, entrevistas semiestruturadas e registros de imagens, realizadas a campo, nos anos de 2009 e 2015, na cidade de Porto Murtinho. Fontes secundárias foram buscadas no banco de dados da CAPES e nos livros de CARVALHO NETO e MOURÃO. De forma geral esses estudos associam as festas e o uso do fogo a rituais pagãos em honra ao deus sol, a fertilização da terra, dos animais e das mulheres, que ao longo do tempo se transformaram nas festas católicas. A compreensão do *Toro Candil*, no âmbito do espaço onde é realizada, permite concluir que sua existência está condicionada à fé e a devoção dos murtinhenses à “Nossa Senhora de Caacupé”. Esses devotos, em sua maioria paraguaios e seus descendentes, se fixaram na região, num período posterior a Guerra do Paraguai (1864-1870), para trabalhar em fazendas de gado e nos quebrachais. Fora de sua pátria natal, revivem e recriam ainda hoje, por meio de sua fé, práticas culturais paraguaias, dentre elas, o *Toro Candi*. Ele é uma forma de expressar como se adaptaram ao novo meio, sublimaram as suas necessidades e se fizeram representar.

Dia 8 de dezembro é o dia dedicado à Nossa Senhora de Caacupé, considerada pelos católicos a Santa Padroeira do Paraguai. Anualmente, essa devoção pode ser observada quando caravanas partem de todas as regiões daquele país em direção à cidade de Caacupé. A data também é festejada no Brasil, em Mato Grosso do Sul, principalmente na fronteira com o Paraguai. Em Porto Murtinho, essa devoção é marcada pela presença do *Toro Candil*.

A Festa de Caacupé, particularmente, é uma prática cultural secular, ligada à tradição católica. Realizada em devoção à Nossa Senhora, diz respeito à mácula da mãe de Jesus. No Brasil, recebe o nome de Nossa Senhora da

Conceição. Do ponto de vista profano, é uma festa de consumo, associada ao solstício de verão. Em Mato Grosso do Sul, é uma devoção ligada ao imigrante paraguaio. A música, a dança, a comida e o próprio linguajar nos remetem aos primórdios da ocupação do estado e, por sua vez, ao colonizador espanhol que explorou essa região fronteiriça.

Fora da sua pátria natal, os devotos recriaram, por meio de sua fé, a vida no Paraguai. No ambiente festivo e ao mesmo tempo nostálgico, revivem práticas culturais, entre elas o *Toro Candil*. Estas podem ser vistas como formas de se adaptarem ao meio satisfazendo suas próprias necessidades, emocionais, afetivas e sociais.

Em 2009, foi estabelecido o primeiro contato com Dionízia Arguelho, festeira e guardiã do *Toro Candil*. Em 2015, foram realizadas três visitas a Porto Murtinho. A viagem pela BR 267 leva em torno de cinco horas, percorrendo 443 km desde Campo Grande até a sede do município. Percurso todo pavimentado, depois da Serra de Maracaju mergulha-se aos poucos em terras pantaneiras até chegar ao destino final, às margens do rio Paraguai.

### **Procedimentos Metodológicos**

As discussões teóricas apresentadas nos estudos de ARAÚJO (1973) CHEVALLIER (2009) e QUEIROZ (1976), BACHELARD (1999), levaram a um melhor entendimento sobre as funções sociais da festa que acontece na fronteira. Agradecer, pedir proteção, compartilhar, solidarizar, confraternizar sempre foram motivos para as festas acontecerem. A realização do *Toro Candil*, em Porto Murtinho, está condicionada à fé e devoção católica à Nossa Senhora de Caacupé e, conseqüentemente, à realização da festa dedicada a essa santa católica.

Fontes secundárias produzidas por CARVALHO NETO (1996) e MOURÃO (2002) permitiram relacionar o *Toro Candil* ao contexto das festas ancestralmente realizadas em honra ao deus Sol, ao uso do fogo e aos solstícios. Esse entendimento permitiu relacioná-lo também com as festas de verão, do período natalino, com as festas de produção, ligadas à semeadura e à colheita.

As fontes primárias foram obtidas em Porto Murtinho, sudoeste de Mato Grosso do Sul, durante a realização do *Toro Candil*, na festa de Nossa

Senhora de Caacupé. Tratam-se de imagens fotográficas, conversas informais e entrevistas semiestruturadas, realizadas nos anos de 2009 e 2015. Fontes secundárias foram encontradas em artigos e trabalhos acadêmicos, alguns publicados no banco de dados da CAPES, outros disponíveis à consulta na rede mundial de computadores.

## **Resultados e Discussão**

Todos os anos, desde a véspera do dia 8 de dezembro, à noite, acontece em Porto Murtinho o *Toro Candil*, realizado como promessa durante a festa de Nossa Senhora de Caacupé, padroeira do Paraguai e santa de devoção da maioria dos murtinhenses. A festa anualmente se repete, quem sabe por devoção, saudosismo ou tradição. Ligada à fé católica, a *Virgen de los milagros* é cultuada pela maior parte da população que vive na fronteira.

A palavra “festa”, segundo o Dicionário da Religiosidade Popular, tem origem remota no latim *feriae*, *ferias*, dias de paralisação dos trabalhos em honra aos deuses (POEL, 2013, p. 414). No contexto da humanidade, acontece desde que o homem passou a plantar seus próprios alimentos. Está associada aos ritos protetivos e de súplica à mãe natureza e às entidades supremas para que livres as lavouras e as plantações das pragas, danos ou malefícios e produzam abundantemente. A festa também pode ser relacionada aos meios de trabalho, à exploração e à distribuição, sendo consequência direta das forças produtivas da sociedade. Dessa forma, pode ser pensada como “uma poderosa força de coesão grupal, reforçadora da solidariedade vicinal cujas raízes estão no instinto biológico da ajuda, nos grupos familiares” (ARAÚJO, 1973, p.11).

A periodicidade da produção agrícola levou as festas a se perpetuarem até os dias de hoje. Na semeadura ou na colheita o homem se reunia para comemorar. Agradecimento, pedido de proteção, prazer ou alegria sempre foram motivos para reunir a família, os amigos e os vizinhos. Dessa forma, a regularidade da safra também induziu o homem às festas. Eram repetidas pelo grupo social de acordo com o calendário agrícola. Época de produção ou de consumo. “Essa característica deu às festas uma função comemorativa. É o caso da Festa de São João e do Divino Espírito Santo” (ARAÚJO, 1973, p. 11).

Ao longo dos séculos, foram associados a elas outros elementos, tais como padroeiros, entidades sobrenaturais e, mais tarde, santos do calendário católico. Além destes, agregaram-se a comilança e a bebedeira, características das festas em homenagem a Baco. Também as máscaras, os disfarces, os enfeites e adornos, a música, o baile, as procissões, as liturgias e outros mais. “As festas tiveram uma origem comum: uma forma de culto externo tributado a uma divindade, realizado em determinados tempos e locais desde a arqueocivilização” (ARAÚJO, 1973, p. 11).

Dessa forma, todas as festas podem ser definidas como “manifestações e regozijo do povo para comemorar um evento de origem histórica e/ou mística” e, “além de estarem associadas a uma origem religiosa, exprimem, também, o ritmo das estações, sob a conotação da morte e ressurreição de um deus – a natureza” (MOURÃO, 2002, p. 44).

A descoberta dos solstícios determinou o uso do fogo, oferecido aos deuses pagãos em festas realizadas pelo homem. No Hemisfério Norte, os solstícios de verão 21/22 de junho e de inverno 21/22 de dezembro originaram duas festas coletivas. Nelas, o Sol (divindade pagã) era honrado com o fogo, a luz suprema. As festas dedicadas ao fogo, então, têm como ritual principal acender uma fogueira para dar mais força ao Sol. O culto ao fogo perpetua-se através do tempo. Mesmo quando se trata de um simples lume, está profundamente associado ao coração dos humanos. “É a procura do Sol, ente máximo da verdadeira renovação da vida, a que assistimos diária e anualmente” (MOURÃO, 2002, p. 66, 67).

As festas ligadas aos solstícios de verão (dia mais longo do ano) ocorrem em junho no Hemisfério Norte (época correspondente ao início do inverno no Hemisfério Sul). A partir dessa data, o sol torna-se mais fraco, ficando os dias mais curtos, até o solstício de inverno (dezembro), em que tem lugar a noite mais longa do ano. Nesse período acontece a festa de inverno. Em virtude do rigor climático, nos países do Hemisfério Norte, a festa de São João que acontece em junho, no verão, por exemplo, passou a ser a mais praticada. Por uma “transposição essencialmente cultural, os povos do Hemisfério Sul passaram a comemorar a festa do Sol em junho”, durante o inverno, no dia de São João (MOURÃO, 2002, p. 66).

No Hemisfério Sul, as festas ligadas ao solstício de inverno também estão relacionadas com a colheita do milho. Por analogia, além da festa de São João, destaca-se as de Santo Antônio, São Pedro e a do Divino. As do solstício de verão têm o Natal como a principal festa do período. Fazem parte dele as folias de reis, os reisados, as pastoris, os baianás, os terno-de-reis, o bumba meu boi, as congadas, os círios e as dedicadas à Nossa Senhora. (ARAÚJO, 1973, p. 18, 23).

A festa do Sol (e da colheita) “é sobretudo uma festa da semente do fogo” e está associada ao anseio de fecundidade dos animais, dos campos e das mulheres. O fogo, em seu caráter ambivalente, representa o bom e o mau. Pode ser doçura e tortura. Pode contradizer-se, por isso é um dos princípios de explicação universal. “O fogo é, assim, um fenômeno privilegiado capaz de explicar tudo. Se tudo o que muda lentamente se explica pela vida, tudo o que muda velozmente se explica pelo fogo” (BACHELARD, 1999, p. 11-12, 49).

O fogo, assim como o Sol pelos seus raios, “simboliza por suas chamas a ação fecundante, purificadora e iluminadora. Mas ele apresenta também um aspecto negativo: obscurece e sufoca por causa da fumaça; queima, devora e destrói: o fogo das paixões, do castigo e da guerra” – fogo como elemento que queima e consome, mas também como símbolo de purificação e de regeneração (CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A., 2009, p. 443).

No ritual de fogo que acontece em dezembro, na fronteira do Brasil com o Paraguai, durante a aparição do *Toro Candil*, duas tochas incandescentes presas aos chifres da armação que imita um touro iluminam como candeeiros o escuro da noite de Porto Murtinho. Respingam fagulhas, torcem-se, retorcem-se e, num bailado sedutor, encantam, mas também atormentam. O odor forte do querosene incomoda as narinas e a fumaça escura resultante da combustão revivem uma época em que a luz elétrica ali não existia e em que o boi, além de servir de alimento, era utilizado como tração animal, no transporte dos ervais, quebrachais e das charqueadas (TEDESCO, 2011, p. 105).

Técnicas rudimentares, como o uso do fogo, eram eficazes para o homem fertilizar a terra, livrando-se das pragas para plantar seu próprio alimento. Sem o recurso de herbicidas ou adubos artificiais para as plantações, contava-se apenas com a ajuda da mãe natureza e, quem sabe, com a de seus deuses pagãos. Nesse sentido, podemos pensar também o *Toro Candil* como

manifestação do inconsciente coletivo, constituindo-se em prolongamento dos rituais agrários que marcavam as estações do ano (TEDESCO, 2011, p. 105). Na verdade, as atuais festas católicas têm origem nas festas célticas sazonais, datadas do Neolítico e estão intimamente ligadas ao conhecimento dos solstícios e dos equinócios (MOURÃO, 2002, p. 67).

Dessa forma, o *Toro Candil*, ao ser realizado em dezembro, em Porto Murinho, está ligado às festas religioso-profanas que acontecem no solstício de verão, portanto às festas de verão. E, nesse caso específico, em devoção à mãe de Jesus, a *Virgencita de Caacupé*. No Paraguai, o *Toro Candil* é realizado em junho, durante os festejos de São João.

A Igreja Católica, tendo fixado o ano eclesiástico, determina os dias para o culto do Divino. Os dias de festa passam a ser divididos em festas do Senhor e os dias comemorativos dos santos, que incluem a devoção à Nossa Senhora e aos padroeiros das cidades. Também podem ser divididos de acordo com o movimento do sol em festas do solstício de inverno e solstício de verão.

Tem-se então dois grandes grupos de festas religioso-profanas que “envolvem as calendárias, as de padroeiros e outras, distribuídas em festas do ciclo do verão e ciclo do inverno” (ARAÚJO, 1973, p. 12). Associam-se dessa forma ao dia e à noite mais longos do ano, onde o Sol conscientemente ou não, é cultuado antes, durante e após os primeiros dias de anúncios solsticiais.

Desde os primórdios do cristianismo, o dogma da *macula* (do latim, sem mancha) da mãe de Jesus, Nossa Senhora, é aceito como verdade absoluta, imutável, definitiva. Há registros de que no século VIII já era celebrada a festa da Conceição (concepção) de Maria, no dia 8 de dezembro<sup>1</sup>. Esse título foi dado à Nossa Senhora e diz respeito à sua própria natureza humana sem pecado, desde a sua concepção no ventre materno. O Papa Pio IX proclama em 8 de dezembro de 1854 o dia oficial da Imaculada Conceição. Comemorada no mundo todo, essa data antecede aos nove meses do nascimento da mãe de Jesus, Maria.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Imaculada\\_Concei%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Imaculada_Concei%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 8 maio 2017.

A imagem da Virgem Mãe de Deus encontrada na cidade de Caacupé tem mais de quatrocentos anos. Estudos realizados no Paraguai apresentam versões divulgadas em diferentes épocas. Uma em 1896, no informativo *Granada*, e outra em 1907, por Rodríguez Alcalá. *“Dice la tradición que allá en los primeros años del Siglo XVII un indio convertido de la reducción de Tobatí, se internó una tarde en los montes en busca de cimientos para construir estatuas. El indio se llamaba José y era un habilísimo escultor”*. O índio, amedrontado pela presença de tribos selvagens, suplica a proteção da mãe de Deus. Ao ser salvo, esculpe em devoção duas imagens da santa. Uma se encontra na cidade de Caacupé, e a outra em Tobatí, ambas no Paraguai. (CARVALHO NETO, 1996, p. 126, 127).

Anos mais tarde, conforme versão de Alcalá, em 1603, após uma enchente, foi encontrada bem fechada, dentro de um cofre, flutuando nas águas transbordantes que haviam formado o lago Ypacaraí, a imagem esculpida pelo índio. Logo foi espalhada a fama milagrosa da imagem que *“fue conducida a Caacupé”*, onde se encontra até a atualidade. Informa, ainda: *“...esta leyenda fue documentada en un expediente eclesiástico que antiguamente se conservaba en el Archivo Nacional y que, seguramente, se extravió a la par de otros muchos papeles cuando el Archivo fue saqueado durante la guerra”* (CARVALHO NETO, 1996, p. 127).

A presença indígena registrada nessa história reforça também sua presença na cultura sul-mato-grossense, uma vez que as terras fronteiriças, em seus primórdios, eram habitadas pela grande nação Guarani. Essa tradição católica e paraguaia remonta à época da colonização da América. As fronteiras atuais ainda não haviam sido delimitadas. O índio, habitante natural desse espaço geográfico, andava livremente por todo o chaco e os pantanais até a chegada dos jesuitas e dos colonizadores. Várias etnias foram exterminadas pelos conquistadores espanhóis e pelos bandeirantes. Outros foram confinados em reduções próximas a Assunção e acabaram constituindo a base da nação paraguaia.

### **Sagrado e profano na devoção à Virgem de Caacupé**

A devoção católica do povo paraguaio é alimentada por sua crença em Nossa Senhora de Caacupé. Associado a essa fé incondicional, acontece o

*Toro Candil*. Essa prática cultural se realiza em Porto Murtinho, anualmente, no início de dezembro, durante a festa em homenagem e promessa à Santa, também conhecida como “Virgen de los Milagros”.

O *Toro Candil* lembra a tourada e a corrida de touros. Confeccionado a partir de uma base de ferro, busca a forma de um bovino. Essa armação é revestida de tecido, escolhido de acordo com as posses e o gosto da (o) “dona (o) do *toro*”. Na extremidade dianteira do artefato, é colocado o crânio de um animal, a cabeça. No lugar dos chifres, são fixadas tochas de madeira envolvidas em bolsas de estopas, antecipadamente embebidas em óleo queimado. À noite, sob a luz do luar e o brilho das estrelas, desperta o *Toro Candil*. Com seus chifres flamejantes, persegue os valentes *mascaritas*. O baile, a oração e a *pelota tata* antecedem ao *Toro*.

O primeiro contato visual com essa prática cultural se deu em 2009. Era festeira Dionizia Arguelho, a Dona Noni, de 69 anos de idade, moradora de Porto Murtinho. Junto com seu irmão, Xisto Salvador Antunes, mantinha o *Toro Candil* desde que sua mãe, Dona Natividade Batista Gimenez Izidre, falecera. Já em 1996, Xisto fizera um depoimento sobre o *Toro Candil* e o descrevera.

Em 2003, o *Toro Candil* de Porto Murtinho foi convidado a se apresentar no IV Festival de Inverno de Bonito. Segundo Marcelo Arguelho, 33 anos, seu tio Xisto foi o responsável por retirar o *Toro Candil* do âmbito familiar e levá-lo para fora de Porto Murtinho. Comprou roupas novas e vestiu os *mascaritas* com máscaras de gesso. “Essa apresentação mudou a forma de a população ver o *Toro Candil*. A partir de então, o *Toro* passou a ser referência cultural de Porto Murtinho”. Após o falecimento do irmão Xisto, Dona Noni continuou realizando o *Toro* todo dia 7 de dezembro, em sua residência, a mesma moradia construída para sua mãe. A família toda, principalmente sua mãe, era devota de Nossa Senhora de Caacupé.

Antes de fixar residência em Porto Murtinho, Dona Natividade fez promessa à Santa, pedindo uma casa para morar que fosse sua, para livrar-se do aluguel. Dona Noni, com forte sotaque paraguaio-guarani, contou que, “no Paraguai, a mãe falava pra Santa dela: já que a gente vai pro Brasil, eu quero que você põe pra mim uma sombra, pra você ficá também, pra não contá uma tapera alheia, falô pra Santa, e ela mostrô o milagre pra ela. Minha irmã ganhô esse lote e meu marido levantô pra ela a casa. Foi assim”.

A família de Dona Noni morava em Porto Sastre, no Paraguai. Veio para o Brasil de navio. (Disse Dona Noni) Segundo ela: “Nói tava entre doze, sei mulhé e sei home, chegamu na ilha [Margarida]. Atravessamu de chalana e carregamu todas nossa coisa para cá. Chegamu aqui e ficamu de alugué”. Da Ilha Margarida até Porto Murtinho a travessia foi feita por chalana. A família não se fixava, de início, buscando serviços nas fazendas de gado existentes na fronteira.

Marcelinho, filho de Dona Noni, contou que seus avós viviam migrando de fazenda em fazenda. Seu avô trabalhava como marceneiro e abandonou a avó grávida com todos os filhos. “Então minha vó veio embora pra cá [Porto Murtinho], só ela com os filhos. Começou a fazer chipa, bolos e botou os filhos pra ajudar, até o dia em que minha mãe casou com meu pai. Meu pai era militar”.

Construída a residência, foi preparado um lugar especial para colocar a imagem da Santa. Um lugar de orações, pedidos de proteção, súplicas e agradecimentos. No início de dezembro, o altar é enfeitado. “Todos os anos, em seu dia, faz-se uma festa onde monta-se o altar da Santa (para ser exposto, pois como oratório está montado o ano todo dentro da casa)” (ANTUNES, 2008, p. 3).

A casinha simples retrata todo esmero, dedicação e devoção à Nossa Senhora. O altar enfeitado com as cores do Brasil e do Paraguai, além da devoção, deixa transparecer o amor e a gratidão pela pátria de origem e pelo país que os acolheu. Ali, fé e solidariedade se misturam ao receber “outros promesseiros e fiéis que vêm rezar e acender velas, cortar os cabelos de crianças que por sete longos anos os deixaram crescer em promessa por graça alcançada e que, após cortados, passarão a compor a imagem da Santa exposta no altar (ANTUNES, 2008, p. 3).

Após o falecimento de Dona Natividade, Dona Noni continuou a promessa. Todo mês de dezembro, à noite, na rua, do lado de fora da casa, destaca-se o *Toro Candil*. Desde a madrugada, no “Dia da Santa” (8 de dezembro), é preparado o alimento que será servido aos devotos. Primeiro servem as crianças e depois os adultos. Todos que quiserem podem participar, promesseiros ou não.

No cardápio não podem faltar a macarronada com frango, a chipa, a sopa paraguaia, o carreteiro e muita mandioca. Os pratos são deliciosamente preparados à moda paraguaia. As doações sempre são bem-vindas. Desde a época de sua mãe, eram livres e variavam de acordo com as posses e com as promessas feitas pelo devotos. Podiam ser em dinheiro ou em forma de alimentos ou mantimentos. No passado, era costume abater um porco recebido em doação de algum devoto ou especialmente criado o ano todo para ser servido no dia. “O animal é intocado para outros fins durante o ano, deve ser bem tratado, pois ‘é da Santa’, como se ouve.” (ANTUNES, 2008, p. 3).

Na festa, é comum a presença das galopeiras. Essas promesseiras, vestem-se com suas saias rodadas e blusas de renda, nas cores nacionais do Paraguai: azul, branco e vermelho. Descalças, ao som da polca paraguaia, dançam em sinal de gratidão pelas graças alcançadas. Antigamente, sua vestimenta era composta por imensas saias azuis, calças para homens e faixas com as cores da bandeira do Paraguai que atravessavam o corpo diagonalmente. As mulheres equilibravam vasos de barro ou garrafas na cabeça, enquanto entregavam-se à galopeira, “dança variante da polca, mas que aqui se dança em grupo e não em par, onde os que dançam, na maioria mulheres, vestem-se com trajes típicos sobre os quais se aplicam dinheiro de papel franzindo-os lembrando uma gravata borboleta”. Esse costume está cada vez mais em extinção. (ANTUNES, 2008, p. 3).

Em Porto Murtinho não foi registrada a dança com a garrafa ou vasos de barro na cabeça, a “dança da botelha”, tampouco foi constatada a presença de homens na dança ou o uso da faixa paraguaia transversal nem mesmo o dinheiro preso às vestes. Verificou-se o uso da faixa paraguaia pelas mulheres como cinto sobre a saia. Também como promessa, entraram em cena a *pelota tata*, o *Toro Candil* e os *mascaritas*.

A festa, que se inicia no dia sete, à noite, é realizada em dois momentos na parte interna e externa da casa. Dentro da casa, na varanda de Dona Noni, em 2009, foi realizado um baile entre os *mascaritas*. Estes personagens falavam em tom agudo, misturando o português com o espanhol e o guarani, com a intensão de não serem identificados. Ao som da polca paraguaia, dançavam entre si, bebiam, riam, macaqueavam uns aos outros. Também proferiam palavras indecentes e faziam gestos obscenos (Figura 1).



**Figura 1.** Devotos, em promessa à Nossa Senhora de Caacupé, fantasiam-se de *mascaritas* e participam do baile durante a festa. **Foto:** arquivo pessoal da autora (dezembro 2009).

Naquela noite, Dona Noni serviu bebida em uma garrafa pet, que ia passando de boca em boca, sob sua tutela. Após o baile, que durou não mais do que meia hora, os *mascaritas* se postaram diante do altar da santa e, num gesto de devoção, ajoelharam-se para fazerem suas orações (Figura 2). O momento era de agradecimento e entrega. Em silêncio, quem sabe, relembavam as horas difíceis de suas vidas, os fracassos e as dores. Mas, sem dúvida, esse era um momento de exaltação, de alegria e de veneração. Momento de agradecer as graças alcançadas, de se fortalecer pedindo a benção e a proteção da Mãe Celestial.



**Figura 2.** Em frente ao altar, os *mascaritas* em momento de oração. **Foto:** arquivo pessoal (dezembro 2009).

Enfim, os *mascaritas* estavam preparados para deixar a casa e, na rua, enfrentar o touro e o fogo. Dessa forma, iriam tornar-se mais fortes e dispostos a recomeçar tudo de novo, em um novo ano.

Embalados ao som da polca paraguaia, iniciaram o jogo com a *pelota tata* (Figura 3). A bola (*pelota* em espanhol) de fogo (*tata* em guarani) sempre antecede o *Toro Candil*. É feita de estopa. Depois de mergulhada em óleo queimado o fogo é atado e os *mascaritas* desenvolvem uma espécie de futebol de rua. O jogo normalmente tem a durabilidade do fogo, ou seja, até que a *pelota* se desmanche em cinzas. Na sequência, os *mascaritas* se revezam no interior da armação que simula o bovino, dando vida e movimento ao *Toro Candil* que, com os chifres em chamas, ilumina a rua com intensidade.

Fingindo fúria, a imitação de touro bravo avança sobre os participantes mascarados que o perseguem e provocam, em divertida algazarra coletiva. Essa prática lembra as corridas de touros ou ainda as touradas, que

aconteciam nos países ibéricos e também no Brasil, porém contendo viés cômico.

Dona Noni conta que “esse *Toro* é brincadeira do Santo Rei. Já que o Santo Rei também é do Paraguai, se uniu com Nossa Senhora de Caacupé. Antigamente não tem assim esse ferro aí. Essa armação aí é ferro. Eu ia no mato, cortava cipó, ia de bicicleta, eu e minha cunhada”. No tempo de sua mãe, também faziam o avestruz e o burro, grande como o *Toro*. Hoje já não existem mais, pois “eu sozinha nunca posso fazê”.



**Figura 3.** O futebol de rua com a *pelota tata* (bola de fogo) precede o *Toro Candil*. Foto: arquivo pessoal.

Segundo a informante, no tempo em que não havia luz elétrica, “do gogó” (garganta do boi, que era limpa e inflada como uma bexiga) faziam o *candil* (candeeiro). Depois de seca, inseriam um pavio de cerca de 2 cm de espessura, preenchiam com graxa, com banha “bem socado como linguíça para ficar bem duro, esse aí nem vento apaga”. Depois de aceso, o *candil* queimava dia e noite sem apagar. Por causa do lume produzido pelo fogo dos chifres simbólicos que a figura do boi passou a ser chamada, segundo Dona

Noni, de *Toro Candil*. Afinal, seus chifres iluminavam como os candeeiros (Figura 4).

Em 2015, o informante Catalino Roah, 68 anos de idade, deu importante depoimento. Nascido e criado em Porto Murtinho, seu pai trabalhara na Florestal Brasileira, fábrica de tanino, e era “paraguaio puro”, como o definiu seu filho. Viu o *Toro Candil* pela primeira vez na casa da sua avó Marcelina, que morava em Porto Guarani, no Paraguai. Brincava no meio dos “*Cambarangás*” “o *mascarado* que vai torear o Toro” (*mascaritas*). Antigamente ninguém podia participar sem as máscaras. Segundo relatou, “a ordem da justiça, ninguém podia conhecer a pessoa que tá toreado o *Toro*”. A mulher se vestia de homem e o homem de mulher, “e tinha que largá aquela voz fina prá ninguém conhecê. Essa era a promessa do católico”.

Essa narrativa evidencia resquícios dos velhos preceitos proibitórios da coroa portuguesa, excluindo a mulher do palco ou festas públicas. No passado, era considerado indecente a participação feminina em eventos públicos e em comédias. Quando necessária, a figura da mulher era substituída pelos travestis. (QUEIROZ, 1976, p. 183; GOULART, 1965, p.210).



**Figura 4.** *Toro Candil* confeccionado por “Beto e Lore”, devotos de Nossa Senhora de Caacupé, em Porto Murtinho, no ano de 2015. **Foto:** arquivo pessoal.

Aos 11 anos de idade, no Brasil, em Porto Murtinho, ainda guri, participava todo mês de dezembro do *Toro Candil*. “Eu era convidado pelo Seu Papito Sanches, já falecido, fazia o *Toro* na própria casa. Trabalhava na Florestal Brasileira, aqui na tanineira, né!? Ele entrava as duas horas da tarde. Às vezes entrava de manhã e saía só à noite e assim por diante. O finado Papito Sanches me convidava: meu filho, eu quero você pra me ajudá!”

Catalino era curioso, gostava de aprender. Era “espiculento”, como ele mesmo se definiu. Ao comando do “Seu Papito”, iam buscar no mato a madeira para fazer o *Toro*. Um mês antes começavam a preparar o *Toro Candil*, “porque as vezes vem o tempo ruim, temporal e assim dá tempo pra ele secá, fica mais leve”. Buscavam madeira na mata de quebracho. “Antigamente aqui no campo do quebracho, tinha um cipó, aquele lá nós tirava, cortava, arqueava e amarrava no costado. A base era feita de madeira bem firme, quebracho branco era muito bom”. Quanto à cabeça, segundo relatou, usavam uma ossada de chifre bem grande. Amarravam tudo com arame e cobriam com o couro que ganhavam. Passavam sal, depois soro e deixavam secar no cavalete por uns quinze dias. Só depois colocavam o couro sobre a armação, onde era costurado e finalizado.

O uso indiscriminado de madeiras nativas, sem manejo adequado, gerou a ameaça de extinção para várias espécies arbóreas. Esse foi o caso do quebracho. Também foi o do cipó referido por Catalino, matéria-prima importante para construir o *Toro Candil*. Segundo ele, “antigamente tinha muito cipó. Hoje é raro, já derrubaram tudo. Aqui no campo do quebracho tinha esse cipó, muito bunito, a turma ia cortá tudo prá lenha”.

Catalino participou também do *Toro Candil* realizado por Dona Natividade. Era *mascarita*, toreava junto com Felix Arguelho, marido de Dona Noni e pai de Marcelinho. Dias 7 e 8 de dezembro, “nóis saía com o pai dele, ia até perto do trilho, toreá de meio dia. Levava violão, cantava a galopera, cantava pra Nossa Senhora Caacupé”. Ajoelhavam-se aos pés da santa pedindo sua proteção. Quando criança, era muito doente. Segundo seu relato, sofria de bronquite e tinha um problema na bacia. “Mamãe se comprometeu e me entregou pra Santa, pra ela me curá”. Em devoção, ele fazia o *Toro* e também *toreava*. Fazia o *Toro* para pagar a promessa feita pela mãe. Até hoje é devoto de Nossa Senhora.

Marcelo Arguelho contou que o acesso a médicos, devido às distâncias enormes, era muito difícil. As crianças e mesmo os adultos eram tratados com chás, ervas e curandeiros. Quando o filho adoecia, as mães desesperadas entregavam o filho para a Santa e prometiam manter o cabelo longo por sete anos seguidos. No último ano, cortavam o cabelo e doavam a Ela, “tanto é que a Santa de *Caacupé* tem o cabelo real”. Muitos devotos acreditam que os cabelos continuam a crescer na cabeça da imagem sagrada.

Evidencia-se, dessa forma, o importante papel desempenhado pelas mães paraguaias que, por meio da fé, em seus lares, perpetuaram tradições e práticas culturais da nação. “A mulher paraguaia sempre foi depositária privilegiada da tradição cultural e do guarani, principalmente”. O guarani sempre foi visto como língua inferior pelo colonizador, que para se impor, impôs o espanhol como língua oficial do Paraguai. As mulheres paraguaias dominavam o guarani e gostavam de falar essa língua. Em seus lares, na educação e no diálogo com os filhos e também com os maridos, a língua guarani era repassada natural e costumeiramente. Dessa forma contribuíram para que seu uso fosse preservado até os dias atuais (SILVA, 1998, p. 114-119).

Em pleno século XXI, ainda é recorrente a discriminação e, muitas vezes, a intolerância às formas de expressão e representação do trabalhador paraguaio. Não só em relação à língua falada. Fato mais evidente aconteceu em 2005, quando foi criado, o Festival Internacional de Porto Murtinho. Em clara interferência do poder público, dois “touros”, Bandido e Encantado, vestiam as cores nacionais do Brasil, verde o primeiro e amarelo o segundo, cópias dos bois de Parintins que disputavam a filiação do abasileirado “Touro Candil”. De forma preconceituosa, o “pobrinho e sujinho” *Toro Candil*, assim qualificado pelo prefeito à época, foi substituído por uma versão institucionalizada, feita de plumas e paetês. Esse fato explicita, também, o que pensa a elite ruralista instalada no poder em Mato Grosso do Sul. Costumeiramente, ela exclui das ruas, de forma categórica, não só a língua guarani, mas também práticas culturais consideradas menores.

Apesar de tudo, graças à devoção, à coragem, à força e à determinação de mulheres paraguaias, a exemplo da matriarca da família Arguelho, Dona Natividade, e posteriormente sua filha Dionízia (Dona Noni), o *Toro Candil*

continua a existir. Barreto, proprietário do hotel “Saladero Cuê”, em Porto Murtinho reconheceu essas qualidades. Segundo seu relato, em agosto de 2015 a “Florestal empregou muita gente de fora. No mato trabalhava o homem. A mulher fazia tudo, plantava, remava a chalana, cuidava da casa, capinava. Até bem pouco tempo atrás, somente mulheres remavam as canoas na travessia do rio”. Na praça do pescador, em Porto Murtinho, há uma escultura representando a mulher paraguaia, (murtinhense). Grávida, rema o barco transportando passageiros na travessia do rio.

Os relatos e os fatos contados ilustram a importância cultural da festa dedicada à Nossa Senhora de Caacupé. Durante a festa, realizam-se práticas culturais decorrentes da devoção. Como exemplos, podem ser citadas o *Toro Candil*, a dança da galopeira, a culinária, a música e o próprio linguajar, entre outras. Tais práticas se mantêm até a atualidade, devido a uma grande rede de relações de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança que integram, no caso de Porto Murtinho, brasileiros e paraguaios. À mulher é dado papel de destaque, pois é peça fundamental na manutenção e na existência, até a atualidade, dessas práticas culturais.

A imagem do *Toro* colocado em cena no ano de 2009 por Dionízia Arguelho (Figura 5) ajuda a compreender a importância dessa e de outras práticas culturais fronteiriças. Nela, o *Toro* traz estampado do lado esquerdo do corpo a bandeira do Brasil. A bandeira, enquanto símbolo nacional que é, coloca em relação o *Toro Candil* e o Estado-Nação. Por mediação, coloca em relação, também, o trabalhador paraguaio (homens e mulheres) da fronteira e o poder subordinador do capital, que, não por acaso, em Mato Grosso do Sul e Porto Murtinho associa-se aos grandes proprietários de terras. De fato, a bandeira, enquanto signo nacional, trabalha no sentido de uma assinatura de propriedade cultural brasileira. Nessa direção, o *Toro* é brasileiro e representa uma singularidade cultural em Mato Grosso do Sul.



**Figura 5.** Em Porto Murtinho, o *Toro Candil* é registro da presença paraguaia em Mato Grosso do Sul. **Foto:** arquivo pessoal da autora (2009).

Essa prática cultural, ao ser realizada em ambos os países, Brasil e Paraguai, e principalmente por ser encenado na fronteira, reforça a assinatura de prática cultural pertinente a Porto Murtinho. Por outro lado, a bandeira paraguaia, que o *Toro* traz do lado direito de seu corpo, legitima sua origem. Logo, aquela assinatura sul-mato-grossense começa a se desfazer. Como acontece com a própria fala dos *mascaritas*, a confecção do *Toro Candil* com a bandeira dos dois países expressa a mescla transnacional de que o *Toro Candil* é formado. Espanhol, paraguaio, guarani, português e, finalmente, brasileiro. Revelam-se, assim, suas raízes ibéricas e o pertencimento a ambas as nações, Brasil e Paraguai.

### **Conclusão**

O *Toro Candil* é prática cultural singular em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. Constitui-se paródia das *corridas de toros* ou das *toradas* espanholas, porém, com veio cômico. A chegada do *Toro* é anunciada pela *pelota tata* (bola de fogo). Ao *Toro*, seguem-se os *mascaritas*, os toureiros. É realizado como promessa à Nossa Senhora de Caacupé. É mantido por paraguaios e seus

descendentes por motivo de fé e devoção. Acontece mais comumente na fronteira, região permeada por práticas culturais de origem espanhola e guarani que se misturaram, desenvolveram-se e transformaram-se. Em sua singularidade, está associada, também, à materialidade engendrada pela pecuária.

Essa prática cultural expressa uma sobrevivência secular, preservada no âmago das relações sociais. Compartilhada pelos residentes em Porto Murtinho, marca a presença do trabalhador paraguaio no sudoeste de Mato Grosso do Sul, desde a sua designação em língua espanhola. Das várias práticas culturais conhecidas no Brasil e que envolvem a pecuária bovina, nenhuma se assemelha ao *Toro Candil*.

Tanto o touro como o fogo podem representar simbolicamente as diferenças sociais. Retratam a realidade obscura, sufocante e de subordinação ao poder vigente, ditada pelo capital em contraposição aos anseios da maioria. Mas também podem representar a crença em um protagonismo cultural, cuja luz reflete a esperança de um futuro com mais equidade social.

Os devotos, promesseiros de *Caacupé*, consciente ou inconscientemente, na festa reiteram práticas culturais originárias do Paraguai. A música, a dança, a comida típica, as rezas e a língua guarani instauram um ambiente nostálgico. Na rua, nas casas ou no pátio da igreja, as trocas são fortalecidas, os espaços reduzidos, os encontros mais frequentes e os laços se mantêm intensificados. Reforçam e recriam, dessa forma, práticas culturais que compõem a sua devoção e também a de seus antepassados. Naquele “espaço”, entre a varanda e a rua ou no pátio da igreja, buscam manter viva a ligação com a vida pregressa dos antepassados. Por meio da festa, do *Toro Candil*, da *Pelota tata* e dos *Mascaritas*, renovam práticas culturais que fizeram parte de sua infância, se reencontram com suas origens e se fazem representar. No solo de Porto Murtinho esses fragmentos culturais trazidos do Paraguai ganharam funções compatíveis com a nova forma de existência dos imigrantes no Brasil. Absorvidos como força de trabalho, eles adaptaram essas manifestações e lhes garantiram vida. Asseguraram, assim, que o *Toro Candil* se incorporasse às práticas dos fronteirios e conquistasse o caráter de sensível singularidade cultural no sudoeste de Mato Grosso do Sul.

No entanto, essa prática, intrínseca à fronteira e condicionada à fé de imigrantes paraguaios, corre o risco de se perder e se extinguir. Ela está assentada na memória dos mais antigos e, ao mesmo tempo, tem como limitação o fato de ser prática cultural vivida por pessoas simples e sem recursos. Referendada como expressão da cultura paraguaia em Mato Grosso do Sul, nunca foi pleiteada pelo capital.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, A. S. B. **Nostalgia do todo**. 2008. 14f. Monografia (Especialização em Linguagem das Artes) – Centro Universitário Maria Antonia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira**. 2ed. São Paulo, Melhoramentos, 1973. 198p.

CARVALHO NETO, P. **Folklore del Paraguay**. Asunción: El Lector, 1996. 413p.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Trad. de Vera da Costa e Silva. 23ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. 996p

MOURÃO, R. R. F. **O Livro de Ouro do Universo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. 509p.

POEL, F. **Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil/ Francisco ban der Poel (Frei Chico)**. Curitiba: Nossa Cultura, 2013. 1125p.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976, 242p.

SILVA. A.M.R. **A noite das *Kygua Vera*: a mulher e a reconstrução da identidade nacional paraguaia após a Guerra da Tríplice Aliança (1867-**

**1904**). 1998. 207f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

TEDESCO, G. P. **A brincadeira do *Toro Candil*: uma manifestação da memória cultural local**. 2011. 115f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

## **7. Conclusão Geral**

Porto Murtinho surgiu em um contexto de pós-guerra, associado à exploração dos ervais nativos, entre o Sul do antigo Mato Grosso e o Paraguai, Foi a partir da constituição da Comissão de Limites, que demarcou e fixou as linhas que separavam o Brasil do Paraguai, que essa região passou a se destacar economicamente. Um espaço fronteiro, onde a geografia e os fatores naturais sempre favoreceram o transito e a entrada de inúmeros paraguaios, no Brasil.

A presença hispano-americana nessa região, nos primórdios de sua ocupação, assim como a do indígena e também a do português, permite apreender o significado da prática cultural que tem o *Toro*, não o boi, como personagem principal. Vem daí a importância do *Toro Candil*, enquanto manifestação cultural que difere das demais existentes no Mato Grosso do Sul, no Brasil e também no Paraguai. Reafirma, com sua própria singularidade, a universalidade do espaço em questão, pois existe em função das relações que se estabeleceram nessa fronteira e que levaram o trabalhador paraguaio a reproduzir no Brasil práticas culturais comuns ao seu país de origem, a partir da nova realidade.

Sua existência está condicionada à dinâmica populacional de imigrantes que se instalaram nessa região fronteira, entre o Brasil e o Paraguai, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Tem raízes em um movimento universal mais amplo e deve ser compreendida a partir de um contexto de mudanças que se processavam no sistema capitalista mundial. Desde a rubrica em espanhol, o *Toro Candil* sinaliza sua origem ibérica. Ele pode, então, ser pensado como fruto do processo de acumulação capitalista e, como tal, sujeito à lógica do mercado. Em Porto Murtinho, esse processo é relacionado à

pecuária, à exploração da erva-mate e do tanino. Empreendimentos levados a cabo pelo capital financeiro nem sempre sediados no Brasil.

O *Toro Candil* pode ser compreendido, então, como consequência direta da proximidade com o Paraguai. Pode ser definido como prática cultural fronteiriça e forma de expressão do trabalhador paraguaio da fronteira. Sua existência em Porto Murtinho, até a atualidade, está condicionada a fé e devoção em Nossa Senhora de Caacupé. Muitos paraguaios vieram para o Brasil, a contragosto, outros na esperança de uma vida melhor. Como parte de suas bagagens, trouxeram suas histórias, suas memórias, seus saberes, suas devoções, enfim, suas práticas culturais, além da sua força física. Foram explorados como mão de obra barata e também viveram sob um sistema de escravidão por dívidas.

Se, a princípio, o extrativismo do mate foi o grande responsável pela criação de Porto Murtinho, tão logo os ervais se distanciaram em direção ao Paraná, a cultura do boi tornou-se responsável por sua existência posterior. Destaca-se sua importância na economia, nas práticas culturais e também na constituição humana do lugar.

Muitos paraguaios foram trabalhar nas fazendas de criação e na extração do tanino, para curtir o couro bovino. No dia a dia, na produção de sua subsistência, no intuito de prover o seu sustento, suprir suas necessidades básicas, esse trabalhador, elaborou também formas de se adaptar ao meio e a nova realidade. Ao se relacionarem, transformaram o espaço, as pessoas e também se transformaram. Contribuíram para a constituição da singularidade do lugar e das práticas culturais ali existentes, a exemplo do *Toro Candil*.

No vaivém da fronteira, esses imigrantes trouxeram em suas algibeiras, bens nem sempre percebidos num primeiro olhar. São suas memórias, hábitos alimentares, gostos musicais, enfim, seu jeito de ser e viver. Tal fato se reflete no dia a dia do sul-mato-grossense, em especial da fronteira. Vem daí o gosto pelo tereré geladinho; pela chipa bem quentinha, repleta de erva-doce, no café da manhã ou no meio da tarde; além dos hábitos de consumir a sopa paraguaia, que não é líquida; o *puchero* nos dias frios e a mandioca que acompanha o churrasco de domingo, só para citar alguns.

Nos momentos de diversão, ainda hoje, um baile bem animado à moda da fronteira, tem som de harpa paraguaia, sanfona e violão. As cordas marcam

o compasso nos ritmos ternários da polca paraguaia e do *chamamé*. Não se assuste, porém se for surpreendido com um grito *sapucay*, partindo do meio do salão. Saindo do fundo da alma, parece dizer que ali um paraguaio alimenta e se alimenta de sua tradição.

De forma consciente, ou não, as promesseiras (os) de Caacupé, reproduzem, na festa a cultura vivenciada em seu país de origem. A música, a dança, a comida típica, as rezas e a fala instauram um ambiente nostálgico. Na rua, nas casas ou no pátio da igreja, as trocas são fortalecidas, os espaços reduzidos, os encontros mais frequentes e os laços se mantêm intensificados.

Na festa de Nossa Senhora de Caacupé, que acontece na véspera de 8 de dezembro, à noite, realizam o *Toro Candil* há mais de sessenta anos. São as mulheres, por sua fé e coragem as grandes mantenedoras dessa tradição. A chegada do *Toro* é precedida pelo jogo de futebol entre os *mascaritas*, feito com a *pelota tata* (bola de fogo). No ápice da festa, entra o *Toro*, que tem os chifres em chamas. Nesse momento se inicia uma coreografia, improvisada. Entre saltos e carreirões, no escuro da noite, sob a luz emanada dos chifres candeeiros, acontece uma espécie de paródia das *corridas de toros* ou, quem sabe das *toradas* espanholas, porém, de veio cômico.

Tanto o touro como o fogo presentes na prática cultural *Toro Candil*, por sua simbologia, podem ser vistos como uma representação do drama existencial do trabalhador paraguaio. Ambos retratam a realidade obscura, sufocante e de subordinação ao poder vigente. Tal poder é responsável pela manutenção da cultura burguesa, ditada pelo capital em contraposição ao anseio da maioria. Por outro lado, essa simbologia pode representar a crença em um protagonismo cultural, cuja luz reflete a autodeterminação, advinda da esperança de um futuro com mais equidade social.

Dessa forma, tanto o touro como o boi, consciente ou inconscientemente, podem representar as relações de força, poder e dominação, existentes na sociedade. De forma geral, essas forças estão relacionadas a figura do patrão, empregado, padre, pajé, médico, curandeiro, latifúndio, pequenas propriedades, grandes latifúndios, negros, índios, homem, mulher, pai e filho, entre outros. No caso do *Toro Candil*, a força purificadora de transformação e de renovação é representada pelo fogo que devora seus chifres. Expressão simbólica da renovação da vida. Da superação das

desigualdades. Do combate ao poder que castra e domina. Tanto o fogo como o *Toro*, nesse sentido, reforçam a singularidade do *Toro Candil* realizado em Porto Murtinho. Também podem sinalizar a diversidade cultural presente em Mato Grosso do Sul, devido as várias matrizes culturais que ajudaram a construir esse estado.